

Memórias de Quase

COMUNISTA



Manoel Ferreira Lima

Manoel Ferreira Lira

MEMÓRIAS DE UM QUASE COMUNISTA

Capa e ilustrações: Mary Anne Lopes

Maceió, 2025

O autor

(Manoel Ferreira Lira) - Nasceu na Vila do Mocambo



(hoje Feira Grande), Alagoas, quando esta pertencia ao município de Arapiraca, em 26/12/1946. Fez o antigo primário (3^a. e 4^a. séries) no Instituto São Luís, em Arapiraca (1957/1958), que tinha como fundadores e diretores os professores Pedro de França Reis e Manoel de Oliveira Barbosa. De 1959/1962, estudou as

quatro séries no antigo ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, dirigido por José Moacir Teófilo, também em Arapiraca, de onde saiu para estudar o científico no Colégio Estadual da Bahia (Central), em Salvador, Bahia, de 1963/1965.

Concluiu, em 1968, o curso de Jornalismo na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia. Já em Arapiraca, Alagoas, entre 1971/1973, concluiu o curso de Estudos Sociais na Faculdade de Formação de Professores do 1^o. Grau da Fundação Educacional do Agreste Alagoano, hoje Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Entre os anos de 1977/1981, estudou e concluiu o curso de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Maceió (FADIMA), pertencente ao Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC.

É servidor aposentado, por invalidez, da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, onde ingressou em 15 de janeiro de 1976. Antes, de 1970/1973, foi Secretário de Educação da Prefeitura Municipal de Arapiraca (1971/1972), além de professor de História, de 1970/1975, no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho de Arapiraca.

Como jornalista, exerceu a profissão em Salvador, Bahia, na Rádio Cruzeiro, Rádio Bahia e Rádio Cultura da Bahia (em todas como repórter-redator). Foi repórter do Jornal da Bahia, de 1968/1969. Em Alagoas, foi repórter da Folha de

Arapiraca, editor geral do Jornal do Agreste, de Arapiraca, editor geral de O Diário (em Maceió), cujo proprietário era o jornalista Nilton Oliveira. Foi editorialista de o **EXTRA**, semanário de Maceió, Alagoas.

Foi auditor efetivo da Federação Alagoana de Futebol, tendo sido presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Alagoana de Futebol (FAF), na gestão de Heider Silveira. (1979/1985).

É autor dos livros **CRIMES POLÍTICOS – PISTOLAGEM EM ARAPIRACA**, Editora AMAZON, 2014; **OS LIRA – MOCAMBO/ALAGOAS**. Editora Performance, 2022; **A CASA DO SANTO** (em PDF), **ANJOS ASSASSINADOS**, Editora Performance, 2024; **ARAPIRACA – MEMÓRIA VIVA – 100 ANOS DE HISTÓRIA**, co-autor, Editora Graciliano Ramos, 2024; **ANJOS ASSASSINADOS**, Editora Performance, 2024; em preparação: **CARTAS DE UM MORTO** e **AS MORTES DOS 7 ANJOS**.

A crítica



Bem a seu estilo pancada, ele determinou: Critique.
Lira.

Pensei; como fazer uma crítica sob condições tão castrenses? Mas, como bem-mandado que sou, naquela mesma noite iniciei a leitura das **Memórias de um quase comunista**.

Era uma quarta-feira e aguarda ansiosamente um nada amistoso, Brasil e Argentina. Iniciada a leitura, lentamente fui me transportando para aquele mundo leve e fagueiro que só os bons textos proporcionam. Não sei a que altura, o fato é que o Brasil e Argentina teve seu lugar rapidamente confiscado por aquelas inocentes memórias.

Não sei se o fato de ser interiorano de origem humilde fez com que, em cada passagem, em cada cena, me visse como aquele menino, pobre, arguto e sedento de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, participante de brincadeiras no meio de plantações de carrapateira. Aquele que tinha medo de injeções, mas, devido ao contexto do pequeno mundo em que vivia, não se dava conta dos riscos e perigos envolvidos num sério acidente tratado por uma não muito séria medicina de farmácia. Fato é que, sugado por aquele mundo, como uma Alice atrás de seu coelho, transpus os umbrais da dimensão do tempo e, de repente, me dei conta de que a leitura acabara, assim como o clássico que não assisti, o qual, para meu consolo, foi de um insípido zero a zero.

As memórias nos proporcionam uma verdadeira viagem na máquina do tempo. Ali o autor encontra amigos de infância, e os nomina um por um, e melhor, por apelidos. Ali narra sua perplexidade de menino diante da cidade grande; narra as incertezas e agruras de um estudante pobre na grande capital e, quando adulto, enquadra sob seu ponto de vista crítico, acontecimentos trágicos ou não, acontecimentos que testemunhou e cobriu como estudante e profissional de jornalismo.

Especial menção para as passagens em que, envolvido pelo forte clima de politização da época, encontra-se, o memorialista, em meio a movimentos de esquerda, tornando-se um quase comunista, fato que o deixou muito perto de compor as tristes estatísticas daqueles que, com seu juvenil idealismo, foram brutalmente assassinados por representarem “sério perigo para as estruturas do imperialismo americano e capitalismo mundial”.

Para a atual juventude sem causa, que acode aos milhões uma passeata gay, mas não junta uma dezena na frente do Palácio do Planalto para um protesto contra a corrupção, o texto do **Quase Comunista** é uma grande lição de engajamento idealista. É um grande exemplo de como se deve reagir a um estado

juvenil, deve ser combatido em razão daquele senso natural de justiça que permeia a alma humana em qualquer circunstância.

Finalmente, como já fiz ver, o texto das **Memórias** é direto e de fácil inteligência. Diz o quê, quem, onde e quando sem maiores voltas ou volutas. Segue a máxima do grande Graciliano: “*A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer*”.

Isaac Sandes Dias

(é membro do Ministério Público Estadual de Alagoas)

Preâmbulo

Resolvi colocar neste livro minhas lembranças e artigos que publiquei nos semanários **EXTRA**, **JORNAL DE ARAPIRACA** e **JORNAL DO INTERIOR**. Principalmente as lembranças da juventude, quando a vontade, o afoitismo, levavam à contestação. Dos tempos do curso de Jornalismo na UFBa. São lembranças de dor, de alegria, de tristeza. E artigos do dia a dia. Pode ser, e assim espero, que sirvam para algo.

As ilustrações são de Mary Anne Lopes, a quem agradeço. As fotos, do domínio público, retiradas da internet. Os agradecimentos são extensivos ao semanário **EXTRA** e seu editor, Fernando Araújo Filho, e aos editores Eli Mário Magalhães Moraes e Roberto Baía d Araújo, do JORNAL DE ARAPIRACA e do JORNAL DO INTERIOR, respectivamente.

À família, esposa, filhos, netos, genros, e nora, a motivação de tudo.



Edições dos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023



O Rádio em Arapiraca

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Pioneiro no rádio, José de Sá e sua emissora Rádio Tupã.

Antes dessa profusão de emissoras de rádio, no início AM e hoje todas FM, Arapiraca foi uma das cidades alagoanas onde mais se desenvolveu o sistema de transmissão da palavra por meio de ondas elétricas. Desde 1944, quando chegou da Paraíba um técnico de cinema, o sr. José Gondim, para prestar assistência ao cinema Leão como técnico eletrônico (que funcionou ao lado onde hoje é o Banco

Bradesco), que Arapiraca passou a se manifestar através de ondas hertzianas. Seu projeto: inundar a cidade de alto-falantes. Por ser dispendioso, segundo o artista plástico J. Sá, o projeto não foi adiante.

Entretanto, em 1946, na administração de João Ribeiro Lima (que havia sido interventor), nova fase para o rádio em Arapiraca: a ideia do sr. José Gondim ressurgiu, com a instalação de um serviço de alto-falantes na rua do comércio, conhecida como cais de Manoel Leal. Era o Serviço de Alto-falantes da Prefeitura Municipal, na voz de Cyra Ribeiro, filha do interventor e a primeira mulher a falar naquele sistema de som. A primeira música tocada foi *"Pelo telefone"*, às 10 horas da manhã do dia 30 de outubro.

- *Aqui é o serviço de alto-falantes da Prefeitura Municipal de Arapiraca, a voz do povo*, dizia a locutora (conhecida como **speak**).

O povo que ouvia aquela maravilha estava extasiado (o serviço de alto-falantes da prefeitura funcionou até 1948, com os estúdios vizinho ao mercado da farinha, local onde hoje é o Hotel Real).

A partir de 1948, na gestão Luiz Pereira Lima, a prefeitura instalou diversas "bocas de som": em postes na Praça Gabino Besouro (hoje Praça Marques da Silva), na esquina da Praça Gabino Besouro com a Rua Aníbal Lima, (ali funcionava o estúdio e o locutor era o jovem Miguel Valeriano).

Com a posse do prefeito Coaracy da Mata Fonseca em 1951 (genro de Luiz Pereira Lima), o "locutor" Miguel Valeriano foi ser secretário geral da prefeitura, assumindo o cargo de locutor o estudante Ivan Rodrigues. Surgiu, então, a figura de J. Sá, autor da prece do Ângelus, que era lida diariamente às 18 horas. Com a inauguração do cine Trianon (de propriedade do vereador José Barbosa), em 1952, J. Sá foi convidado para ser o locutor oficial do cinema, que tinha duas cornetas de som, e anunciar os filmes.

Com a saída do prefeito Coaracy da Mata Fonseca, o serviço de alto-falantes do município arrefeceu. J. Sá, então, com a ajuda inestimável de José Gondim, instala em sua residência o serviço de alto-falantes Tupã (os discos de vinil eram emprestados pelo futuro juiz Nelson Rodrigues). Em 1953, J. Sá conseguiu um transmissor e passou a época do rádio, que conseguia levar o som ao centro e bairros próximos ao estúdio (já com licença do Departamento dos Correios e Telégrafos, encarregado da fiscalização das rádios). Em 1954, o serviço de alto-falantes passa a ser chamado de rádio Tupã. Pouco tempo depois, a convite de José Renato, diretor da Rádio Difusora de Alagoas, J. Sá passou a ser mais um locutor da emissora oficial do estado, até que, a convite e oferta do gerente do Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., sr. Euzébio Santos, recebeu um empréstimo bancário para compra dos transmissores da rádio Tupã, passando a proprietário.

Em 1961, a convite do deputado estadual Claudenor de Albuquerque Lima, o radialista J. Sá passa a fazer parte do cast da rádio Cultura de Arapiraca, que tinha como diretor geral o próprio deputado, como diretor geral, José de Sá, e como diretor artístico o radialista e político alagoano Castro Filho (depois, vereador em Maceió), com estúdio e transmissor no bairro São Luiz (antiga Fazenda Pernambucana). Eram radialistas: J. Sá, José Benedito Silva, o JBS, José Barbosa das Neves, o “Barbosinha” e Siloé Limeira.

A rádio Cultura de Arapiraca funcionou até 1964, surgimento da militarização brasileira, quando encerrou suas atividades. Neste mesmo ano, tendo à frente da municipalidade o prefeito Francisco Pereira, e secretário geral da prefeitura o advogado Miguel Valeriano, surge a rádio Antena de Publicidade, que passou a funcionar na rua Camilo Collier, por trás da sede da municipalidade (o estúdio e o transmissor foram montados pelo técnico em eletrônica José Gomes, o Dedé.

Durante o governo municipal de João Lúcio da Silva, com seu filho Narcizo Lúcio como secretário geral da Prefeitura, o

estúdio da Antena de Publicidade passou a funcionar na avenida Rio Branco, onde hoje é a Biblioteca Municipal (eram locutores: J. Sá, José Benedito Silva, o JBS, Albênio Perrone, Jurandir Vieira, Sebastião Cândido, Miriam Ferreira, João Rocha, Joana Vieira, a Joaninha; como controlistas: Valdemar “Testinha”, Zé do Rojão, Humberto Oliveira, o “garoto”, ex-jogador do ASA, José Reginaldo, conhecido como “Radar”, George Sá), até quando teve lacrado seu transmissor pelo Departamento Nacional de Telecomunicação - Dentel.

Como fechamento da rádio Antena de Publicidade, os ex-prefeitos Francisco Pereira Lima e João Lúcio da Silva, o secretário da prefeitura Narcizo Lúcio da Silva, o secretário de Educação e Saúde, Manoel Lúcio Sobrinho, passaram a responder processo junto ao Dentel, com sede em Recife.



Joana Vieira, uma das mulheres pioneiras na radiodifusão em Arapiraca

Depois de todo este périplo radiofônico, Arapiraca somente veio a ter uma emissora em 1976, com o surgimento da rádio Novo Nordeste. Aí, é outra história.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 144,
2019)



Vida fácil

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

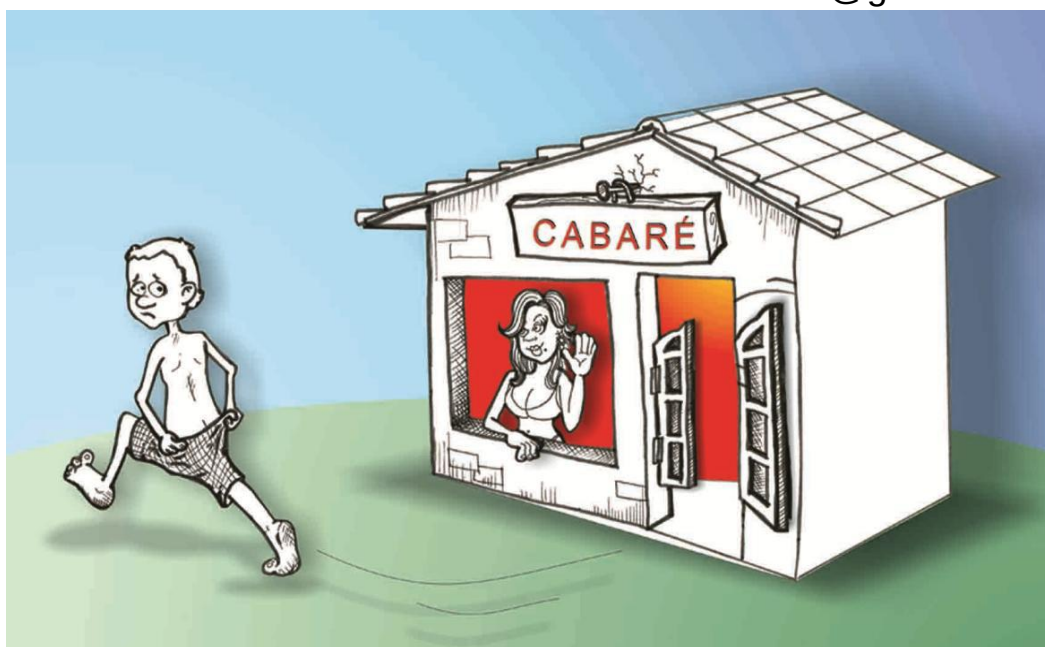


Ilustração: Mary Anne Lopes

Menino pequeno, lá pelos fins dos anos 50, fiz minha primeira incursão nas casas das “mulheres de vida fácil” de Arapiraca, os cabarés da Rua 16 de Setembro, pertinho do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (à época era Ginásio). Meu professor foi o mestre da alfaiataria Jurandir Braz.

Uma tarde, na garupa de uma bicicleta Monark, fui todo ancho conhecer aquilo de que tanto falavam maravilha: as mulheres que traziam alegria e prazer para os homens. Sempre guiado pelo Jurandir cheguei trêmulo à Rua 16. Em uma das “tocas”

(assim eram chamadas as casas daquela rua), que tinha como dona uma mulher alta, bonita, maia gasta pelo tempo e trabalho, fui apresentado como amigo de meu guia. Recebi uma garrafa de guaraná Antártica, espumante, e a saboreava enquanto meu mestre tomava cerveja.

Estava todo prosa e ria por dentro, com minha presença no “templo” das deusas como bem chamava o professor Miguel Valeriano, na sua verve incorrigível. Era como se fosse minha entrada triunfal na vida adulta. Leitor de gibis de Rock Lane, Bill Elliot, Hopalong Cassidy, Zorro, Rim Tim Tim, passava a ter meu primeiro contato com a vida mundana da Rua 16. E pelas mãos de Jurandir Braz, conhecido como conhecedor profundo daquela vida.

Lá pelas três horas da tarde, saímos da casa da bonita mulher e fomos até outra “toca”, eu e meu patrono. Essa, cheia de moças, louras, morenas, ruivas, bonitas e feias, gordas e magras.

-Esse é o Ferrerinha.

Era assim que me apresentava a todas as “meninas”. Bem ancho, saboreando outra garrafa de guaraná eu me deslumbrava com aquele mundo novo, cheio de luzes, mulheres com pouca roupa, mesas e cadeiras.

Foi quando tudo aconteceu. Irrompendo porta a dentro surgiu um homem alvo, forte e alto. Era o deputado Claudenor Albuquerque acompanhado de mais de dez homens. De todo tipo. De um preto chamado de Zé Macaco ao Alabê, passando pelo Perigoso.

Ao lado do deputado, seu cunhado, Major Ataíde, homem de mais de 1,80 m.

Sentaram-se ao redor das mesas, pediram bebida e conversavam freneticamente. Foi aí que o deputado Claudenor Albuquerque, homem temido em Arapiraca e na região, falou:

-Todo mundo nu. Não quero ninguém com roupa!

Meu mundo desmoronou. A minha satisfação, a minha alegria, o meu deslumbramento, tudo foi por água a baixo. Nu, eu que tinha vergonha de meus pertences. “Oh, meu Deus, e agora!”, pensei.

Tremia todo. Ainda de calças curtas, olhava para meu protetor, o Jurandir Braz, com olhar de “pidão”.

“Ajude-me, ajude-me”, gritava em silêncio.

Jurandir, sentindo minha aflição, dirigiu-se ao deputado e falou:

-Claudenor, deixe o menino por fora. Ele vai embora, tá nervoso, falou.

-Quem é ele, Jurandir? De quem é filho, perguntou o deputado

-Olha, ele é filho de “seu” Odilon, o cunhado do Agnelo.

-Ah, é dos Lira, né?

-É, completou Jurandir Braz. Deixe o menino ir embora.

O deputado olhou para os lados e me mandou ir embora.

-Vai, meu filho, ainda não é sua vez, Vá crescer!

A porta se abriu como um passe de mágica e saí sem olhar para os lados. Fixei meu olhar para frente, saí daquele bar, daquela “toca” e desembalei na carreira até em casa. Parecia que eu voava. Só sentia o vento no meu rosto.

Arfando, em casa despistei minha mãe, que queria saber o porque daquele cansaço, daquele suor por todo o corpo. Não disse nada, pois só pensava em meu corpo nu ao lado daqueles homens.

Passei muito tempo para voltar e frequentar as “tocas” de Arapiraca.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 145, 2019)



A promessa do engraxate

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Cadeira de engraxate, que ficava na Sorveteria Pinguim

Ele era conhecido por todos que frequentavam a Sorveteria Pinguim. Seu nome? Manoel Engraxate, ou, simplesmente, “seu” Mané. Sobrenome? Ninguém sabia. Origem? Uns diziam ser de Pernambuco; outros, paraibano. Havia, ainda há, aqueles que acreditam ser alagoano mesmo.

“Seu” Mané, pitando cigarro de fumo de corda, passou com sua cadeira de engraxate pelo bar do Calila (Ulisses Pedro da Silva), que ficava no prédio do lado direito da Igreja Nossa Senhora do Bom Conselho, hoje do Santíssimo, Sinuca

do Dedé (no mesmo prédio), Depois, onde hoje é o Hotel Falcão. Finalmente, na Sorveteria Pinguim.

Rude, analfabeto, porém sincero. Ouvia muito, e falava muito.

Um dia, ainda pela manhã, as portas da Igreja de São Sebastião estavam abertas – uma ou duas pessoas na entrada.

-Que é aquilo, “seu” Mané. Perguntei.

-É um caixão de defunto, com aquele traste dentro!

-Quem era o traste, indaguei.

-O major Vicente Ramos.

Surpreso com as palavras de “seu” Mané, matutei: major Vicente Ramos, da reserva da Polícia Militar de Alagoas, ex-delegado de polícia de Arapiraca, era conhecido com um militar destemido, que junto com a família Lúcio e o deputado Marques da Silva, haviam enfrentado os Pereira (Luís Pereira, pai, Claudenor e Cláudio Lima, filhos, com outras pessoas, num tiroteio na praça Manoel André)

Mas, por que “seu” Mané tem tanta raiva do major Vicente Ramos, principalmente agora, morto?

Ele não me disse. Soube por terceiros: um dia, quando ainda era engraxate no bar do Calila, dois soldados levavam escoltado um homem para a delegacia, que ficava na rua da Quitanda. O preso estava muito bêbado. “Seu” Mané, sarcástico, saiu com essa: - É preciso dois homens para Carregar preso um soldado.

Assim mesmo, trocando tudo.

Silenciosos, os soldados ouviram aquela lorota e, nos ouvidos do delegado Vicente Ramos, contaram que foram destratados pelo engraxate. Major Vicente Ramos, que era tenente, à época, mandou que os mesmos soldados levassem o engraxate à delegacia.

-E aí, senhor, meus soldados são bêbados, e prendem um homem de bem!

“Seu” Mané, calado chegou, calado ficou. Não deu nenhum pio.

Disse o delegado;

-Olha, vou lhe aplicar uma lição.

E o delegado mandou que “seu” Mané carregasse toda a terra retira de uma cacimba e a depositasse lá nas olarias. E assim foi feito por mais de quatro horas. “Seu” Mané esbaforiu-se.

Depois, o delegado Vicente Ramos, calmamente, entregou ao engraxate uma lata de mariola, dizente:

-Vai, coma tudo, você necessita, depois de trabalhar tanto!

Essa história, mentira ou verdade, nunca foi confirmada pelo engraxate. Mas, devido sua raiva deposita na presença do esquite do ex-delegado, parece ter sido verdadeira. E o olhar raivoso dele em direção à igreja era como uma afirmação.

“Seu” Mané engraxate, figura folclórica da Sorveteria Pinguim, por fim aceitou uma aposta em forma de promessa que fez, pensando na figura do delegado:

-“Seu” Mané, vamos apostar: quem for primeiro para o outro mundo, volta e conta como são as coisas lá. Tá certo? Apostado?

O engraxate foi primeiro que eu. Mais de 30 anos atrás. Ainda estou esperando que cumpra a promessa.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição. 153, 2019)



Anjos assassinados

Tragédia na família Nunes em Craíbas

Alguns Nunes de Arapiraca

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

A história ocorreu em Craíbas, ainda quando era simples terreno comprado pela família Nunes, de Flores, Pernambuco, em 1860. De lá para os dias de hoje, inúmeros Nunes participaram e participam de Arapiraca, na agricultura, na política, no comércio, nas letras. Relembremos, aqui, Josafá Nunes (fumicultor), Inês Nunes Lúcio (esposa do senador João Lúcio da Silva), João Nunes (que foi vereador), Ronaldo Nunes (escrevente cartorário), Sebastião e Antônio Nunes (agricultores do sítio Boa Vista), Eufrosino Nunes (pai do ex-deputado Talvane Albuquerque), Renilde Nunes (professora, que foi do SINTEAL – sindicato dos professores), Regina Nunes (que foi coordenadora de ensino estadual), Solano Nunes (agricultor), e muitos outros.

O início em Carahybas ... dos Nunes

A chegada dos Nunes na região de Carahybas deu-se em meados de 1860, ou, como muitos querem ser mais precisos, em 1865, quando Manoel Nunes da Silva Santos, fugindo da inclemente seca que assolava o sertão

pernambucano, reuniu a família (a mulher, Josefa Teixeira da Silva, e os filhos Antônio Nunes da Silva, casado com Maria José da Conceição, Joana Nunes da Silva, casada com Pedro Gama da Silva, Francisca Nunes da Silva, casada com Roberto José dos Santos, Apolônia Nunes da Silva, casada com Roberto da Ressurreição da Silva, João Nunes da Silva, casado com Maria Francisca da Conceição, José Nunes da Silva, casado com Maria Tereza Nunes da Silva, Pedro Nunes da Silva, casado com Maria Madalena da Silva, Ana Maria da Silva, casada com Antônio Tomás da Silva, e Josefa Nunes da Silva, casada com Felipe José dos Santos) e vieram morar e trabalhar em Alagoas (*). A Josefa, até hoje ninguém sabe explicar, também era conhecida como Clara Maria da Conceição. Quais os motivos para usar dois nomes? Não se sabe. Aqui, sempre será Clara.

O velho patriarca, com seus nove filhos, genros, noras e netos, adquiriu as vastas terras de Felipe Nogueira Lima por 50 mil contos de réis. Deslocando-se para Alagoas, passaram a trabalhar as pobres terras sol a pino, dia após dia. Era fins do século XVII. A posse e o domínio de Carahybas por parte do pernambucano de Flores deu-se até 1892, quando, morrendo sua esposa, Manoel Nunes dividiu a propriedade entre filhos e genros.

Não é de se estranhar que as terras de Carahybas foram divididas entre os filhos e os genros. As filhas ficavam à parte da herança, o que demonstra o poder patriarcal vigente à época. Desta forma, Felipe José dos Santos, que era casado com Clara Maria da Conceição e uma das figuras importantes desta história, herda terras em Craíbas, constroi sua casa e trabalha a terra.

Craíbas, ou Carahybas, palavra de origem tupi, tem o nome ligado a uma árvore do ramo das *bignoniáceas*, muito comum na região. As terras que deram origem ao atual município de Craíbas estão situadas na mesorregião do agreste alagoano, fazendo limite com os municípios de Igaci, Arapiraca, Jaramataia, Major Isidoro, Girau do Ponciano e Lagoa da Canoa. Faz parte da microrregião de Arapiraca.

Anjos assassinados

Ela tinha tão somente dois anos de idade. Caminhava tropeçadamente, agarrando-se às paredes ou objetos para não cair. Muitas vezes, engatinhava, pois era mais fácil se deslocar com pés e mãos no chão da casa de taipa de seus pais. As palavras, papá e mamã, foram as primeiras. Tudo começou em janeiro e terminou em abril do ano da graça de 1902.

Cecília, primeiro anjo a morrer, uma entre quatorze, com dois anos, era a penúltima filha de Felipe José dos Santos e Clara Maria da Conceição. Ele, como já dito, genro de Manoel Nunes da Silva Santos, e também natural do Sítio dos Nunes, município de Flores, em Pernambuco.

Os outros anjos foram:

Manoel (da Conceição), com cinco anos, mal balbuciava as primeiras palavras. Raquítico, sofria de asma, puxando muito pelo ar do peito, tinha cabelos encaracolados. Foi o segundo a morrer, três dias após Cecília.

Maria (da Conceição), tinha três anos quando morreu três dias após Manoel.

Thomázia Maria (da Conceição), era um pouco mais velha que os primeiros a morrer. Tinha oito anos quando apareceu morta.

Maria Angélica, morreu três dias depois de Thomázia. Tinha apenas três meses de idade.

Antônia (Maria Nunes), filha de Antônio Raymundo e Maria Antônia. Prima das cinco primeiras, tinha três meses de idade, quando morreu, três dias após Maria Angélica.

Josepha (Maria da Conceição), com nove anos, morreu um dia após Antônia.

Joana Maria (da Conceição), com dez anos, morreu um dia após Josepha no mesmo local onde morreu Thomázia.

Rozendo (Nunes), com sete meses, apareceu morto na própria casa dos pais. era irmão de Maria.

Izabel (Maria da Conceição), com 12 anos, morreu no mesmo quarto onde dormia com as irmãs e oito dias após a morte de Rozendo.

José Joana (Nunes da Silva), dois anos, filho de Manoel Nunes e Maria Thereza da Conceição. Primo das outras crianças, apareceu morto oito dias após Rozendo e logo depois da chegada de seu tio, Felipe, vindo de Juazeiro do Ceará, onde foi visitar parentes.

Joana (Nunes da Conceição), com três anos, era irmã de José e morreu no mesmo dia daquele.

Antônia (Maria da Silva), com quatro anos de idade, era filha de João Nunes da Silva e Maria Francisca. Morreu oito dias após José.

Pedro (Nunes da Silva), irmão de Antônia, com cinco anos, morreu no mesmo dia que esta, no mesmo momento que o corpo estava sendo levado para o cemitério local.

Mas, que motivos, ou mesmo, quais as causas das mortes de tantas crianças?

Para Clara, sem dúvida, estavam mais que claras as mortes repentinas dos anjinhos. Havia sido seu pedido ao bom Deus. E ela repetiu para si:

-Que o Senhor, meu bom Deus, não me leve deste mundo sem que antes leve meus filhinhos. Pois este mundo é muito perigoso para deixá-los sozinhos.

Ora, as mortes de outras crianças, juntas com as de Clara, não despertaram nela quaisquer outros pensamentos. Estava fixada na idéia original. E, porisso mesmo, grata a Deus.

A história de Antônia



Antônia Maria da Conceição



Rosa Maria da Conceição, a irmã

Na primeira vez que foi entrevistada por membros do jornal A TRIBUNA, no dia 24 de abril, Antônio, nos seus 15 anos, se apresentava delgada, os pequenos peitos um pouco estofados, de fisionomia carregada, de conversação rude e até um pouco atrapalhada. Parecia uma pessoa sem espírito, tímida, pouco à vontade na cada de detenção. Era uma menina-moça da roça.

Disse ela à TRIBUNA:

“Meu pai, Felipe, vive com minha mãe na perfeita amizade, e mais dos dias iam à casa de farinha, que ficava a uns 50 passos da nossa casa, raspar mandioca. Minha irmã Rosa sempre acompanha meus pais, e eu, como mais velha, ficava tomando conta dos irmãos.

“Na casa de farinha, que era de toda a família, sempre se achava uma tia, irmã de minha mãe. Daí, saía muita conversa. Numa dessas conversas, vim saber que minha mãe havia desgostado da atitude de um tal João, que havia raptado uma moça que morava ali perto. Raptou e depois maltratava muito a coitada!

“Meu pai, ouvindo a tal conversa entre minha mãe e sua irmã, repeliu prontamente minha mãe, dizendo que ela não tinha nada a ver com a história.

“Minha mãe entronchou a cara! Ela parecia ter muito ciúme de meu pai.

“Um dia, minha mãe está adoentada, de cama, e conversava com duas de suas irmãs, relatando que tinha feito um pedido a Deus, Dizia que não tirasse sua vida desse mundo sem que primeiro não levasse seus filhos, pois esse mundo é ruim, cheio de perigo.

“Fiquei a ruminar!

“Ora, pensei Minha mãe vai morrer logo, ela está muito doente. E ela pediu a Deus para que venha buscar seus filhos pequenos antes dela ir. Por que não atender minha mãe? Por que não ajudá-la nesta empreitada?

“Matutei muitas vezes. E, com efeito, dias depois saíram todos para a casa de farinha, ficando só eu, a lavar pratos, e meus outros irmãos. Cecília, com 11 anos, estava entre eles. Aí, surgiu-me um pensamento: fazer. Peguei seu pescoço com as duas mãos, arroxeei, arroxeei, até que ela colocou a língua para fora. Nem sinal de vida.

“Chamei meus outros irmãos, todos pequeninos, e disse: calados, se vocês falarem, eu farei o mesmo com cada um. Ouviram?

“O silêncio foi total.

“Após a morte de Cecília, seguiram-se mais dois, Manoel, com cinco anos, era magrinho, magrinho, quase não falava, e Maria, com três anos. Do primeiro ao terceiro, foi uma distância de seis dias.

*“Minha mãe, quando viu os filhos mortos, não se conteve. E disse: **”foi feito com muita fé”**, acreditando que suas preces a Deus estavam sendo atendidas.*

Neste momento, Antônia titubiou, parecendo não estar segura com suas ideias. Ela parou, respirou profundo, e continuou:

“Olha, foram 14, entre irmãos e primos. Três eram de meu tio João Nunes; dois, do outro tio, Manoel Nunes; um, do tio Antônio Raymundo, e oito de meus pais.”

Durante todo o tempo, Antônia contou à TRIBUNA que após a morte da 12ª criança, seus parentes acreditavam piamente que “algo ruim” havia passado pelo lugar. “Um vento,” diziam.

Depois de ouvir Antônia, a reportagem de A TRIBUNA foi ouvir Rosa que, fisionomia simpática, de conversação desembaraçada para uma analfabeta, narrou os fatos. Ora, repetiu quase sempre o que sua irmã havia dito, acrescentando que não revelou as mortes logo que foi sabedora, ou mesmo participou, porque conhecia o gênio forte da irmã. E tinha medo de morrer, pois sempre era ameaçada.

As respostas às perguntas eram quase que iguais, sem terem sido preparadas pelas duas. A tudo, o pai Felipe continuava mudo, sem palavras. E sem gestos.

A posição do governador Euclides Malta



Governador Euclides Malta mandou inocentar as irmãs de Craíbas.

Com base nos estudos médicos e o Art. 29º, o governador Euclides Vieira Malta não teve dúvidas, considerando inimputáveis Antônia e Rosa. Eram, portanto, tidos como inimputáveis (incapazes de saber o certo e o errado), porque a responsabilidade criminal começava somente a partir dos catorze anos. E determinou que a justiça estadual, através da

competente autoridade processante, instaurasse o processo. O juiz de direito da comarca de Traipú, em 22 de dezembro de 1902, as despronunciou. Devolvendo-as ao pai Felipe.

Neste mesmo fim de ano, em mensagem ao Congresso Alagoano (**), o governador comentou os crimes ocorridos em Carahybas e o parecer médico, expressando que se chegou à conclusão de que Antônio possuía “monomania” (***) e pela falta de determinação de Rosa. Disse o governador (****): *“Deploro não possuírmos uma casa ou estabelecimento, onde podessem ser convenientemente observados e tratados indivíduos em tais condições, e mesmo educados no caso no caso de lhes voltar a integridade da razão. Estivessem em melhor pé as nossas finanças e eu não teria dúvida em vos pedir meios, para que se fundasse mais esta pia instituição”*.

E mais:

“Mande que com este parecer, fossem ellas remetidas à autoridade processante daquele município”.

Com a soltura de Antônio e Rosa, a volta a Carahybas, e a consequente entrega a seu pai, acreditava o governador que tudo estaria resolvido. E assim foi.



Joaquim Paulo Vieira Malta, secretário do interior era irmão do governador. E foi, também, governador.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 158, 2023)



A caminho do padre Cícero

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Padra Cícero Romão Batista

A vida volta ao normal em Carahybas dos Nunes. Felipe, em seu quinhão herdado do sogro Manoel Nunes,

constante de uma casa de taipa, de chão batido, um quarto, uma sala, uma cozinha com fogão a lenha, porta e janela na frente, porta nos fundos e no quintal uma cazinha para as necessidades, sempre se reunia, principalmente à noite, com as filhas Antônia e Rosa. Reunir é o termo Eles simplesmente sentavam-se, calados, sempre calados, ao redor da pequena mesa na sala. No centro, um candeeiro clareava majestoso. Durante todo esse tempo, sem se comunicar com as filhas, Felipe matutava: *“quero sair daqui. Quero ir embora daqui. Vou seguir meu caminho. Tenho parentes em Juazeiro do Norte. Vou prá lá!*

Todos os dias ele pensava em ir embora. O jeito de olhar atravessado que muitos olhavam suas filhas não agradava a Felipe. Era como se fosse uma condenação diária. As mortes de Clara e dos filhos não lhe saíam da cabeça, Martelavam o cucurucu.

Aos poucos, Felipe foi se preparando: olhava os arreios do carro de boi, olhava os cambitos, a canga (azeitava com banha de bode), tratava bem os dois bois. Devagarinho, fez uma torda e colocou no carro – era para aplacar o sol à pino dos dias de viagem. Decidiu-se: ia para Juazeiro do Norte.

Era o ano de 1906.

Uma madrugada, acordou as filhas, colocou dois sacos de farinha no estrado do carro de boi, uma foice, alguns trecos de roupa dos três, metade de um bode assado (dentro de um saco com farinha), um pouco de café torrado, um pote com água de beber e pronto. Antes, Felipe já tinha apalavrado e vendido seu lote de terra ao cunhado Antônio Nunes da Silva. Além do mais, Juazeiro do Norte já era conhecida dele, pois em 1901 já tinha feito viagem para receber as bênçãos do padre Cícero Romão Batista. A viagem, em sí, durou quase um mês.

De Carahybas foram para Inajá, depois Custódia, passasam pelo Cruzeiro do Sul, Bom Nome, Jati e Brejo Santos; depois, seguiram caminho por Milagres, Missão Vela, Missão Nova (hoje município de Missão Velha), Barbalha até chegarem a Juazeiro. Em Missão Velha, a mais ou menos três quilômetros da sede, Felipe e os três filhos descansaram ao lado de uma bela cachoeira, hoje conhecida como cachoeira de Missão Velha. Alí, eles encontraram água limpa para beber e se lavar (Ah, que descanso, dezenas de dias, dia e noite pelo

mato a dentro, pouca água para as necessidades. Agora, sim, relaxaram).

Após o descanso na cachoeira de Missão Velha, o carro de bois foi dirigido para a região de Salamanca, a Barbalha de hoje. Mais uma parada, agora ao lado da Igreja de Santo Antônio do Toco, em Missão Nova, construída por João Mendes Lobato e Lira, em 1725, e onde se encontra seu corpo alí enterrado em 1793 (*). Rezaram aos pés da imagem do santo. Rezaram em silêncio: Felipe, Antônia, Rosa e Domingos.



Igreja de Santo Antônio do Toco, em Missão Nova, município de Missão Velha, CE, construída em 1725. É o primeiro templo católico do Cariri e onde foi sepultado **João Mendes Lobato e Lira**, em 16.12.1793. A igreja foi reformada em 1923 (foto do autor, em 04/07/2016).

Em Juazeiro do Norte viviam alguns parentes de Felipe, alí chegados pela religiosidade: suas irmãs, Maria Angélica (era beata), e Maria Januária, além da prima Maria Rosa.

Finalmente, num sol escaldante de início de tarde, a caravana dos Nunes chega a Juazeiro, na mesma rua onde morava o padre Cícero (hoje rua São Pedro, que sai em linha reta desde a igreja de Nossa Senhora das Dores até no alto da cidade, onde esta se inicia). No encontro com as irmãs,

notícias daqui e dali, Felipe conta a seus parentes a tragédia de Carahybas, as mortes de sua mulher, de seus filhos e das outras criancinhas.

Já instalado de início na casa das irmãs, durante as horas de conversação, Felipe, demonstrando um homem falante, ao contrário do tempo das Alagoas, quer saber como é pessoalmente o padre Cícero Romão Batista.

- Não é pessoa difícil, diz Maria Angélica, a beata:

- Encontro o padre todos os dias. É afável, amigo e severo, porém é um homem bom. É um homem exigente. Prometo levá-lo ao padre.

Passaram-se vários dias. Felipe, com o pouco dinheiro amealhado nas Alagoas, arrenda um pedaço de terra no sítio Brejo Seco, que fica nos arredores de Juazeiro. E começa a trabalhar a terra, sempre com suas duas filhas. Domingos, o caçula, ficava de fora, tomando conta dos dois bois.

Um belo dia de sexta-feira, lá pelas dez horas, padre Cícero Romão Batista (*) recebeu em sua casa a Felipe, levado que foi por suas irmãs e pela prima Maria Rosa. O padre estava a se balançar numa cadeira de vime. Como sempre, usava uma batina preta, surrada.

- Bom dia, meu filho! Você é irmão de Maria Angélica e de Maria Januária? Muito bem. Elas disseram que você quer muito falar comigo. Senta, meu filho!

Felipe senta-se numa cadeira feita de jaqueira, muito pesada, em frente ao padre Cícero.

-Ah, seu padre, tenho muita coisa a contar, pedir sua bênção e seu perdão. Prá mim e para minhas filhas, Antônia e Rosa. Sei que o senhor vai interceder junto ao Pai Santíssimo e Nossa Senhora das Dores por minha família.

Carahybas, nas Alagoas, a vida corria mansa. Cheio de filhos, de dois meses a 14 anos. Minha mulher, a Clara, que sempre se mostrou ciumento, reclamava sempre da vida, e da minha vida. Ela achava que ia morrer logo, mas padre, dizia

que não queria morrer e deixar seus filhos neste mundo sozinhos, sem ela para cuidar.

-Um dia, de tanto contar esta história, Antônia, minha filha mais velha, ouviu, por trás da porta, o pedido da mãe - “Não quero morrer antes de meus filhos. Que eles morram primeiro, para não ficar neste mundo injusto”.

-Antônia, padre, quis fazer os gostos da mãe. E passou a matar os irmãos, sempre apertando as goelas. Depois de um tempo, teve ajuda de Rosa, minha outra filha de 12 anos (Antônia ameaçou por diversas vezes Rosa, de matá-la caso não a ajudasse). Padre, vou dizer os nomes dos anjinhos mortos: Cecília, Manoel, Maria, Thomazia, Maria Angélica, Josepha, Antônia, Joana Maria, Rozendo, Isabel, José Joana, Joana, Antônia (filha de uma cunhada) e Pedro. Todos eram filhos de nossa família. Quando não eram meus, eram filhos de irmãs de Clara.

-Foi uma desgraça, padre Cícero. No início, diziam que tina sido um vento que passara pela região, matando todas as crianças. Pedidos a São Sebastião, muita reza foi feita. E nada, padre. A única coisa de certeza era que mais dia menos dia morria um anjinho.

-E o povo passou a desconfiar. Minha mulher Clara, sofrendo muito, foi ao Brejo dos Sulinos, na capela de Nossa Senhora da Conceição. se confessar e pedir perdão a Deus e a Nossa Senhora, acreditando que as mortes foram devido a seu pedido. Foi abençoada pelo padre e recebeu a comunhão.

-Depois, veio tudo. Eu, Clara, Antônia e Rosa fomos detidos em Traipú, onde Clara morreu dentro da cadeia. Depois, fomos levados para Maceió, a mando do governador (alí, vários médicos estudaram minhas filhas) e disseram que elas eram inocentes.

-Olha, padre Cícero, depois de tanta aperreação, Antônia contou tudo: que tinha matado os irmãos e os primos para salvar a mãe do fogo do inferno. Rosa disse o mesmo.

Hoje, aqui estou com as duas e meu filho Domingos, nesta terra santa, pedindo perdão a Deus e a Nossa Senhora das Dores para aliviar a vida de minhas filhas.

-Padre Cícero, só o senhor pode interceder pela minha família. Quero sua bênção, padre.

Felipe estava extenuado, mas calmo. O suor escorria pela fronte. Padre Cícero Romão Batista não moveu nada no corpo. Com os olhos fechados desde o início da história de Felipe, assim continuou por um bom tempo. Respirou fundo, abriu os olhos, fixou aquele homem sofredor, e disse:

-Meu filho, tudo pode em nome de Deus. Quero você e suas duas filhas vão até a igreja de Nossa Senhora das Dores amanhã, bem cedinho. Você sabe rezar? Suas filhas sabem rezar?

-Sabem, padre. Minhas filhas sabem rezar porque foram ensinadas pela mãe. E minha mãe também me ensinou a rezar.

-Pois bem, amanhã, bem cedinho, lá pelas cinco horas, quero vocês na igreja. Assistam a missa e depois me procurem.

-Vá em paz, e Nosso Senhor o acompanha, meu filho. Felipe beijou o dorso da mão direita do padre Cícero, fez o sinal da cruz, começando na testa até abaixo da boca, e saiu. Cedinho, muito cedinho, ainda escuro, a família Nunes, inclusive o menino Domingos, estava entre dezenas de fiéis sentada nas longas cadeiras da igreja de Nossa Senhora das Dores. Alguns dos romeiros (como são chamados aqueles que visitavam Juazeiro do Norte para falar como padre Cícero Romão Batista), carregavam chapéus de palha; as mulheres, em grande maioria, tinham véus que iam até os ombros, e que cobriam as cabeças.

Padre Cícero Romão Batista, seguido por dois coroinhas, sobe os degraus do altar e, de costas para o povo

mas de frente para o altar, começa a missa, que durou mais ou menos hora e meia.

Ao fim, após a bênção final, o padre retira as vestes litúrgicas da missa, e novamente com sua batina preta e rota, olha rapidamente para os fiéis que ficaram ao redor do altar, encontra as irmãs, a prima Maria Rosa, Felipe e seus três jovens, que identificou como os filhos daquele homem que havia lhe contado uma triste história, faz um gesto com a cabeça e dirige-se, novamente, ao altar.

-Venham vocês, coloque-se um ao lado do outro, disse o padre.

Todos os quatro ficaram lado a lado. Serenos. E ao redor deles, os curiosos. O padre falou:

-In nomine Patris, et Filii, et Spíritus Sancti. Amen
(*Em nome do Pai, e do Filho, e Espírito Santo. Amém*).

Felipe e os filhos responderam:

-Abençoei-nos padre, porque pecamos

Padre Cícero estende as mãos sobre as cabeças de Felipe e seus filhos, e, após levar o dedão da mão direita às suas testas, fazendo o sinal da cruz em cada, exclama:

-Dominus noster Jesus Christus te absolvat; et ego auctoritate ipsius te absolvo ab omni vinculo excommunicationis (suspensionis) et interdicti no quantum possum et indiges tu. Deinde, vos absolvo ego una peccatis tuis in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti. Amen.

(*Que nosso Senhor Jesus Cristo te absolva; e por Sua autoridade eu te absolvo de todo vínculo de excomunhão (suspensão) e interdito, tanto quanto meu poder permitir e suas necessidades exigirem. [fazendo o sinal da cruz:] Então **eu te absolvo** de teus pecados em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo. Amém*)

Todos o ouvem contritos e, calados, abaixam suas cabeças. O padre Cícero Romão Batistas, por fim, diz:

-Vão em paz. O senhor vos acompanhe. Nossa Senhora das Dores vos guie. Não pequem mais.

E, mais uma vez, faz o sinal da cruz.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 159, 2020)



A família Real Britânica e eu

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Credencial da visita da Rainha Elizabeth II e do Príncipe Philip, Duque de Edimburgo a Bahia em 1968.

Repórter do JORNAL DA BAHIA e cursando o último ano de jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (à época Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), militante da Ação Popular (AP), fiz parte da equipe daquele matutino para cobrir a visita à Bahia da Rainha Elizabeth II e de seu esposo,

o Príncipe Phillip. Mesmo com todas as contradições que me assolavam, naquele ano fatídico de repressão ditatorial, sem quase nenhuma liberdade individual, com a imprensa tendo que aturar a presença constante da coação em seu meio.

Jornalista, com a missão de colher os fatos importantes daquela visita histórica da rainha do império britânico (ainda importante perante o concerto das nações) e transmiti-los aos leitores; estudante, fundador e ex-presidente do Centro de Estudos Superiores de Jornalismo da Bahia, cheio de ideias sobre a liberdade, sobre a luta por um ensino democrático, sobre os governos daquele período; militante da Ação Popular (AP), movimento de esquerda, que surgiu no movimento estudantil (através da JEC, JUC), e se espalhou por todo o país, com ideias marxistas e maoístas, para libertar o Brasil do julgo imperialista. E que ali estava representado pelo Império Britânico, pela rainha.

Fui encarregado de cobrir os atos no Clube Inglês, situado na praça do Campo Grande, perto do Teatro Castro Alves e da residência da Arquidiocese do Salvador, que tinha Dom Eugênio Salles como Cardial Primaz do Brasil. Logo cedinho, lá pelas 7 horas daquele dia dois de novembro de 1968, já estava à postos, acompanhado do fotógrafo Anísio Carvalho. Mesmo sabendo que a passagem da rainha pelo Clube Inglês só dar-se-ia pelas 10 horas daquela primavera. Esperava ansioso, com minhas contradições: como encarar um dos representantes do imperialismo, frente à frente (depois dos Estados Unidos da América, o Império Britânico era considerado a “encarnação” do imperialismo: como ficariam minhas convicções políticos, pelas quais vinha lutando no movimento estudantil? Enquanto esperava a ilustre visitante, matutei muito! Até me lembrei do José Francelino Filho (o Zequinha Francelino), arapiraquense de família histórica de Arapiraca - filho de Maria Oliveira Lima, a mantenedora da Igreja de São Sebastião, de tantas recordações.

Zequinha, como conhecido por todos, sabia contar história e estória: era da reserva da Marinha do Brasil, e

afirmava, orgulhoso, que tinha estado na coroação da Rainha Elizabeth, nos idos de 1953, mais precisamente no dia dois de junho, embarcado num navio brasileiro sobre o rio Tâmisa. Ele relatava, aumentando ou não, a beleza daquele ato cheio de pompa, de tradição, de orgulho do povo britânico, das cores esplendorosas por toda Londres, que era a coroação. Eu ficava embasbacado com as histórias do Zequinha. E das ilustrações mentais. Ele, quando falava sobre o assunto, era de uma alegria só!



Rainha Elizabeth II quando visitava o Clube Inglês, em Salvador (foto Arquivo Público da Bahia)

Mas, voltemos à visita. Após ter passado pelo Mercado Modelo, pela Ladeira da Conceição, o cortejo chegou ao Clube Inglês (ao lado da Igreja Anglicana). À frente, a Rainha; um passo atrás, o Príncipe Phillip; depois, o séquito, constituído, entre outros, pelo Governador Luís Viana Filho, pelo Prefeito Antônio Carlos Magalhães, por Dom Eugênio Salles, pelo pintor Carybé. Em pé, séria, Elizabeth II era apresentada a

ingleses que moravam em Salvador. Isto demorou pouquíssimos minutos. Depois, assinou um livro enorme, simbolizando sua visita. O Príncipe Phillip, após a Rainha, também assinou o livro.

Foram poucos minutos todo o ato no Clube Inglês, mas que simbolizava para a Bahia, a fidalguia em receber a representante maior do Império Britânico. E eu, presencialmente, estava lá. Mesmo cheio de ideologia esquerdista, embebida pelo Livro Vermelho, de Mao Tsé-tung. Ou Pour Marx, do filósofo francês Louis Althusser.

Minhas contradições, porém, não impediram de realizar uma parte da cobertura da Família Real Britânica, Rainha Elizabeth II e Príncipe Phillip, a Salvador, naquele dia de finados de 1968.



Menina fura bloqueio e se aproxima da Rainha Elizabeth II em Salvador (foto Arquivo Público da Bahia)

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 190, 2021)



A morte do ex-presidente

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Corpo sendo retirado dos destroços do avião que matou o ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco

O ano era 1967, dia 18 de julho. Como redator da rádio Cultura da Bahia AM, que funcionava conjuntamente com a rádio Bahia AM, num casarão na praça do Campo Grande, vizinho ao palácio da Arquidiocese da Bahia, seguia num

trabalho comum ao lado de um rádio Philips Olho de Boi e de um gravador de rolo Akai. Era um dia como outro qualquer; ou deveria ser. Passava do meio-dia, quando procurando sintonizar emissoras do sul do país à procura de notícias, ouvi um radioamador.

-Atenção, atenção! Acaba de morrer o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco num acidente de avião. O ex-presidente da República morreu com mais outros três passageiros. Atenção, atenção! Aqui é o radioamador PQ7 XXX, PQ7 XXX.

Foi um choque. Senti um calafrio. O homem mais importante da “revolução” de março de 1964 estava morto. Liguei imediatamente o gravador Akai e coloquei papel da máquina Olivetti. Gravei tudo que dizia o radioamador. Depois, uma a uma, sintonizei as rádios Globo, Tupi, Nacional (as mais usadas diariamente), todas do Rio de Janeiro, nas ondas curtas de 49, 31m, 25m. Nenhuma notícia sobre a morte do ex-presidente da República.

E agora, que faço? Levo a notícia para o locutor Joseval Costa Lino? Peço autorização ao diretor das rádios? Se assim o fizesse, poderia perder o “furo”, a notícia em primeiro lugar (o diretor das rádios Cultura da Bahia e Bahia era um coronel da reserva do Exército, ex-membro do CIEEX, o Centro de Informações do Exército) Só isto me deixava arrepiado de medo, pois ainda era estudante de jornalismo na UFBa.

Tinha que agir rápido. Criei coragem e subi os degraus que separava a redação do estúdio:

-Joseval! Saiu agora, nenhuma rádio deu esta notícia. É um “furo”!

-Meu Deus! Você falou com o coronel? Não vou dar esta notícia, não. Sem autorização, nós dois vamos ser demitidos e, pior, vamos pra cadeia.

-Não, não falei com ninguém. Tentei o número do coronel, mas não atende. Só faz chamar.

Ele tinha razão. Aqueles dias, governado pelo general Emílio Garrastazu Médici, não eram fáceis. Tínhamos de ser cuidadosos, muito cuidadosos. Mas, a veia jornalista (mesmo ainda estudante) gritava pela notícia. Convenci o Costa Lino.

E a rádio Cultura da Bahia silenciou a música que tocava. E deu uma extraordinária:

-Atenção ouvintes! Muita atenção! Acaba de morrer, em um acidente de avião, o ex-presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Vamos repetir: acaba de morrer o ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em desastre de avião no Ceará.

Fiquei com medo e alegria; era uma mistura de medo do que poderia acontecer e, ao mesmo tempo, cheio de alegria de “furar” as outras rádios, dando em primeira mão aquela notícia.

Somente vinte e cinco minutos após, o noticiário “O Globo no Ar” dava a notícia. E se seguiram as outras rádios, como “pipocaram” os radioamadores com a notícia da morte do ex-presidente da República.

Mais ou menos uma hora depois que a rádio Cultura da Bahia noticiou o fato, estava eu e Joseval na sala da direção, tendo à frente o coronel, a explicar, ou dar, os motivos daquele noticiário.

Nem fomos demitidos nem presos.



Bimotor Piper Aztec, do governo do Ceará, que caiu com o ex-presidente Castelo Branco (foto domínio público)

Algum tempo após, uma comissão de inquérito apurava as causas do acidente entre o avião que transportava o ex-presidente Castelo Branco e um jato TF- TF-33A, da Força Aérea Brasileira (FAB). Até hoje, teorias de conspiração surgem e desaparecem, com afirmações da intencionalidade do acidente.

(O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco morreu no desastre de um bimotor piper aztec e acompanhado de outros três passageiros. Volta de Quixeramobim, onde tinha visitado a escritora Rachel de Queiroz, sua amiga. Havia exercido o cargo de presidente da República, de 1964/1967, e era considerado um moderado. Seu sucessor foi Emílio Garrastazu Médico. Quando se aproximava do aeroporto, já sobrevoando o bairro Mondubim, o avião cedido pelo Governo do Ceará foi subitamente colhido por um jato TF-33A, da Força Aérea Brasileira (FAB). O caça compunha esquadrilha de quatro aeronaves e bateu “com precisão cirúrgica” com a ponta da asa esquerda no leme de direção e quilha do piper, arrancando parte da cauda. As autoridades deram o caso como um lamentável acidente).

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, Edição 192, 2021)



Pistolagem e morte na Assembleia

Coordenação de texto: Manoel Ferreira Lira

Fotos: internet (domínio público)

Tudo começou em 7 de fevereiro de 1957, sete meses e seis dias, antes. Às 21,30 horas, em frente a igreja de São Sebastião, já na praça Gabino Besouro, em Arapiraca, foi assassinado o deputado estadual Marques da Silva, cuja autoria intelectual foi imposta ao também deputado Claudenor de Albuquerque Lima.

José Marques da Silva, médico, tinha sido o deputado mais votado do estado, com 3.760 dos 7.400 eleitores do município de Arapiraca. Escolhido, em 1955 o 10. vice-presidente da mesa diretora da Assembléia, fazia parte da oposição ao governador Muniz Falcão, juntamente com outros 21 colegas parlamentares. A situação era constituída de 12 deputados.

Acerca do assassinato do deputado arapiraquense, disse **O GLOBO**, diário do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1957:

“O CRIME DE ALAGOAS”

“O ato de banditismo, que na cidade de Arapiraca, em Alagoas, roubou a vida ao deputado opositor Marques da Silva, não é o único nem o primeiro, praticado neste País, por vindita partidária. Mas é de tal modo impressionante em seus

antecedentes, em sua forma de execução, em suas múltiplas circunstâncias, que está destinado a acarretar as mais sérias consequências sobre a cabeça de seus autores ou corresponsáveis morais e políticos.

“Muitos dos nossos homens públicos do interior, não se querem convencer de que estamos na segunda metade do século XX, em plena era de transformações radicais, e continuam a orientar suas atividades partidárias pelos processos de violência contra as pessoas, de ameaça de supressão de liberdades para os opositores. Esse regime não resiste nem pode resistir à reação que lhe opõe, sem distinções, a opinião pública, inteiramente hostil à sobrevivência das antigas senzalas para os brancos depois que ficaram despovoadas dos escravos negros”.

Após o assassinato, o governador Muniz Falcão disse ao coronel Murilo Luz, comandante da Polícia Militar de Alagoas: *“Veja, coronel, que espécie de amigos eu tenho. Traem-me a confiança e expõem o nome do governo num crime monstruoso”.*

Sete meses após

Era o dia 13 de setembro. Uma tarde ensolarada. A partir das 15,30 horas, muitos parlamentares chegavam ao prédio da Assembleia para mais um dia de trabalho legislativo. Na pauta: leitura da ordem do dia, que constituía decreto de *impeachment* do governador Muniz Falcão, de autoria do deputado Oséas Cardoso.

Pela praça D. Pedro II caminhavam lentamente em direção ao plenário da Assembleia os deputados Claudenor Albuquerque Lima, Aderval Tenório e Luiz Gaia, os três pertencentes à situação, isto é, defensores intransigentes do governador Muniz Falcão. Chegavam de terno, com grandes capas de chuva sobre os ombros, que encobriam revólveres e metralhadoras conhecidas como “lourdinhas”. Segundo o irmão, Djalma Falcão, em seu livro *Episódios*, o governador “teria pedido que sua bancada não comparecesse à sessão, entretanto, o deputado Humberto Mendes (PTN), seu sogro e líder do governo, discordava dessa posição”. Disse mais

Djalma Falcão: " Mendes e os deputados Claudenor Lima e Abraão Moura decidiram ir à Assembleia dispostos a "matar ou morrer" e não atenderem nem mesmo aos apelos do arcebispo de Maceió, D. Adelmo Machado, para que fossem desarmados. Portando metralhadoras, os três rumaram para a Praça D. Pedro II e, agitados, condenavam os golpistas, sob aplausos da multidão que se aglomerava no local em apoio ao governador".

Lá dentro, entrincheirados, deputados oposicionistas, como a antever a tragédia, estavam à espera. Édson Lins, com duas armas de fogo, Oséas Cardoso, Carlos Gomes de Barros, Antônio Gomes de Barros, José Onias, José Affonso de Melo, o senador pela Bahia, Juracy Magalhães (presidente da UDN nacional e também com arma em punho), todos esperavam o embate. Os deputados oposicionistas eram: Antônio Gomes de Barros, Carlos Gomes de Barros, Teotônio Vilela, Júlio França, Mário Guimarães, Geraldo Sampaio, Siloé Tavares, Oséas Cardoso, Otacílio Cavalcante, Virgílio Barbosa, José Onias, Lamenha Filho, Machado Lobo, Edson Lins, Herman Almeida, Arnaldo Paiva, João Toledo, Manoel Borges, José Affonso, Antenor Claudino, Antônio Malta e Antenor Serpa.

Os que acompanhavam o governo de Muniz Falcão: Jorge Assunção, João Bezerra, Antônio Moreira, Abrahão Moura, Claudenor de Albuquerque Lima, Luiz Gaia, Ramiro Pereira, Humberto Mendes, Ulisses Botelho, Luiz Coutinho, Augusto Machado, Aderval Tenório e Luiz Rezende.

Sem palavras

Assim que chegaram ao recinto do plenário, ali pelas 15,30 horas, silenciosamente, sem ao menos pronunciarem palavras, ou mesmos ruídos, os deputados da situação foram logo atirando a esmo. O jornalista Moreira Alves, ferido por bala de fuzil no fêmur, assim escreveu nas páginas do **CORREIO DA MANHÃ**, do Rio de Janeiro:

"Cheguei às 6 da manhã de hoje, acompanhando o presidente da UDN. Imediatamente saímos a tomar contato

com o ambiente político de Maceió, onde se vivia momentos de expectativa.

"Reuniões se sucederam entre os líderes udenistas na casa do deputado Mário Guimarães, presidente da UDN local. O Palácio do Governo estava vazio de povo e cheio de homens armados.

"O governador movimentou a cidade durante toda a manhã. A partir do meio dia passou a receber em Palácio. Às 15 horas a Polícia Estadual formou em frente ao edifício da Assembleia.

"Os deputados da oposição se encontravam no recinto. Às 15,10 horas, deputados situacionistas liderados pelo deputado Claudionor Lima, subiram a escadaria vestidos de capas, sob as quais portavam metralhadoras. Penetraram imediatamente no recinto.

"Nenhuma palavra chegou a ser trocada. Os deputados da situação abriram fogo imediatamente a esmo. Vários feridos. Impossível dizer número, pois figuro entre eles. De relance vi um deputado de terno escuro, de óculos, empunhando metralhadora sob a capa, que me afirmaram ser Claudenor Lima.

"Vi o fogo da metralhadora, senti dor na perna e caí. Durante uma hora, juntamente com outros 4 feridos, abriguei-me atrás de 3 sacos de areia destinados a proteger a taquigrafia. Esperei socorro. As ambulâncias tiveram dificuldades em atravessar o cerca de cangaceiros, que ameaçavam o corpo médico com metralhadoras. Removido para o Pronto Socorro, foi diagnosticada fratura do fêmur. Meu estado geral bom. Reportagem encerrada. Marcio Alves".

Um tiro

Ferido pelas costas, um tiro matou o deputado Humberto Mendes, sogro do governador e um dos mais corajosos. Para o jornalista Rubens Jambo, foi da arma do

deputado Virgílio Barbosa, que era de Limoeiro de Anadia, que saiu a bala que assassinou o oposicionista.

Outros deputados, José Onias, Júlio França, José Affonso, Carlos Gomes de Barros (todos oposicionistas) também saíram feridos, além do jornalista Moreira Alves, do servidor da Assembléia Jorge Pinto Dâmaso (ferido na perna) e do sargento Jorge José de Araújo, da PM, ferido na rua por uma rajada de metralhadora.

"Gritos de dor e pânico ouviam-se nos quatro cantos da Câmara; tive a impressão de que muita gente estava morrendo à mingua de socorro. O fogo, aqui e ali, era interrompido, como se as munições tivessem se esgotado. Logo, porém, ouvia-se o barulho mecânico de reabastecimento das armas. Da rua, soldados atiravam indiscriminadamente, talvez para afastar o aglomerado de gente na praça, talvez para agravar, anda mais, o clima de tragédia e intranquilidade em Maceió.

"Ao cabo de 40 minutos de batalha, nos limites precários de uma sala cheia de poltronas e mesas, distribuídas em planos diferentes, as metralhadoras e os revólveres silenciaram. Restavam os gemidos dos feridos e alguns gritos indefiníveis dentro e fora do prédio.

"Aos poucos, o ambiente foi se clareando. Das saletas, surgiam pessoas, ainda de armas na mão, buscando a consciência exata das proporções da tragédia; das barricadas, especialmente na sala da Presidência, os deputados oposicionistas saíam, já em socorro dos feridos, todos estirados pelo chão, perdendo sangue. Encontrei nesse momento o Senador Juracy Magalhães que, aparentemente calmo e de revólver na mão, manifestou surpresa de ver ali, na encruzilhada de uma chacina, este repórter, seu velho conhecido de outras sessões parlamentares menos sanguinolentas na história política deste país. Iniciou-se, então, uma operação de busca e reconhecimento de feridos, sala por sala, esconderijo por esconderijo. Dessa empresa, participaram os deputados oposicionistas Teotônio Vilela, Lamenha Filho, que é o presidente da Assembléia e Arnaldo Paiva. Foram, então, recolhidos o jornalista Moreira Alves,

*com um tiro na coxa direita (fratura do fêmur), os deputados José Onias, José Afonso, Virgílio Barbosa, Antonino Malta e Carlos Gomes de Barros e o funcionário José Pinto Dâmaso; com um tiro na perna, foi socorrido, ainda, o sargento Jorge José de Araújo, da Polícia Militar, atingido, na rua, à entrada da Câmara, por uma rajada de metralhadora" (trecho da reportagem de **O CRUZEIRO**, edição de 28 de setembro de 1957, de autoria do jornalista João Martins.*

O afastamento

Com o Exército nas ruas, a noite de 13 de setembro foi tranquila em Maceió, apesar de famílias, correligionários e o próprio governo do Estado lamentarem a morte do político e sogro do governador Muniz Falcão, deputado por Palmeira dos Índios, Humberto Mendes. No dia seguinte, porém, o governo federal, através de decreto presidencial, decreta intervenção no Estado de Alagoas, atendendo solicitação do próprio poder legislativo alagoano. Diz o decreto:

"Decreto n. 42266 de 14/9/1957- Poder Executivo Federal (DOU de 15/9/1957)

" Decreta a intervenção federal no Estado de Alagoas para assegurar o livre exercício dos poderes da Assembléia Legislativa.

" O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os arts.. 7, nº IV, 9, § 1º, n II, 10, 11 e 12 da Constituição,

CONSIDERANDO que a Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas solicitou a intervenção federal no Estado, por se julgar impedida de exercer livremente os seus poderes;

CONSIDERANDO que, a par desta solicitação, é notória a ocorrência de graves acontecimentos no próprio recinto da Assembléia Legislativa seguidos de atentados à vida e à pessoa de Deputados;

CONSIDERANDO que, por esse motivo, a situação no Estado é de intranquilidade, capaz de gerar a subversão da ordem pública;

CONSIDERANDO que, ao Governo Federal cabe garantir, mediante a intervenção, o livre exercício de qualquer dos poderes do Estado que estiver impedido de funcionar regularmente,

CONSIDERANDO que a intervenção poderá ser parcial e com objetivo restrito:

DECRETA:

"Art.1º Fica decretada, pelo prazo de sessenta dias, a intervenção federal no Estado de Alagoas, para o fim de assegurar o livre exercício dos poderes da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. A intervenção não atingirá o livre exercício dos poderes dos órgãos judiciários, nem do Governador do Estado, o qual deverá, entretanto, prestar ao interventor toda a colaboração de que necessitar para o desempenho da sua missão.

"Art. 2º O Presidente da República tornará efetiva a intervenção e nomeará o Interventor.

"Art. 3º O Interventor tomará imediatas providências, a fim de garantir o livre exercício dos poderes da Assembléia Legislativa, e manter a ordem e a tranquilidade públicas.

"Art. 4º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores baixará as instruções que se tornarem necessárias à fiel execução deste decreto.

"Art. 5º Este Decreto entra em vigor na sua data, revogadas as disposições em contrário.

"Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

NEREU RAMOS "

O afastamento do governador Muniz Falcão, logo após o ato que decretou a intervenção em Alagoas, foi pacífico, tendo este passando o governo para o vice, Sizenando Nabuco, que, em seguida, transferiu o poder para o o interventor, general Armando de Moraes Âncora.

Este ato, para os governistas, foi considerado como uma tática da oposição. De qualquer maneira, a presença de tropas federais em Alagoas representou a volta à tranquilidade

na cidade de Maceió, principalmente do ponto de vista das garantias individuais, gerando uma pausa em mortes e assassinatos políticos.

Sem dúvida, outras mortes e assassinatos ocorreram em Alagoas, por motivo de rixa, de vingança, familiar ou não, mas nenhuma envolveu tanta gente como a que ocorreu há 60 anos, dentro da Assembléia Legislativa.

Alagoas há 64 anos

PISTOLAGEM E MORTE NA ASSEMBLÉIA

FOTOS:

Foto 1: Autopsia do deputado Marques da Silva

Foto 2: Deputados Edson Lins e Machado Lobo

Foto 3: Deputados entrincheirados na Assembléia Legislativa

Foto 4: Deputados Mário Guimarães, Aroldo Loureiro, Teotônio Vilela e Luís Coutinho

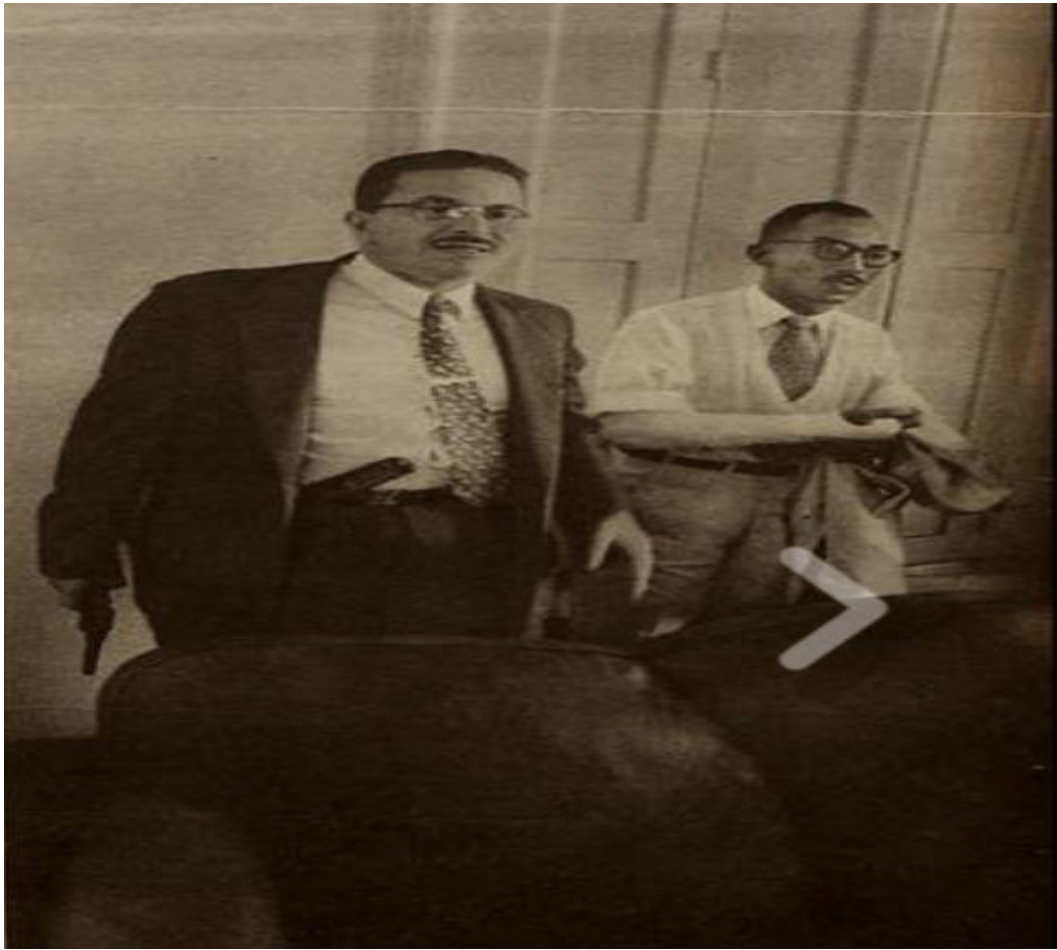
Foto 5: Governador Muniz Falcão

Foto 6: Ilustração do jornal italiano *Corriere de la Sierra* sobre o tiroteio na Assembléia

Foto 7: Jornalista Márcio Moreira Alve4s baleado

Foto 8: Deputado José Onias, ferido, sendo levado para o Pronto Socorro

Foto 9: Deputado Claudenor Lima, de Arapiraca, entrando armado com metralhadora na Assembléia













*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**. Edição 193, 2021)



A Casa do Santo

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Igreja São Sebastião (capa do livro em PDF, do autor).

A lembrança que tenho daquela igrejinha sempre foi de um templo para cristãos-católicos comemorarem o dia de São Sebastião todo mês de novembro. Uma igreja com somente três portas, sem entradas laterais, desbotada, pequenininha. Hoje, há duas portas, uma no meio e outra à esquerda. No lado direito, há uma janela. Mas aconchegante, porém.

Situada na praça Marques da Silva, antes conhecida como praça Gabino Besouro, em Arapiraca, foi durante muito tempo meu ponto de encontro às tardes, entre 17 e 18 horas, quando o sol estava se pondo, com meus amigos do Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho. Lá, invariavelmente, rememoravam as histórias de muitos arapiraquenses e, principalmente, muitas de nossas estórias.

Macarrão Paladim (o Elionaldo), Fela (o Everaldo), Mavu (o José Gomes), Pirrita (o Eraldo), Luís Carlos, Desenho (o Bartolomeu), Maurício (antes de ser o Chapéu de Couro), Bico de Bule (o Sarmento - gerente do Produban), Cachorro do Coronel (o Arlindo) eram companheiros constantes da minha vivência diária à porta da igrejinha de São Sebastião. Praticamente não arredávamos dali, pois essas portas só abriam, como disse, em alguns dias de novembro, quando a zabumba dos Ambrósios ali ficava, num banco de tiras, a tocar chamando os fiéis para as comemorações do santo. Eram dois pífanos, um bumbo, um tarol e um prato. Em Arapiraca, o tríduo se realiza em novembro, apesar de as comemorações em homenagem a São Sebastião serem em janeiro. Isto deve-se a coincidência com as festas da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Bom Conselho, que é em janeiro.



Zabumba OS AMBRÓSIOS – 3a. geração (foto domínio público)

Ah, como era bom assistir a Zabumba de **Os Ambrósios**! Principalmente, chupando limão. Às escondidas,

e olhando fixamente para os tocadores de pífano. Era um Deus nos acuda! Suas bocas ficavam cheias de saliva e os sons não saíam conforme a música.

Lembranças boas assistindo os leilões de oferendas durante o tríduo festivo. Eram Toinho Cavalcante e Lourenço Chaves, leiloeiros oficiais das festas de São Sebastião, a gritarem *“quem dá mais? É galinha de capoeira, gordinha, gordinha. Vale cinco cruzeiros. É prá ajudar o santo. Vamos, minha gente, quem dá mais?”*

Eram galinhas, galos, bode, cabra, cachos de banana, abóboras, melancias, até ovos. Uma festa!



José Zeferino Magalhães, fundador da igreja, em 1905 (foto cedida pelo bisneto Flamarion Luiz Guerra Mota)

A Igreja de São Sebastião, afora os festejos daqueles tempos, somente servia para o deleite das histórias, muitas delas de trancoso, e dos dias e noites de tocadinhas do zabumba dos Ambrósios. No resto, quase sempre fechada no ferrolho, era para nós todos um mistério. Sabia até que era a Igreja de São Sebastião. De quem? Do mártir São Sebastião.

Mártir? Que mártir! Aliás, que era mártir?

Não tinha noção do que significava aquela palavra - mártir!

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 194, 2021).



O caminho dos Lira

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Caminho seguido pelos **Lira**: de Portugal para a Capitania da **Bahia** (que incluía **Sergipe**), na localidade ribeirinha de **Porto da Folha**. Dalí, subiram até a região do **Cariri**, no pé da **Serra do Araripe**. Alguns, motivados pela seca inclemente, desceram até a região de Alagoas (Província de Pernambuco), onde se instalaram às margens do Riacho Piauí, hoje localidade do município de Arapiraca.

Sempre irrequietenos, quase nômades, os membros da família Lira nunca gostaram de se fixar permanentemente em qualquer localidade. Independente do périplo Portugal-Brasil,

estão espalhados pelo mundo todo. Em Alagoas, mais precisamente no agreste alagoano, que até antes de 1817 era uma parte da Província de Pernambuco, os **Lira** chegaram descendo do Estado do Ceará, fugindo de uma grande seca. Assim diz a tradição oral. Essa mesma história oral afirma que esses **Lira** advieram da região do Cariri, no Ceará, de terras situadas entre Crato, Missão Velha, Brejo Santo, Juazeiro.

A história realmente afirma que no século XVII os irmãos **João e José Mendes Lobato e Lira**, portugueses, fizeram a primeira penetração (o que hoje chamamos de bandeira), subindo o leito do Jaguaribe-Mirim, advindo de Sergipe (localidade de Porto da Folha), conforme a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe** (edição no. 36/2007), no artigo **A PARTICIPAÇÃO DE SERGIPE NA COLONIZAÇÃO CEARENSE**, de **Luiz Eduardo de Magalhães**. Diz ele: *“De acordo com o Padre Araújo, os sergipanos chegaram ao Cariri lado a lado com os baianos e os pernambucanos. No entanto, não usaram a mesma rota, que era a chapada do Araripe e as nascentes do riacho dos Porcos, uma vez deixados o São Francisco e os riachos da Brígida e da Terra Nova. Os sergipanos teriam atingido a região através do eixo Rio Jaguaribe e Rio Salgado.*

“Vindos de Itabaiana, Porto da Folha, Propriá, Vila Nova, Mucuri, Cotinguiba, entre outros, alcançaram aquele eixo atravessando o São Francisco e vencendo sucessivamente o vale do Pajeú, a Serra entre Pernambuco e Paraíba, os cursos do Piancó e Piranhas, a bacia do Rio do Peixe e o sul do Rio Grande do Norte”.

Arraigados em Feira Grande, os Lira nem sempre foram originários desse município, criado em 1953 no governo Arnon de Melo. Desde Portugal, a origem primeira, seguiram longo caminho quando aqui chegaram por Penedo, subindo o rio São Francisco e se alojando em Porto da Folha, Sergipe (que fazia parte da capitania da Bahia). Daí para Ceará (onde combateram os índios Cariris, alojando-se na região do Araripe (receberam do reino muitas sesmarias, colonizando algumas).

Alguns, aventureiros, e após inclemente seca, resolveram fazer o caminho de volta, isto é, o retorno às margens do São Francisco. O surgimento da família **Lira** no agreste alagoano, segundo estudos do escritor arapiraquense **Valdemar Oliveira de Macedo**, em seu livro **Arapiraca na História de Alagoas**, de 1990, deu-se às margens do riacho Piauí, que tinha, antigamente, a grafia Piauhy, onde hoje está situado o município de Arapiraca. Àquela época, eram terras do município de Anadia; depois, passaram a pertencer ao município de Limoeiro de Anadia.

Foi o caso de Antônio Joaquim de Lira e sua mulher, Tereza Maria de Lira. Com seus filhos, dos quais a história só dá os nomes dos de sexo masculino, fincaram pés ao lado do rio Piauí, no povoado em Arapiraca que recebe o nome de Vila Piauí, pertinho de Bananeiras. Ali até pouco tempo se encontrava em frente a igreja de São Sebastião um túmulo com alguns Lira.

Os filhos José Ferreira de Lira (que preferiu ter engenho de açúcar ali mesmo); Manoel Apóstolo de Lira (que foi devastar as margens do riacho Mocambinho); Antônio Henrique de Lira, Joaquim Ferreira de Lira, José Leandro de Lira (que foi habitar o Mocambo, hoje a cidade de Feira Grande),; Joaquim Ferreira de Lira (foi ser fazendeiro na região de Junqueiro). Irrequietos, casavam-se entre si, o que levou muitas famílias a desenvolverem uma doença genética conhecida como **doença de Huntington**, hereditária, que causa danos irreversíveis no cérebro.

Uma prova escrita, dessas uniões, encontra-se na Igreja de São Braz, município do mesmo nome, em Alagoas. Ali, no livro de casamentos, a prova incontestável de que os **Lira** vieram do Ceará: o casamento de **João Apóstolo de Lira** com Edelzuita Cabral da Silva, moradores do Olho D'Água do Meio, povoado do Mocambo (o casamento realizou-se em 20 de março de 1947). Ele era filho de **José Apóstolo de Lira** e de Aurora Rodrigues Monteiro. Está no livro que os pais eram naturais de **Joazeiro** do Ceará e ele tinha 23 anos quando se

casou. Edelzuita Cabral da Silva, com 19 anos quando se casou, era filha de Francisco Cabral da Silva e de Maria das Virgens Conceição, naturais de **Assaré**, Ceará. Eram primos em 2º. Grau, segundo a certidão de casamento.



Ezequiel Lira e esposa (ele era coronel do Exército). Morreu no Rio de Janeiro e era bisneto de Antônio Joaquim de Lira/Tereza Maria de Lira.

De tudo apresentado até o presente, verifica-se que os **Lira** que habitaram e habitam o Mocambo de Alagoas (hoje Feira Grande), percorreram, a partir de sua chegada ao Brasil, o seguinte itinerário:

Início – Porto da Folha, SE, às margens do Rio São Francisco, até a região do Araripe, CE, conhecida como Cariri (século XVII);

Permanência- Durante fins do século XVII e até meados do século XVIII, habitaram, colonizaram e viveram na região do Cariri, e, principalmente em Missão Nova, Missão Velha, Brejo Santo, Salamanca (Barbalha), Crato, Juazeiro e Burity;

Volta- Em fins do século XVIII (a partir de 1725), alguns dos herdeiros do coronel **João Mendes Lobato e Lira** fizeram o caminho de volta, estabelecendo-se às margens do Riacho Piauí, Alagoas, onde hoje está o povoado do mesmo nome, no município de Arapiraca. Daí, seguiram em direção ao Mocambo, Mocambinho e Poço do Boi, todos no hoje município de Feira Grande.

Atualmente, espalham-se pelo Brasil todo, continuando suas vidas de nômades, trabalhando, estudando, pesquisando. O Mocambo (Feira Grande), porém, sempre continuará na lembrança como ponto de partida desses **Lira**.



Antônio Joventino José de Lira e esposa eram moradores do povoado Piauí, em Arapiraca)

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 195, 2021)



O matuto que foi senador da República

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Homenagem dos Correios ao senador arapiraquense.



Com oito anos, idade em que crianças de todo mundo brincam quase todo o dia, afora os momentos de sono, o menino João era diferente: órfão da mãe, Maria Josefa de Melo, que deixou o marido, Salustiano José dos Santos, com oito filhos, foi praticamente criado pelo tio Pedro Correia das Graças. Mas na roça, já trabalhando nas terras de alugadas de João Nunes Magalhães, para que conseguisse ajudar no sustento das famílias, de Pedro Correia e de Salustiano. Principalmente ele e seus irmãos maiores, Manoel Lúcio da Silva e José Lúcio de Melo. Foi nas terras dos Caititus, nas Arapiraca.

De trabalhador braçal, nas rodas das casas de farinha, João Lúcio chegou, com 18 anos a substituir seu primo, Marciano Ferreira, nas empresas de Antônio Apolinário. Isto em 1932. Nesta época, seu irmão, José Lúcio, também começou a trabalhar como balconista na loja de Luiz Pereira Lima.

Mesmo no trabalho nas empresas de Antônio Apolinário, o rapaz João Lúcio não deixava o convívio com as terras de Arapiraca, e assim, em 1936, já casado com Inez Nunes da Silva (órfã aos 7 anos de Antônio Nunes da Silva e

Antônia Madalena da Conceição), plantava e vendia o mais novo produto agrícola da região: o fumo.

E João Lúcio torna-se proprietário: com uma herança de sua esposa Inez, recebe trinta tarefas de terra no sítio Cavaco. Planta e cultiva o fumo, desde mudas até a cura em sequeiros, enrolando-o e vendendo na feira de Arapiraca, município já independente desde 1924. Nesta época, melhorando de vida, estabelece-se também com uma mercearia, vendendo de tudo um pouco, além de construir um bangalô no lugar da casa de taipa onde morava. Era a década de 40.

A política

Com a grande especulação do fumo em corda, João Lúcio passa a armazená-lo, esperando sempre o melhor momento para vendê-lo. Os lucros foram grandes e o menino da roça, já musculoso financeiramente, com uma prole numerosa (ao todo, nascidos no Cavaco foram nove filhos), passa a fazer parte da política do município. Primeiramente, e ainda morando afastado da urbana, apoia seu irmão José Lúcio de Melo a vereador, no ano de 1947, pela União Democrática Nacional – UDN.

Os Lúcio, João, José e Manoel entram de vez na política, fazendo oposição ao líder Luiz Pereira Lima, do Partido Social Democrático, o PSD. E ao governador Silvestre Péricles de Gois Monteiro. Foram tempos difíceis, com acusações de parte a parte. Mesmo ainda morando afastado do centro de Arapiraca, o apoio ao irmão político foi importante.

Tempos difíceis. Depois da eleição de Claudenor Lima, filho de Luiz Pereira Lima, a deputado estadual, os Lúcio, querendo mostrar força política, elegem o médico José Marques da Silva também deputado estadual. E o conflito fica iminente.

Tiroteios, mortes (do vereador Benício Alves e do deputado Marques da Silva), fugas, lágrimas, choro. Era o dia a dia de Arapiraca, que elegeu o menino pobre João Lúcio prefeito do município. Em dois de fevereiro de 1956, dia de festividades religiosas em Arapiraca (comemora-se Nossa Senhora do Bom Conselho), a Câmara de Vereadores, sob a presidência do irmão-vereador José Lúcio de Melo, dá posse ao novo prefeito, iniciando-se uma nova era na política e administração municipal.

Duas vezes prefeito

Realmente no primeiro período em que foi prefeito, João Lúcio não fez uma administração primorosa. Além de continuar com problemas políticos muito grandes, sem apoio do governador Muniz Falcão, adversário, tinha de conviver com inimigos políticos importantes – os Pereira, principalmente na pessoa do deputado Claudenor Lima. Ele, seu irmão José Lúcio de Melo e o vereador José Pereira Lúcio, o deputado Marques da Silva e alguns correligionários sofriam constantemente as adversidades políticas. Exemplo: já havia sido assassinado o vereador Benício Alves, em outubro de 1956. E onze dias após a posse, o prefeito viu seu amigo e correligionário deputado Marques da Silva ser também assassinado. Foram tempos difíceis.



João Lúcio quando do assassinato do deputado Marques da Silva. Foto de 1957.

Pela segunda vez, porém, em 1966, voltou a administrar o município, sucedendo o prefeito Francisco Pereira Lima, que havia ajudado a ser eleito. E aí deslanchou como administrador, tendo como secretário-geral da Prefeitura seu filho Narcizo Lúcio. Arapiraca passa a figurar, já praticamente pacificada politicamente, como uma dos principais municípios do Nordeste, em crescimento e desenvolvimento. Fez importante administração, elegendo o sucessor João Batista Pereira da Silva.

Durante seu tempo como prefeito, participou de eleições importantes; Era a principal figura nas eleições de José Lúcio de Melo a deputado estadual e José Pereira Lúcio a deputado federal.

E a paz vivia em Arapiraca!



Tentativa de paz entre a UDN e o PSD: os Lúcio e os Pereira. Foto tirada na praça Luiz Pereira Lima.

Senador da República

Sizudo, mas não rude, João Lúcio continuava a labuta diária sem sofreguidão. De casa aos armazéns de amigos, olhando e/ou negociando fumo em corda. Com amigos ou mesmo adversários políticos. Para ele, não havia escolha política: interessava o produto a ser comprado e seu preço. Às noites, depois do terço a Nossa Senhora e a janta com a família, ir ao coreto da praça Marques da Silva e, junto aos correligionários, saborear um bom “papo”. Era o ano de 1981

Mas, foi aí que surgiu o Senado Federal: sob a presidência do senador Jarbas Passarinho, a mesa diretora convocava o matuto João Lúcio para assumir, na licença do senador Arnon de Melo, uma das três cadeiras de Alagoas. Foi amigo dos senadores Jarbas Passarinho e Nilo Coelho.

E saiu do aconchego de sua residência a um apartamento da SQS 309, em Brasília. Ou, como diziam alguns, com uma ponta de inveja ou orgulho, do Cavaco, em Arapiraca, a Brasília, capital da República. De suplente, passou a titular em setembro de 1983, com a morte do senador Arnon de Melo.

Durante o pouco tempo que foi senador, de 1981 a 1983, tornou-se amigo dos senadores Jarbas Passarinho, do Pará, e Nilo Coelho, de Pernambuco. Acompanhou o senador Jarbas Passarinho a Assembléia Legislativa de Alagoas, quando este recebeu o título de Cidadão Alagoano.

Manifestou-se duas vezes sobre amigos e políticos de Alagoas. Sobre Arnon de Melo, disse em pronunciamento no Senado: “O dia 29 _de setembro amanheceu, em todo o País, tristonho. A própria natureza parecia que também estava nessa mesma situação, principalmente em Alagoas.

“Arnon de Melo, aquele menino pobre, estudioso, dedicado fazendo jornalismo, era, sem dúvida nenhuma, uma figura das mais importantes. O Brasil, principalmente Alagoas, perdeu um grande filho, um filho nobre. Fundou o jornal **O Eco** em Alagoas. No Rio de Janeiro, ficou no jornal **A Vanguarda**. Arnon de Melo trabalhou ainda no **Diário de Notícias**, com muita honra para todos os alagoanos. Seu sonho era jornal. Em seguida, Arnon de Melo formou-se em Direito. Daí para frente o seu sonho era casar. E Arnon procurou casar-se, e casou muito bem com Leda Collor, filha de Lindolfo Collor, que foi Ministro do Governo Getúlio Vargas.”

Acerca de Teotônio Vilela, em homenagem no senado, disse: “Associo meus sentimentos na tarde de hoje, junto aos dos demais colegas que aqui falaram, com relação a Teotônio Vilela.

"Teotônio Vilela, o meu grande amigo, o meu grande colega, juntos trabalhamos ombro a ombro, em todas as campanhas políticas. Tive a grande honra de trabalhar para Teotônio Vilela em todas suas eleições. Teotônio Vilela era um hóspede da minha casa, mesmo nos banquetes, em Arapiraca, sempre me pedia: Lúcio, quero comer na sua casa. E ele se fez um irmão. Sr. Presidente. não tenho condições de falar sobre Teotônio Vilela na tarde de hoje, pois estou profundamente pesaroso.

“Aquele homem. o alagoano, o brasileiro que todos nós conhecemos. ultrapassou os limites. porque apesar de pouco estudo, sem formação universitária, alcançava mais longe do que muitos e muitos homens formados em faculdades. Teotônio Vilela deixou uma lacuna na vida do

País, que jamais poderá ser preenchida, quer pela sua honradez, quer pela sinceridade com que sempre agiu.”



João Lúcio (esposa Inez e filho Carlos Hamilton), tendo à direita o professor Raimundo Araújo, Maria Lira e Maristela Porto.

Esse foi João Lúcio da Silva, matuto nascidos nos Caititus, passando pelo Cavaco e praça Marques da Silva, todos em Arapiraca, que, por destino, foi Senador da República.

Referências

1. **Câmara Municipal de Arapiraca** (3ª. Legislatura – 1955/1958);
2. **Câmara Municipal de Arapiraca** (6ª. Legislatura – 1967/1970);
3. **Diário do Congresso Nacional** (edição no. 143, 26/10/1983);
4. **Diário do Congresso Nacional** (edição no.163, 29/11/1983);
5. **Globo** (18/7/85); INF. FAM. Ana Alice da Silva (18/7/1985);
6. **Memória Viva – Arapiraca** (livro em pdf, 2019);

7. **Zezeito Guedes**, “Arapiraca através dos tempos”,
1999.



Senador João Lúcio da Silva.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 196, 2021)



O “sequestro”

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

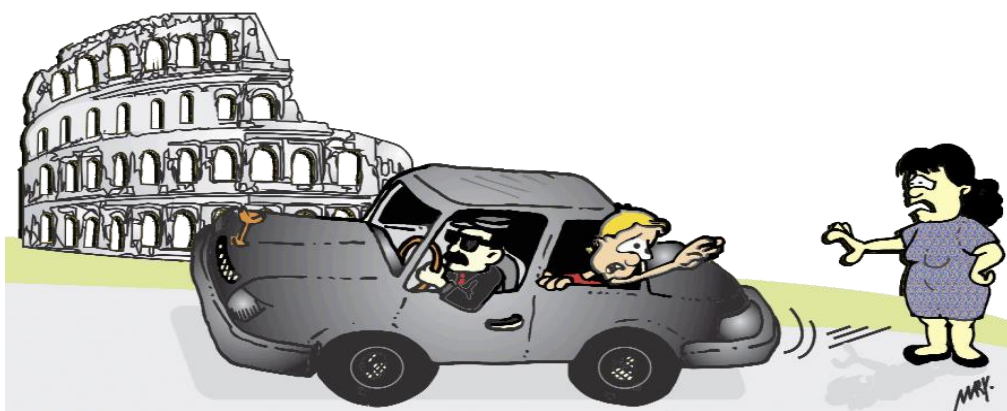


Ilustração: Mary Anne Lopes

O dia era quinta-feira da semana santa. O ano, 2012. Quase todas as pessoas do grupo tinham ido a Florença e eu, sozinho, no Eurostar Roma Aeternia, procurava algo para fazer, pois já conhecia a terra da arte italiana, onde Davi, de Michellangelo, reina majestoso. Resolvi, então, ir à loja da Apple (apple store) adquirir um time capsule, acessório para armazenamento, backup, e que serve também como roteador para os produtos da “maçã”.

Fui informado que a Apple ficava no Centro Commerciale RomaEst (escreve-se assim mesmo), nos arredores da capital italiana e que somente de taxi poderia ter acesso ao local. A recepcionista Andrea, muito gentilmente, chamou um taxi e, por 29,55 euros, dirigi-me às cercanias de

Roma, na Via Collatina. Shopping belíssimo, com 210 lojas, um cinema e 25 bares e restaurantes em dois pisos.

Quando estava pronto para retornar a Roma e ao hotel, verifiquei a inexistência de pontos de taxis. Aliás, não vi nenhum taxi: nos estacionamentos, em dois andares, somente automóveis particulares. Procurei ponto de ônibus, muito usado nas capitais europeias, mas nada. Estranhei e, preocupado, pedi ajuda a dois senhores que fumavam calmamente numa das entradas do shopping (como se fuma em Roma!). Eles me indicaram um centro de informação, que ficava no primeiro piso. Fui atendido por uma senhora baixinha como eu, que ligou para um número e pediu para que esperasse dez minutos.

No prazo, chegou um senhor bigodudo, querendo saber que tinha pedido um taxi. Apresentei-me e o acompanhei. No estacionamento do 1o. piso estava um carro preto, com a porta traseira aberta e segurada por um rapaz (tinha não mais que 28 anos), de terno preto bem talhado, luvas e óculos escuros tipo rayban.

Imediatamente, acomodei-me no banco de trás do auto, novinho em folha. De início, passou-me despercebido a ausência do nome táxi encima do carro. Mas, prestando atenção no painel notei também que não havia taxímetro.

Antes de entrar, dei o endereço do hotel. O Mercedes (esta era a marca do carro) já seguia rápido pelas estradas de Roma, com um motorista silencioso e um passageiro ficando cada vez mais nervoso; tão nervoso que não conseguia vislumbrar algo conhecido, ou já visto, como placas e painéis de publicidade. O medo já forte tomava conta de mim!

E pensava: “como fui me meter nesta, sozinho, sem ninguém, sem falar italiano, com telefone mudo. Isto só pode ser um sequestro. Meu Deus, e minha família? E, então, afloraram os nomes da Cosa Nostra (máfia siciliana), da Camorra (máfia napolitana), Ndrangueta (máfia calabresa). Era o medo se apossando de mim.

Depois de quase 20 minutos, percorrendo as vias que cortam a periferia de Roma, o motorista indagou-me de que país era. Brasileiro, disse eu.

- Ah, de Brasília?
- Sim, do Brasil, acrescentei.
- Rio de Janeiro?

- Não, não, de Maceió!

- Sí, sí, do norte?

Mais uma vez disse não, que era do nordeste. Quando falei a região, o motorista, antes acabrunhado, sorriu e disse:

- Nordeste, praia de pipa. Sí, sí, amici en praia de Pipa. Proprietário di ristoranti.

A conversa aliviou-me. Graças a Deus, não estou sendo sequestrado, pois sequestrador não conversa tanto com o sequestrado (acho eu!). Comecei a sentir um vento arejante do ar condicionado da Mercedes. Oh, Deus, como sois bondade!

Dez minutos depois, o carro parava no pátio do Eurostar Roma Aeternia. Alegria à parte, indaguei do custo da viagem. Meu “sequestrador”, todo sorriso, disse:

-Trinta euros.

Depois de pagá-lo, sorri junto a ele. E ainda recebi um cartão para procurá-lo quando bem entendesse. E assim meu “sequestro” em Roma terminou num belo passeio.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 197 2021)

A morte do pistoleiro

* Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Ilustração; Mary Anne Lopes

Essa foi contada por dois primos, quando voltamos de uma viagem a Salvador. Dirigindo, eu ouvia. Não falava, só escutava. Verdade! Mentira! Quem são, verdadeiramente, os personagens. Leiam:

O velho estava ajoelhado, com as mãos amarradas por trás das costas. A boca aberta, tinha um cano de pistola batendo em seus dentes. Cabeça um pouco levantada, via seu alçó: era o deputado, homem forte do Estado, que, mesmo tendo pouca idade, já impunha sua força e seu poder. Ouvia vozes, muitas outras vozes, porém não conseguia identificar

seus donos. A não ser a voz de um outro deputado, conhecido na região.

Chamado de velho, tinha olhos verdes; era de pequena estatura e era magro. Conhecido por muitos, principalmente pelos que viviam no mundo da pistolagem, estava ali, de joelhos, amarrado como um animal, esperando o golpe final a ser aplicado pelo político. Sabia, ou melhor, tinha certeza que seu dia havia chegado, a morte rondava seu corpo.

O político, aliás, o deputado, aliás, o manda chuva, aliás, o todo poderoso, arfava, o suor escorria por seu rosto vermelho. Ele tremia, mas não era de medo. Tremia de ódio.

- Você é um covarde. Você não podia deixar Augusto morrer. Você era sua segurança. Você devia ter agido. Por isso não merece continuar vivo. Você vai morrer!

O todo poderoso, com o dedo no gatilho, exigia que o velho pedisse perdão, implorasse pela vida.

Naquele local ermo, estrada de terra batida, esburacada e empoeirada, o velho, quando conseguiu um pequeno espaço de tempo para falar, disse:

-Deputado, nunca fui covarde nem medroso. O senhor me conhece, sabe de minha vida. Se não pude defender Augusto, foi porque fizeram dele escudo. Se eu atirasse em seus matadores, minhas balas atingiriam em cheio o Augusto. Mas, não sou covarde, não! Deputados – ele pôde olhar para os lados e viu o outro político -, eu sei que vou morrer, sei que vou ser assassinado. Mas não morro como covarde. Estou de joelhos e amarrado. Não posso fazer nada. Deputado, me dê uma arma com uma só bala; solte uma só mão minha - aí o senhor verá quem é homem.

O velho levou uma coronhada. Quase caiu.

O político colocou novamente o cano da pistola na boca do velho. E puxou o gatilho.

Um estrondo ecoou no silêncio da tarde. O velho caiu prá trás e os seus tutanos se espalharam na tarde ardente daquele município alagoano. Inerte, o corpo foi deixado ali mesmo. Os presentes, mais de cinco, assistiram o deputado colocar a arma no coldre, entrar em sua camionete importada e seguir viagem para sua casa, alegre pelo dever cumprido.

O velho de olhos verdes não mais seria pistoleiro de ninguém.

(Este artigo é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com fatos reais é mera coincidência)

*Jornalista
(publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 198, 2021)



Padre filho de uma p...

* Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Ilustração de Mary Anne Lopes

O beneditino Jerônimo de Sá Cavalcante, monge do Mosteiro de São Bento, em Salvador, era um daqueles homens que inspiram, à primeira vista, confiança. Não só à primeira vista, mas também só em ouvi-lo. Semanalmente, a rádio **Cruzeiro** transmitia a missa dominical que tinha D. Jerônimo como oficiante. Era um prazer ouvi-lo, mesmo para aqueles que se diziam não católicos.

Suas pregações, naqueles tempos, eram alívio para os sofridos. Soavam, muitas vezes, como resposta do povo da Bahia aos detentores do poder no Brasil. Eu, mesmo não sendo fervoroso católico, mas com resquícios fortes de um

cristianismo do interior do Brasil, sentia-me confortado nas palavras do monge beneditino.

Voz fraca, um pouco arrastada, algumas vezes melodiosa, D. Jerônimo era o lenitivo para nós, estudantes contestadores.

Uma vez, fui cobrir para o **Jornal da Bahia** uma manifestação estudantil. A passeata descia a avenida 7 e se dirigia para a praça Castro Alves. Quando chegou em frente ao Mosteiro de São Bento, foi encurralada pela PM do coronel Etienne, com cavalaria, cassetetes “fanta” e bombas de gás lacrimogêneo. Do lado dos estudantes, lenços molhados cobrindo o rosto e ximbras (bolas de gude) nos bolsos.

De repente, as chimbras começaram a ser jogadas no asfalto. Foi um tal de cair cavalos que só vendo! Muitos soldados saíam feridos, após serem jogados no chão.

A reação foi imediata. O cheiro forte de gás e a fumaça das bombas enchia toda a pequena praça de São Bento. Estudantes corriam por todos os lados, muitos entraram no Mosteiro de São Bento.

Eu era um simples espectador, tomando nota de tudo que via.

Em um determinado momento, olhei para o lado e vi três soldados se dirigindo até os portões do mosteiro. Um deles estava armado de metralhadora.

Gritando para que fossem abertos os portões, os soldados colocaram-se de prontidão. Surgiu, então, a figura de D. Jerônimo.

-Meus filhos, aqui é uma casa de Deus. Por favor, não façam isto!

-Padre, saia da frente, nós queremos estes comunistas, disse um deles.

-Por favor, meus filhos, respeitem esse lugar santo, repetiu o monge.

Foi aí que o soldado que estava com a metralhadora a tiracolo falou rispidamente:

-Saia da frente, padre filho da puta.

E em seguida disparou a metralhadora. Foi uma rajada curta, que atingiu a parede da frente do mosteiro. D. Jerônimo conseguiu fechar os portões e, lívido, retirou-se para dentro da igreja.

Assim, com essas atitudes, agindo dessa maneira, o monge beneditino conseguia cada vez mais ser simpático a causa dos estudantes. E de muitos baianos. Era o respaldo moral que muitos queriam para continuar a luta contra a ditadura.

* Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 199, 2021)



Comunista e caviar (ou István Yancsò)

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Ilustração: Mary Anne Lopes

Tinha seus momentos bons aqueles tempos de vida estudantil e militante da Ação Popular, a AP. Um deles, sem dúvida, foi visitar o Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo Amoroso Anastácio. Figura sublime, de um olhar angelical. Magro, sério, de voz suave, era a própria personalização da igreja católica.

Para visitá-lo, fui convidado pelo professor do curso de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia, István Yancsò, também

membro da AP. Aliás, diziam ser um dos dirigentes maiores na Bahia.

Uma das dúvidas que tinha era de como um cristão católico podia ser comunista. Pelo que tinha lido, meditado, passado noites pensando, era impossível ser comunista e cristão ao mesmo tempo. E isto me deixava constrangido.

Dom Timóteo Amoroso Anastácio, que não era comunista, lógico, colocou-me dentro da visão da AP, originariamente católica, vinda da JUC e da JEC, Juventude Universitária Católica e Juventude Estudantil Católica, respectivamente. Foi um longo bate-papo. Bem, não foi propriamente um bate-papo, mas um monólogo, pois ouvia atentamente aquele religioso considerado uma das cabeças pensantes da Bahia. Homem querido e amado por muitos.

Após o encontro com o abade, fui até a residência do professor István, convidado para um jantar. Era um apartamento confortável na região da Barra. Sua esposa, aluna de sociologia, de nome Ida, era minha conhecida da faculdade. No jantar, a surpresa! Foi-me oferecido torradas com um tipo de patê.

-Olha, isto é caviar. Você já conhece? perguntou-me István.

Era claro que não. Saído do interior de Alagoas, de família pobre, fazendo minhas refeições na pensão de Dona Marieta, situada na rua Carlos Gomes, já tinha ouvido falar muito de caviar. Tanto por livros como visto em filmes.

Provei e não gostei. Mas comi como me haviam ensinado.

Foi uma noite agradável.

Em casa, a cabeça estava totalmente embaralhada. Pelos ensinamentos do Abade e Prior do Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo. E também por participar, junto ao dirigente da AP da Bahia e sua esposa, das delícias da comida burguesa. Eu, um radical da esquerda, não concebia usar de expedientes burgueses.

Para mim, a teoria não se reproduzia na prática.

Hoje, conversando com um ex-membro da AP e pertencente ao PC do B, veio a explicação:

-O comer caviar não era ato burguês. O comunista pode e deve viver bem. O ato burguês aí visto por você era desvio de formação ideológica.

Bem, não sei se aceito isto.

* Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 200, 2021)



A morte da memória

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



O artista plástico Ismael Pereira bem retratou em painel na entrada do Clube dos Fumicultores a saga do fumo em Arapiraca.

Pode-se matar o que não é visto? Pode-se matar a fé? E a memória, pode ser morta? Assassinada? Vamos exemplificar: em 1949, três irmãos, morando na mesma cidade, mas em lugares diferentes – um, no bairro do Cavaco; outro, onde hoje é a praça Marques da Silva e que antes era Gabino Besouro; o terceiro, no bairro Cacimbas (João, José e Manoel eram os irmãos Lúcio).

Naquela data reuni9ram-se com alguns outros amigos, como Mário Lima, Francisco Lúcio (que não era parente), Antônio Ventura de Oliveira, e fundaram um clube para, entre outras atividades, reunirem as famílias em conagraçamento aos domingos, feriados e dias santificados (eram casamentos, batizados, aniversários, dias de lazer). Eram poucos sócios e funcionava no bairro Cacimbas; hoje, e desde 1968, funciona na avenida Rio Branco, com 1.350 sócios.

As instalações do Clube dos Fumicultores, que, além da sede social, conta com um ginásio de esportes coberto e piscinas, tem um dos principais símbolos vivos da história de Arapiraca: um painel do artista plástico Ismael Pereira representando a cultura do fumo, e tombado em 2019 com o patrimônio de Arapiraca. Ali também ocorreram milhares de bailes, matinés e soirées inesquecíveis. Que dizer dos carnavais memoráveis?

O Clube dos Fumicultores, que começou privilegiando uma ala da sociedade arapiraquense, dos aliados aos Lúcio, foi, pouco a pouco, abrindo-se, agregando famílias e pessoas, e sendo orgulho de todos. Sem distinção ideológica e/ou partidária.



Vereadores Ismael Pereira (no microfone), Higino Vital, professores Manoel de Oliveira Barbosa, Moacir Teófilo, bancário Abel Magalhães e Zequinha Barbosa homenageando Arapiraca, através da Festa do Fumo.

Isto é memória viva.

O Clube dos Fumicultores representa, sem dúvidas, uma parte importante da história de Arapiraca, aquela história que não é contada nos livros, nem nas bancas escolares. É a história do boca a boca, do contato das pessoas, no lembrar e relembrar do passado. É a história que faz com que lágrimas escorram pelas faces suadas de seus habitantes.

O médico Dráuzio Varela, conhecido em todo o Brasil por sua sapiência, disse, em artigo publicado em seu blog **DRÁUZIO**, que *“Ainda não se conhece definitivamente o mecanismo, ou os mecanismos, pelo qual o cérebro adquire, armazena e evoca as informações. Não obstante, alguns modelos são propostos para explicar essa função do cérebro humano.*

*“O primeiro dos modelos propostos tem como base a atividade elétrica cerebral. Assim, a informação seria guardada em circuitos elétricos, ditos reverberantes. Evidência desse mecanismo é obtida pela existência de conexões neuronais recorrentes, ou seja, por ramificações da célula nervosa (**neurônio**) que voltam ao seu próprio corpo, reestimulando-a. É possível que esse mecanismo esteja presente na manutenção das informações nas memórias de trabalho e de curto prazo”.*

Hoje, um pequeno grupo de filhos dos filhos de associados do Clube dos Fumicultores, gerindo mal o dia a dia daquela instituição, sem qualquer compromisso com a história ou com a memória viva de seus antepassados, que arrebatamento os levam a querer desfazer-se das instalações saudosas e memoráveis? Quais interesses? Ouviram os 1.350 sócios?

A memória não é utopia por ser inatingível. Ela é o presente, lembrando o passado; ela está agora, neste momento, em todo ser humano que pensa. Querer desfazer-se dela, que não é só imagem cerebral, mas palpável, material, é querer matá-la, assassiná-la.

As instalações do velho Clube dos Fumicultores, as velhas e as mais modernas, representam para os mais novos a memória que seus antepassados viveram; e para os mais velhos, a união da parte física, material, com o vivo pensamento daqueles tempos que não mais retornarão.

O Clube dos Fumicultores não pode, nem merece, desaparecer. Tem que ser eterno. Substituí-lo, jamais!

A memória é viva enquanto dura.

Não matem a memória!



Apresentação de filhas de associados no palco do Clube dos Fumicultores. Quem se reconhece?

*Jornalista
(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 203, 2021)

Os Caixeiros-viajantes (ou Mascates)

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Figura de um caixeiro-viajante (foto de figura de domínio público)

Neste mundo de hoje fala-se muito em industrial, empreendedor, aglomerados comerciais e industriais, em grupos econômicos. É o modernismo. É o progresso, o desenvolvimento. Mas, nem sempre foi assim: reduzindo esta atualidade global para o Brasil da colônia, ou o nordeste em especial, ou, mais ainda, a minúscula região de Arapiraca, florescia nos fins do século XIX, e início era constante, a presença da figura do que se chamou de caixeiro-viajante (ou, como muitos se acostumaram a chamar, de *mascates*. Estes

sim, levaram o progresso por toda a região de Alagoas, mesmo antes da independência de Pernambuco, em 1817.

Mas, o que era o caixeiro-viajante?

Segundo a wikipédia, “é o mercador ambulante que vende produtos fora das regiões onde eles são produzidos, isto é, que percorre as ruas e estradas a vender seus produtos, principalmente manufaturados. Uma antiga profissão, tornou-se fundamental em uma época em que não havia facilidade do **transporte** entre cidades; os caixeiros-viajantes eram então a única forma de transportar produtos entre diferentes regiões fora das grandes cidades” Muitos deles, depois, foram chamados de mascates”.

Na região que compreende Arapiraca como polo, dois irmãos sobressaíram como caixeiros-viajantes: Januário José de Lira e Manoel Leandro de Lira, que foram inclusive citados na maior obra histórica e geográfica de Alagoas, escrita por Antônio Marroquim, Moreira e Silva, Diegues Júnior. O primeiro, era comerciante de tecidos, miudezas, chapéus, ferragens; o segundo, de estivas.

Alguns descendentes desses Lira seguiram a tradição, porém não andando de um lado para outro, mas fixando-se: Geraldo Lira, Anísio Lira José Januário (Zeca Lira) foram comerciantes por muitos anos na praça Manoel André; Ernesto Leandro de Lira (filho de Manoel Leandro) fixou-se na rua 15 de Novembro, onde deu origem ao Supermercado 15.

Outros caixeiros-viajantes, ou mascates, em meados do século XIX já não andavam no lombo de burros, mas em caminhões (semanalmente, nos domingos ‘a tarde e segundas-feiras pela madrugada, eram transportados em caminhões. Primeiramente de José (Juca) Lira; depois Alírio (Alino) Rocha e Odilon Ferreira). Comercializavam miudezas em toldos armados na feira, ou vendendo batata-doce e mangas rosa e espada. Um dos exemplos foi “seu” José Tomé, pai do empresário arapiraquense José Otacílio Pereira (o Mazzaropi), que toda semana vinha do Mocambinho para

Arapiraca vender miudezas. E Pedro e João Duca, que comercializavam mangas e batatas doce?

Caixeiros-viajantes, ou mascates, esses alagoanos participaram, de uma maneira ou outra, no crescimento e desenvolvimento de Arapiraca.



Ernesto Leandro de Lira, filho de caixeiro-viajante, fixou-se em Arapiraca, onde deu origem ao Supermercado 15.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 204, 2021)



Pedradas nas mil faces do ministro

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



O ministro Juracy Magalhães

Era época braba da ditadura. O presidente Castelo Branco tinha como seu ministro das Relações Exteriores o general Juracy Magalhães, cearense, mas que havia se radicado na Bahia desde os tempos em que foi nomeado interventor no estado. O general Juracy era a “expressão” da

ditadura militar. Duro, odiado por uns e amado por outros, não tinha papas na língua. Nem nos gestos.

Um belo dia os universitários resolveram fazer uma manifestação contra o regime em frente à reitoria da UFBA (Universidade Federal da Bahia). O pretexto maior era o arrocho no ensino público, liberdade para os diretórios acadêmicos, mais verba para a educação.

De todas as unidades da universidade saíam estudantes. Em pouco tempo, em frente à reitoria estavam centenas de estudantes. Àquela época, já era estagiário no **Jornal da Bahia**, ajudando a filha do proprietário do jornal, Adenil Falcão, a escrever uma coluna semanal direcionada aos jovens. Mas, como quase sempre, estava na manifestação como estudante.

-Abaixo a ditadura! Viva a Une! Abaixo o ensino pago!
Esses eram alguns dos slogans.

Tudo estava calmo, quieto. Dava até para assustar!

Foi aí que surgiu um carro preto, parece-me que um Willys Itamarati. No banco da frente, além do motorista, um oficial do exército; atrás, um senhor de terno escuro, cabelos já grisalhos. O carro passava devagar por entre os estudantes. O motorista buzinau sempre.

De repente, o carro parou. A porta traseira foi aberta e o homem de escuro saiu:

-Meus filhos, meus filhos! Exclamou.

Era o general Juracy Magalhães. Todos o reconheceram. Soubemos depois que ele vinha do cemitério da Federação, onde havia ido visitar o túmulo de seu filho, Juraci Magalhães Filho, o Juracizinho, morto há algum tempo, e que tinha sido deputado estadual e tinha morrido com um tiro. Alguns diziam que foi suicídio.

A vaia cobriu o Canela, bairro onde ficava a reitoria, já previamente com as portas fechadas. Quanto mais tentava falar mais os estudantes vaiavam o general. Este não teve dúvida: virou-se para esses e tacou uma “banana”.

Eu vi e ouvi muito bem:

-Toma aqui p’ra vocês, filhos de putas.

Isto foi o suficiente. Vaias, pedras (não sei onde surgiram), xingamentos. O general estava cercado, corria perigo. Entrou rapidamente no carro, quando um

paralelepípedo foi jogado no porta-malas. O motorista saiu em desabalada, quase atropelando muita gente.

E continuamos a gritar slogans contra a ditadura.

Eu estava com um livro embaixo do braço, sem documentos, e com uns trocados para ir ao cinema no sábado à noite.

Entre a fuga do general e a chegada do Exército não durou cinco minutos. Carros cheios de soldados armados surgiam de todos os lados. Pela mão e pela contramão.

Não tive dúvida. Desandei em correria pelo Vale do Canela. Parecia que o coração ia sair pela boca. Eu corria e nem olhava p'ra trás, de tanto medo de ver soldados me acompanhando. Não aguentei e parei. Olhei para os lados e ví que estava só. Peguei uma lotação, com parte do dinheiro reservado para o cinema, e fui até a cidade baixa, bem longe da confusão. Tudo isto aconteceu pelas 16:00 horas.

À noite, eram mais ou menos 20:00 horas, cheguei ao prédio onde morava, o conhecido 142 da avenida Sete de Setembro, pertinho da praça da Piedade. Meus primos, que moravam comigo, não me perguntaram nada.

No outro dia, logo cedo, antes de ir para a faculdade, olhei as manchetes dos jornais. Nenhum deu nada. Nenhuma linha. Mas eu tinha visto o Anísio Carvalho, fotógrafo do **Jornal da Bahia**, na manifestação. Falei com Adenil e ela me disse que tudo tinha sido vetado. Procurei depois o Anísio e este me disse que havia cedido cópias de fotos para o Rio de Janeiro. Pensei, então, que algum jornal do sul – no caso, **Última Hora**, **Jornal do Brasil**, **Tribuna da Imprensa**, qualquer um poderia divulgar aquele ato de macheza nossa, atacando o ministro das Relações Exteriores. Eu tinha razão. A **Tribuna da Imprensa** colocou uma manchete sobre o assunto. Era mais ou menos assim: “Pedradas nas mil faces de Juracy”.

Foi a glória.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 206, 2021)



Duda, o comunista da AP

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Eduardo Collier Filho, o Duda, desapareceu nos tempos da ditadura.

Alto, acredito que mais de 1,80 m, era a antítese minha, que só tenho 1,60 m de altura. De tez branca, língua um pouco presa, sempre alegre, conheci Duda quando frequentava o restaurante universitário em Salvador. Eu, estudante de jornalismo; ele, frequentava o curso de geologia, ambos da Universidade Federal da Bahia - UFBa.

Durante algum tempo, éramos somente universitários. Nada sabíamos um do outro, a não ser que Duda era pernambucano do Recife.

Em uma das reuniões da AP (Ação Popular), e não foram poucas, encontrei o pernambucano Duda. Era iniciante. Não demorou muito tempo, porém, para que ele começasse a se destacar entre os companheiros e assumir liderança de grupo, sendo destacado para combater os revisionistas do partidão (Partido Comunista Brasileiro).

Duda se incumbiu bem da tarefa, tendo sido candidato ao Diretório Central dos Estudantes, que congregava todos os universitários baianos, incluindo aí a UFBA, a Católica de Salvador e os cursos superiores de Ilhéus.

Em 1970, desliguei-me da AP, voltando a minha terra, Arapiraca. Duda continuou na Bahia. Perdi o contato com ele e com outros companheiros da AP. Somente a pouco tempo soube da notícia da morte do Eduardo Collier Filho, seu nome.

E soube assim:

"Eduardo Collier Filho (1948-1974)

"Número do processo: 081/96

"Filiação: Risoleta Meira Collier e Eduardo Collier

"Data e local de nascimento: 05/12/1948

"Organização política ou atividade: APML

"Data e local do desaparecimento: 22/02/1974, Rio de Janeiro (RJ)

" Data da publicação no DOU: Lei no. 9.140/95 - 05/12/95"

Duda, como muitos outros, não aceitava a incorporação da AP ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), juntaram-se, e fundaram a APML (Ação Popular Maxista-Leninista), que propunha como estratégia a guerra popular, através de técnica

de união política dos assalariados. Eduardo tinha alguns codinomes: Duda, Ulisses, Anjo Barroco.

Aqui, merece ser citado o pouco de Eduardo Collier Filho quando de sua vida pela Bahia. e, depois, por outros estados. Após o curso de geologia (aliás, não sei se terminou), ingressou na Faculdade de Direito. A matéria está na página 372 do livro **Direito à Memória e à Verdade** (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) 1a. edição, ano de 2007, publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

:

"Eduardo Collier Filho cursou Direito na Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Havia sido indiciado em inquérito policial pelo DOPS SP, em 12/10/1968, por ter participado do 30o. Congresso da UNE, em IBIUNA (SP). Em 1968, foi expulso da universidade pelo decreto 477. Militante da AP, tanto quanto Fernando Santa Cruz, aliaram-se ambos, a partir de 1972, na ala dessa organização clandestina que não concordou com a incorporação ao PCdoB e se manteve estruturada como APML, da mesma forma que Paulo Wright, Ernestino Guimarães, Umberto Câmara e outros.

Após o desaparecimento de Duda e de Fernando Santa Cruz, que com ele estava no Rio de Janeiro, a luta de suas famílias para saber notícias, houve a denúncia a várias frentes, desde a Comissão dos Direitos Humanos, da OEA (Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington, à Câmara dos Deputados, "onde os deputados Fernando Lira e Jarbas Vasconcelos denunciaram o episódio na tribuna e ainda a dezenas de personalidades históricas do Brasil, entre apoiadores e opositores do regime militar, como Tristão de Ataíde, Dom Hélder Câmara, os generais Reynaldo Melo de Almeida e Sylvio Frota e os marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora.

"Em 07/08/1974, Risoleta e Elzira - mães de Eduardo e Fernando - participaram, junto com outros familiares de desaparecidos, de uma audiência com o general Golbery, articulada por Dom Paulo Evaristo Arns. Era a primeira vez

que o governo militar recebia os familiares de desaparecidos. Nenhuma resposta foi dada. Apenas seis meses depois, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento respondendo aos familiares com a cínica informação de que os desaparecidos estavam todos foragidos" (do mesmo livro)

Ninguém nunca mais viu o Duda. Faltavam poucos meses para terminar o governo Garrastazu Medici. A partir, então, de 1995, o nome de Eduardo Collier Filho, o Duda, aparece na lista de desaparecidos no anexo à Lei no. 9.140/95.

*(Em Arapiraca há uma rua denominada **Engenheiro Camilo Collier**, bairro Primavera, que foi um dos grandes construtores da linha férrea Maceió-Porto Real do Colégio. Era ascendente do Duda)*

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 207, 2021)



O homem que enganou Lampião

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Lino de Paula Magalhães (foto do livro de Zezito Guedes – **Arapiraca
Através dos Tempos**)



Parte do bando de Lampião em Alagoas (1936). Foto Benjamim Abrahão.

Ele era um dos dez filhos de Francisco de Paula Magalhães (os outros eram José Correia de Paula, Maria Correia de Paula, Agapito de Paula Magalhães, Manoel de Paula Magalhães, Irineu de Paula Magalhães, Antônio Gregório de Magalhães, Rosa Lima de Magalhães, João de Paula Magalhães e Domingos de Paula Magalhães). Seguiu o caminho do pai, como plantador de fumo, e, logo depois, tornou-se figura conhecida em todo o interior de Alagoas, como plantador de fumo. Era um homem rico (diziam que tinha baús com moedas embaixo da cama de dormir). Para muitos, era um homem ranzinza. Porém honesto e simples. Durante sua vida, tratou os filhos Pedro Correia de Magalhães (Pedrinho), Florisvaldo de Paula Magalhães (Flor), José Correia de Magalhães (Bebé), Arvaci Correia de Magalhães, Geraldo de Paula Magalhães com dureza e retidão (as mulheres, Laci de Magalhães, Vanderci de Paula Magalhães (Vanda) e Floraci de Paula Magalhães (Flora), com prendas.

Seu nome corria os sertões de Alagoas. E chegou até Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, através, dizem alguns, do Sr. "Nicolau", morador de Craíbas. Era o ano de 1938. Com 20 homens, Virgulino estava retornando do Girau (do Ponciano) e de Lagoa da Canoa. Até de Salomé (antigo nome de São Sebastião), que não invadiu pois ali moravam familiares de Maria Bonita. No Girau, realizou incursões e levou medo e morte àquela comunidade. Seguia com seu

bando pelo sítio Fernandes quando avistou dois homens consertando uma cerca. Parou seu cavalo.

-Vosmicês dous, se achegue aqui, falou Virgulino (2).

Os dois homens se aproximaram daquele homem esbelto, todo cercado de apetrechos, olho esquerdo fechado, uma estrela de Davi reluzente na frente do chapéu de couro, punhal, peixeira, borná, cantil, anéis em todos os dedos das duas mãos, colares e broches, cartucheiras atravessando o tórax. Reconheceram o capitão Virgulino Ferreira, o Lampião.

-Qual de vosmicês sabe donde mora Lino de Paula em Arapiraca?

Um olhou para o outro. Fez-se silêncio.

-Vamo, vamo, dis logo! Quem conhece Lino de Paula?

-Eu sei, disse um deles.

-Entonces vosmicê vai com nois. Bora, home, vosmicê vai mostrá o cabra.

Lampião dispensou o outro trabalhador. E disse:

-Vai simbora, home. E cuidado cum o que vosmicê fala.

O bando seguiu em fila em direção a Arapiraca. Era o dia 19 de abril de 1938, poucos meses antes do trucidamento em angicos, no Sergipe, quando Lampião, Maria Bonita e muitos seguidores foram assassinados.

No caminho, o informante colocou as duas mãos no estômago, fez cara feia:

-Capitão, estou apertado. Preciso ir pro mato fazer necessidade, disse.

E se arrepiou todo.

Lampião, então, parou o bando. Chamou um cabra e disse:

-Vosmicê vá cum home e cuidado!

O cabra e o informante se afastaram um pouco do bando e ficaram atrás de umas moitas. O homem soltou o cinto de couro cru, abriu e arriou a calça, abaixou-se. De cócora, começou a aliviar-se. Neste momento, o cabra que acompanhava o informante sentiu vontade de também fazer o mesmo. Ficou de costa, desceu a calça e começou a aliviar-se.

O informante terminou de fazer o serviço, arrancou uma folha de mamoeiro, passou nas nádegas, levantou o corpo e vestiu-se. Olhou em volta e não viu o cabra acompanhante. E saiu de fininho, pro lado contrário a Arapiraca, E desembalou em disparada para os lados do sítio Novo.

Aliviado, o cabra levantou-se, olho em volta e não viu o homem que fiscalizava. Olhou de novo, viu o alívio, a folha de mamoeiro suja e mais nada. O homem escafedeu-se.

O cabra correu até o capitão e, esbaforido, disse:

-Capitão, capitão, o cagão fugiu. Num tem nem vurto dele!

-Vige, home, Cuma fugiu! Vam mosmicês tudo procurá o home! E traga de vorta.

Mais de uma hora e nada do informante ser encontrado. Lampião, raivoso, desistiu de ir para Arapiraca. Desviou-se e seguiu até os Veados (hoje Canaã). Depois, Craíbas.

O fujão, que era o próprio Lino de Paula, depois de passar correndo pelo sítio Novo, desceu até a Perucaba e seguiu até a localidade de Cacimbas, onde moravam muitos de seus parentes. Por onde passava, o aviso de que Lampião estava pertinho, no sítio Fernandes.

O capitão Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, nunca soube que teve em seu poder, durante algum tempo, Lino de Paula Magalhães.



Lugares percorridos por Lampião durante o ano de 1938 (do livro **Lampião – a raposa das caatingas**, de José Bezerra Lima Irmão)

*Jornalista

1.O fato ocorreu (citado por Zezito Guedes, em **Arapiraca através dos Tempos**, 1999; por Silvan Oliveira, em **Lampião e a rota de fuga pelo agreste de Alagoas**, 2017)

2.Os diálogos são fictícios

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 208, 2022)



A PRISÃO I

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Ilustração de Mary Anne Lopes

Eu não sabia como agir. Se fazia parte da passeata pelas ruas centrais de Salvador, protestando contra a ditadura militar, ou se acompanhava as manifestações estudantis e cobria os acontecimentos para o **Jornal da Bahia**, onde era repórter. Decidi-me por participar das manifestações. À tarde, vestido com um blusão azul (apesar do sol forte de todos os dias), saí gritando palavras de ordem contra a ditadura, contra o governo estadual, contra a polícia da Bahia, contra tudo.

Alegre, cheio de vigor da juventude, ia com a manifestação estudantil em direção à praça da Sé, passando pela avenida Sete e rua Chile. Em frente ao palácio do governo, na esquina entre a rua Chile e o paço Municipal, vi quando dois braços se erguiam segurando uma máquina fotográfica. Ela clicava repetidamente.

Não titubeei. Mesmo pequeno, fiz um esforço e pulei para alcançar os braços de alguém que se escondia por trás da janela do palácio. Arranquei a máquina daquela pessoa e a joguei no chão de asfalto. As fotos que tentavam tirar dos manifestantes estavam irremediavelmente perdidas. Pelo menos, naquele dia, por aquela máquina, ninguém seria identificado.

Estava com a alma lavada. Tinha cumprido minha parte no “processo revolucionário”. Voltei para o quarto onde morava, lá pelas 18:00 horas, cheio de orgulho. Dormi como um anjo.

Era o ano de 1968. O Brasil fervia com as manifestações estudantis. Rio, São Paulo, Salvador eram palcos para estudantes universitários e secundaristas. Na Bahia, governava o Estado Luís Viana Filho, ex-ministro da Justiça de Castelo Branco. Era seu vice Jutahí Magalhães.

Na manhã seguinte à minha gloriosa ação dirigi-me ao **Jornal da Bahia**. Na pauta, estava a escala para cobrir o movimento estudantil daquele dia. Gilson, chefe de reportagem, segundo diziam membro do PCB, me orientou sobre a cobertura. Delicada, segundo ele, pois a censura atuava em todos os setores da imprensa.

E lá estava eu, novamente com o mesmo blusão azul, percorrendo as ruas Sete e Chile. Agora sem as palavras de ordem, sem o “abaixo a ditadura” do dia anterior. Compenetrado, seguia as manifestações, o movimento das tropas da Polícia Militar, as correrias e os gritos de dor. Lá para as 17:00 horas, em frente ao paço Municipal e de costas para o Elevador Lacerda, fiquei a assistir a tudo. Estava

acompanhado de Florisvaldo Matos, meu professor de Jornalismo, e correspondente do **Jornal do Brasil**, e de Eliezer Gomes, de **A Tarde**.

Sirenes, gritos, bombas de gás lacrimogêneo, correrias. Era o auge das manifestações. De repente, uma mão me cutuca as costas. Virei-me. Era um cidadão alto, magro, de terno escuro. Chamou-me ao lado, agarrou meu braço esquerdo e disse que alguém queria falar comigo no pátio do Palácio do Governo. Não pude nem avisar os outros. Quando dei de mim, um portão fechava-se às minhas costas.

E saiu em direção a uma porta estreita, que dava para o interior do palácio.

Senti um calafrio. Por que estava eu ali, sentado naquele banco, fora das minhas obrigações de repórter? Não lembrava de meu dia de glória anterior! tempo

O tempo ia correndo. E ninguém aparecia. As horas estavam embaralhadas e só aparecia frente a mim a indagação: “por que estou aqui”?

Estava neste vagar quando aquele homem surgiu frente a mim.

-Quem é você? De onde você é? Por favor, me dê sua carteira de identificação, disse-me ele. Logo em seguida desapareceu novamente. Consegui verificar as horas. Eram 17,30 horas. Ia escurecendo em Salvador. Foi quando o portão se abriu e por ele passou Florisvaldo Matos. “Agora, sim, tudo se resolverá,” pensei. Florisvaldo olhou para mim e exclamou:

-Que você está fazendo aí?

-E eu sei! disse. Até agora não falaram nada. Só me mandaram ficar aqui, sentado. E levaram minha carteira de identidade.

-Tá certo, fique aí que eu vou saber alguma, disse Florisvaldo.

Ele também entrou porta a dentro, em direção ao palácio. Pouco tempo depois, surgiu uma pessoa, desconhecida para mim.

-Diga seu nome. De onde você é? Onde você nasceu? Que faz na Bahia?

Respondi a tudo: meu nome, que era alagoano, natural de Feira Grande e trabalhava no **Jornal da Bahia** como repórter e estava ali cobrindo as manifestações estudantis.

A pessoa foi embora, sem nada mais dizer.

Eram 18:30 horas quando chegou uma outra pessoa. E as mesmas perguntas:

-Quem é você? De onde é? Onde nasceu? Que veio fazer aqui?

Depois, pediu para acompanhá-lo.

Entramos no palácio, subimos uma escada de madeira e demos numa grande sala cheia de gente. Birôs tinham uns cinco. Havia dois serviços de rádio. Fui levado à frente de uma pessoa alva, alta, magra. Educadamente, perguntou meu nome, meu endereço, de onde era, que fazia em Salvador. Respondi a tudo. Olhei para o lado e vi Florisvaldo Matos junto a uma senhora gorda, baixa, negra. Depois soube que era Zilá, correspondente do jornal **O Estado de São Paulo**

-Sente-se aí, disse-me o homem.

Após uns 15 minutos, mais ou menos, aquele homem - que parecia ser o chefe daquela bagunça - disse-me:

-Olha, foi um engano. O governador encarregou-me de pedir-lhe desculpas. O senhor está liberado, afirmou.

Foi um alívio. Virei-me para Zilá e Florisvaldo e conversamos durante poucos minutos. Agradei a eles e me despedi. Foi aí que surgiu a figura magra, alta, que me havia conduzido até o pátio do palácio.

-Olha, senhor, vou acompanhá-lo até a porta que vai dar até a rua Chile. Desculpe-me. Deve ter havido algum engano.

Dizendo isto, desceu as escadas comigo. Eu ainda retruquei:

-Não precisa me acompanhar, não! Isto é da vida e da profissão

Quando chegamos quase na calçada do palácio, vi um jipão com os fundos abertos e duas pessoas dentro. E o susto: fui empurrado por meu acompanhante com tanta força que caí dentro do carro. Imediatamente a porta traseira foi fechada por um militar. Deu tempo de ver Zilá saindo do palácio. Ela também me viu, arregalando os olhos.

O carro saiu em desabalada velocidade pela contramão, descendo em direção da avenida Sete.



Palácio Rio Branco, com frente para o Belvedere da Sé, onde fui preso.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 2009, 2022)



A prisão II

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Ilustração de Mary Anne Lopes

Eu tremia. E não era de frio.

Algum tempo depois, o jipão entrava no quartel da Polícia Militar da Bahia, no fim da, pertinho do quarto onde morava na avenida Sete, número 141. Abriram a traseira do carro, mandaram que nós seguissemos um cabo (eu e os outros dois, que depois soube serem estudantes, um universitário e um secundarista).

Em frente a uma autoridade policial, sentada no birô, que identifiquei como sendo o tenente Etienne, mandaram-me

tirar o cinto e entregar todos os pertences. Tinha comigo uma carteira com alguns documentos, como carteira estudantil, e duas chaves do quarto onde morava. Depois, novamente me identificaram. Citei meu nome, nomes de pai e mãe, endereço de Salvador, endereço de meus pais em Alagoas. Um soldado batia todas as respostas numa máquina velha. sentado à direita do tenente. Um outro soldado, sangrando na testa, entrou no recinto e se identificou. Disse ele que tinha recebido uma pedrada dos estudantes.

O sangue lhe escorria tênue pela fronte.

Foi aí que entraram outros soldados. Um deles, olhou-me frio.

-Tenente, deixe que eu arranque o bigode desse cachorro a unha! falou.

- Não, nada disso, respondeu o tenente Etienne.

Um frio percorreu minha espinha.

Após isto, levaram-me até o pátio do quartel e pediram que tirasse os sapatos e meias. Revistaram-me totalmente.

Estava escuro.

Fechado, ou melhor, trancafiado numa cela minúscula, acompanhado dos outros dois “companheiros”, e tendo na entrada um cão da raça pastor alemão a me guardar, comecei a ficar com medo. Medo do que poderia vir das ordens do tenente Etienne e de seus **RS (Representação de Segurança)**, como eram chamados os policiais do batalhão de choque da Polícia Militar da Bahia. Eram soldados enormes, armados com cassetetes conhecidos como “fanta” devido ao tamanho.

Por três vezes, fui retirado da cela para responder àquelas mesmas perguntas que me faziam desde o primeiro momento em que foi detido. E por três vezes voltei ao convívio com os “companheiros”. Estava muito escuro. Na cela não havia lâmpada nem qualquer outro objeto que servisse para

iluminar o local. Na escuridão, ouvíamos gritos de dor, latidos de cães pastores e barulho de gente indo e vindo. Só ouvíamos.

Uma eternidade depois, fui novamente chamado:

-Alagoano, venha até aqui!

Era um “milico” me chamando. Ele abriu a cela, pegou em meu braço e disse:

-Vamos até a sala do tenente!

Lá, além do tenente Etienne e do policial que batia na máquina de escrever, estavam dois soldados, um cabo e um oficial (não sei identificar bem a graduação deste pessoal. Podia ser um major, um capitão, um coronel, qualquer um).

-O senhor vai acompanhar este oficial. Aqui estão seus objetos pessoais. Falta alguma coisa?

Era o tenente Etienne perguntando.

Faltavam as chaves. Mas eu disse que não faltava nada, que tudo estava ali. Levaram-me até uma rural Willys, colocando-me no banco traseiro entre os dois soldados. O cabo assumiu a direção e ao lado, no banco dianteiro, ia o oficial. Apesar de ser mais de 21:00 horas, notava-se que ele era sarará.

O veículo saiu em direção à avenida Sete e nas imediações do local onde morava, o oficial falou pela primeira vez:

- Sou o ajudante-de-ordem do vice-governador Jutahy Magalhães. O senhor está solto. Ele manda pedir-lhe desculpas pelo ocorrido.

- Olha, esta é a segunda vez que me dizem isto. Se estou solto, pode deixar-me descer aqui mesmo, disse-lhe.

-Não, não posso fazer isto. O senhor será levado até o jornal Diário de Notícias e entregue ao senhor Clementino, redator-chefe. O senhor o conhece? falava o oficial.

- Claro, claro que o conheço, respondi.

Mas eu não conhecia Clementino algum. Eu era do **Jornal da Bahia**. O **Diário de Notícia** era um órgão dos Diários Associados, juntamente com o jornal **O Estado da Bahia**, a **Rádio Sociedade da Bahia** e a **Tv Itapuã**.

Chagamos a rua Carlos Gomes, onde funcionava o jornal. Na entrada do prédio me adiantei um pouquinho e perguntei baixinho a uma pessoa na frente da redação”

- Quem é Clementino

- Aquele ali, o gordo, respondeu.

Dirigi-me até ele:

- Clementino, meu amigo, olha como sofre a imprensa. Por fazer meu trabalho fui preso. Mas é isto mesmo. Foi uma experiência.

Aquele cidadão, de nome Clementino, redator-chefe do jornal **Diário de Notícias**, me abraçou.

-Essa é uma experiência que você não esquecerá nunca. O vice-governador pediu-me para recebê-lo. É bom tê-lo de volta.

Dizendo isto, o redator-chefe foi agradecendo ao ajudante-de-ordem do vice-governador. Este, ainda, dirigiu-se a mim:

-Mais uma vez as desculpas do governo da Bahia.

A redação toda me olhava. Apesar de ser tarde da noite, as redações dos jornais naquela época iam até a madrugada. Eram arcaicas, com os jornais impressos em linotipo. Mais calmo, com a certeza de que não continuava na cela do quartel da Polícia Militar, virei-me para Clementino e falei:

-Meu amigo, peço-lhe desculpas, pois esta é a primeira vez que o vejo. Tive de me expressar como se o conhecesse para dar a entender que o conhecia.

Neste momento, uma pessoa levantou-se, empurrou a máquina de escrever, e se dirigiu até a mim.

- Meu amigo, ainda está com medo?

Era Jô, colega da faculdade e de sala. Alta, negra, bonita

- Jô, esse medo não vai passar nunca!



Quartel da PM da Bahia, no Largo dos Aflitos, onde fui preso pela segunda vez.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 210, 2022)



Até logo

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Torcedor inflamado do ASA, ex-bancário, professor universitário: um pouco de José Pereira Neto.

Aos domingos, logo após a missa das 9,0 horas na igreja Nossa Senhora do Bom Conselho, numa casa modesta da rua da Aurora, Alto do Cruzeiro, uma reunião importante: José Fernandes (hoje médico), Benvindo Lira (morto, depois bancário do Banco do Nordeste, Durval Vital (hoje servidor aposentado dos Correios e Telégrafos), Vicente Farias (hoje

bancário aposentado do Banco do Brasil), e3u e o Zé Pereira. A reunião, em sua casa, era para jogar futebol de botão, do qual era um apaixonado. Durante muito tempo, éramos técnicos de futebol e proprietários de clubes fictícios (quase sempre Flamengo, Vasco, Botafogo, Fluminense. Algumas vezes, Portuguesa carioca). Os times do Rio serviam de espelho. O do Zé Pereira, porém, era a Associação Sportiva de Arapiraca, hoje Agremiação – o ASA. Mesmo tendo nascido em Viçosa, era um arapiraquense de coração, desde quando chegou em 1950. É cidadão honorário desde 1998, título dado pela Câmara de Vereadores.

Mas, aqui importante é a memória.

Algum tempo depois, cada um seguiu seu caminho. O Zé Pereira, depois de passar pelo Instituto São Luiz e pelo Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, foi bancário do Banco da Bahia (na rua do Comércio, ou Manoel André) e depois do Banco do Nordeste, na rua Fernandes Lima. De lá, um pulo para Maceió, onde aposentou-se como bancário e, bacharel em Direito, foi lecionar na Faculdade de Direito do CESMAC, onde, com orgulho, fui seu aluno.

O ser amável, educado, fino no tratar, honrado por descendência, era um amigo incontestado. Sempre falava com um sorriso largo no rosto. Nunca soube que havia levantado a voz para alguém. Sempre solícito.

Durante muito tempo o Zé Pereira, antes com a ajuda preciosa do juiz e depois desembargador Nelson Rodrigues, e depois sozinho, lutou juridicamente e com fatos e história para que o seu amado ASA fosse declarado campeão alagoano de 1953. E assim foi: campeão de fato e de direito.

Diz o site do ASA: *“Há que ser lembrado que Arapiraca em 1953 era apenas a sexta maior cidade do Estado de Alagoas (hoje é a segunda maior) e não tinha emissoras de rádio ou jornais. E acabou acontecendo a velha máxima de que uma mentira de tanto ser repetida acaba se tornando “verdade”. No caso, a mentira era o título do Ferroviário da capital, amplamente divulgado. No entanto, o cidadão arapiraquense Dr. José Pereira Neto, já na década de 90, trouxe a prova do esquecido, pela mídia, título de 1953, ao*

pesquisar e redescobrir a Gazeta de Alagoas com o ato homologatório de 1953. O ato que colocou o ASA de Arapiraca na lista dos campeões alagoanos está exposto no Museu dos Esportes do Estádio Rei Pelé. Graças a esse primeiro título, o ASA também ficou conhecido como "O time que já nasceu campeão".

Também faz parte do projeto *Raízes de Arapiraca*, onde percorreu sua memória, sua vida e seus amores.

José Pereira Neto, o Zé Pereira, ou Professor Pereirinha como muitos o chamavam, nos deixou agora. Muitos foram ao velório e sepultamento para uma despedida. Não fui. Não quis nem quero me despedir de amigos. Amigos como Zé Pereira.

Prefiro, em casa, sozinho, dar um até logo. Ele me ouviu!

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 211, 2022)

Pão marroque ou o vendedor de água

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Pão marroque: duro, envelhecido, era comida de vendedor de água e seu burro “marcriado”.

-“Seu” Benedito, o Severino tá aí, esperando que o senhor mande dar pães marroques pro burro. Está na calçada.

Benedito Cordeiro, dono da Padaria Vitória, depois chamada de Panificação 30 de Outubro, assentiu:

- Tá bem, veja as sobras de marroque e dê pra ele. E pro burro também!

Era um dia qualquer da semana, menos domingo ou segunda-feira. A hora? Lá pela tarde, entre três e quatro horas.

Um cliente, morador da rua Manoel Leão, ao ouvir aquele diálogo entre patrão e empregado, perguntou:

- Benedito, tá dando esmola ao rapaz do burro?

- Não, não, respondeu o dono da padaria. Ele sempre vem aqui e pede uma comida para o burro, uns pães marroques. É sobra mesmo. Ele diz que se chama Severino.

E todos, ou melhor, “seu” Benedito e o cliente, viram Severino receber duas mãos cheias de pão marroque. Era pão de milho (que hoje chamam de pão francês) e pão crioulo, dormidos, sobras, duros. Ele pegava um pão e colocava na boca do burro, e outro, aos pedaços, ele colocava na própria boca. Não antes de olhar para os lados e se sentir sozinho, sem qualquer olhar curioso ao seu ato.

O vendedor de água, o Severino, ou o José, ou o Pedro, ou o Antônio, o nome não importa. Este, sem dúvida, era o Severino. Ele era um dos muitos vendedores de água, que diziam ser boa para tomar, que trabalhavam diariamente em Arapiraca. Aliás, diariamente não, como já foi dito, respeitavam o domingo, o dia santo e feriados, além segunda-feira, dia da feira semanal. Durante os outros cinco dias, pela manhã e tarde, viam-se burros e jumentos com ancorotas, quase sempre quatro, cheias de água. Na maioria, vinda do povoado Bananeiras. Ou, em carros de mão, com latas cheias, de poços do baixio da rua Nossa Senhora de Fátima.

Era o cotidiano em toda a cidade.



Panificadora 30 de outubro, que substituiu a Padaria Vitória. Na foto, um dos filhos de Benedito Cordeiro.

Era assim Arapiraca, Quase todas as suas casas tinham poços nos quintais, as cacimbas, como eram chamadas. Umas, com muita vazão; outras, mirradas, pouca água. Mas, o pior: a água das cacimbas era, na quase totalidade, salobra, ruim de gosto, e um cheiro horrível. Servia para lavar, mas, mesmo assim, era grossa e não pegava bem o sabão. Horrível para beber! Daí, o comércio constante de vendedor de água da Bananeira ou da rua Nossa Senhora de Fátima por toda a cidade e a toda hora.

Severino era um desses vendedores de água. Com um burro, o “*marcriado*” (como era chamado) ele dava duas viagens por dia, numa distância de 8,5 km em linha reta, vindo por Canafístula. Era um trabalho árduo, cansativo, principalmente para o burro “*marcriado*”. O único momento de descanso era quando os dois, Severino e o burro “*marcriado*”, se dirigiam a Padaria Vitória de Benedito Cordeiro e se saciam com pão marroque.

O “*marcriado*” muitas vezes se mostrava um verdadeiro burro malcriado, dando coices, empinando como cavalos, correndo em disparada, e derrubando sua valiosa carga: as ancorotas cheias de água. O prejuízo do Severino era grande nessas horas, mas, mesmo assim, tinha um apreço pelo “*marcriado*”. Aceitava o prejuízo.

Foi assim que conheci Severino, o vendedor de água da Bananeira, que saciou durante muito tempo os arapiraquenses. E não era estranho ouvi-lo, sempre:

- Olha a água, água da Bananeira! Ainda tem. É barata e boa. Aproveitem!

E por muitos anos os vendedores de água boa para beber percorriam as ruas da cidade..

A mudança veio durante o governo de Alagoas do professor Afrânio Lages (lá pelo ano de 1972), e Higino Vital, como prefeito: Arapiraca passou a receber água encanada do Rio São Francisco, através da Adutora do Agreste. A água da Bananeira, ou da rua Nossa Senhora de Fátima, deixou praticamente de ser comercializada pelas ruas da cidade.

E Severino e seu burro “*marcriado*” deixaram de frequentar a Padaria Vitória do Benedito Cordeiro. E de comerem o pão marroque.

Foi o progresso chegando.



Era comum o uso de poços artesianos, as cacimbas, nos quintais das casas arapiraquenses.

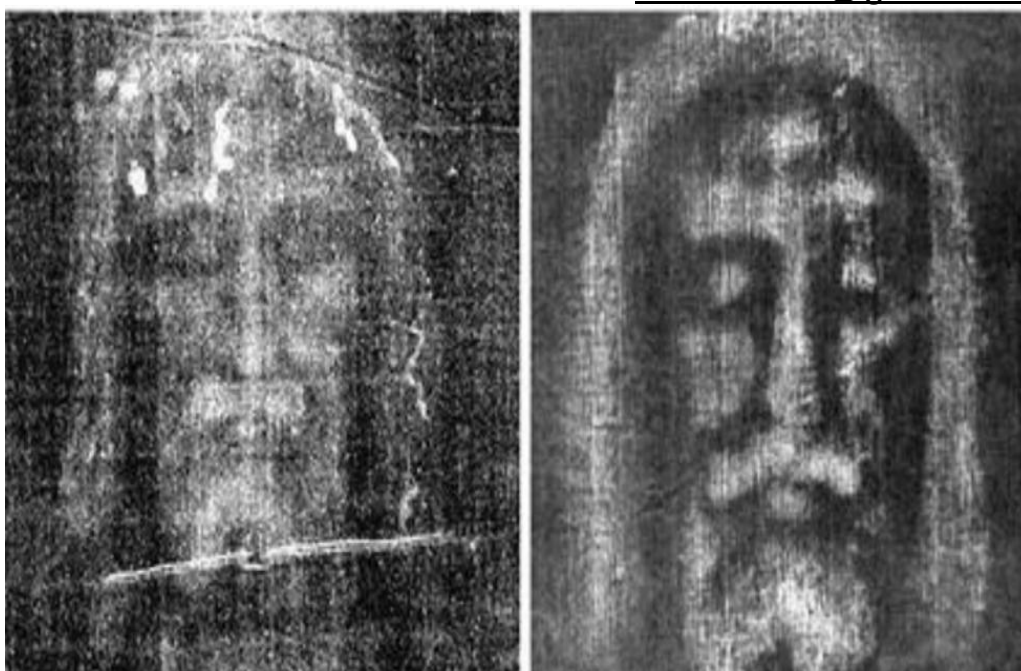
*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 212, 2022)



O sorriso de Cristo

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



O Sudário de Turim é um pedaço retangular de pano onde se pode ver a imagem tênue de um homem magro, cabeludo e barbudo, frente e verso. Alguns devotos católicos acreditam que se trata da mortalha que envolveu Jesus após a crucificação, mas a Igreja Católica, enquanto instituição, não tem opinião oficial a respeito (texto de autoria de Carlo Orsi, *jornalista e editor-chefe da Revista Questão de Ciência*).

Reflexão.

O Papa *Francisco* disse, certa vez: “*Sempre que possível, dê um sorriso a um estranho na rua. Pode ser o único*

gesto de amor que ele verá no dia”. Outros, como *William Shakespeare*, disseram: *“É mais fácil obter o que se deseja com um sorriso do que à ponta de uma lança*”. Ou, citando *Martin Luther King*: *“Pouca coisa é necessária para transformar inteiramente uma vida: amor no coração e sorriso nos lábios*”.

Para os dicionaristas, *sorriso* é expressão facial em que os lábios se distendem para os lados e os cantos da boca se elevam ligeiramente, expressando alegria, amabilidade; ou, algumas vezes, aprovação, mas que pode também expressar ironia, desdém, malícia.

Durante muitos anos da vida terrena, agora, mas perto do fim (e depois de muitas pesquisas, talvez não tantas quanto deveriam), nunca encontrei o sorriso na face de Cristo. Nem em livros, aqueles que pude ler, ou em expressões retratadas por pintores. A fotografia somente surgiu através de *Joseph Nicéphore Niépce*, em 1826, e de lá até hoje parece não haver uma só foto: Ele sorrindo: como menino ou adulto.

Vamos lá: dos tempos de Seu nascimento, quando os pais foram cumprir o recenseamento determinado por *Herodes* até quando expulsou os vendilhões que se aglomeravam no templo, quando tinha 12 anos de idade, não se sabe de um só sorriso. Depois, dos 12 aos 30, um mistério. Como viveu, por onde andou, o que fez? São perguntas não respondidas; ou, se respondidas, sem provas da verdade.

Os três últimos anos, de fervor, de compaixão, de amor, rico em vida são escancarados por historiadores, os evangelistas – João, Mateus, Lucas, Marcos. Ou, Filipe, o evangelista, como era chamado por muitos. Há, ainda, Timóteo, chamado de evangelista por Paulo. Todos são historiadores, de uma forma ou outra, mas parece, entretanto, que nenhum narra um sorriso de Cristo (talvez haja e minha ignorância não tenha descoberto).

Mas, nós, que somos à semelhança, sempre sorrimos ao nascer, um sorriso tímido, que leva alegria aos pais e familiares (que exclamam: *“olhem! Está rindo”*); ou, quando o fotógrafo pede à criança: *“diga xis”*. Já adulto, e durante toda a vida, em vários momentos, soltamos belas risadas, sorrisos largos de alegria, de satisfação, de amor, de alívio.

Sei que não deveria estar tratando deste assunto, que parte substancial considera menos importante que as

milhares de mortes por Covid-19, ou por mísseis assassinos na Ucrânia. É, sei disto. Mas, em tempos de mais um aniversário de Sua crucificação, um sorriso, mesmo tênue, seria bálsamo para nossas feridas, Seria? ou será? Pouco importa o tempo do verbo.

O sorriso que o Papa *Francisco* discorreu é, sem sombra de dúvidas, o sorriso da vida. De vida, que não importa para o ditador russo, ou para o vírus contagioso da pandemia de Covid-19, que ainda assola o mundo. Ele é necessário para o ego.

Segundo *Mateus* 5:3 a 12: *“Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados. Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Bem-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem, e vos perseguirem, e, mentindo, disserem todo mal contra vós. Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; pois assim perseguiram aos profetas que viveram antes de vós”.*

Apesar de tudo, e muito mais, sorria Cristo!

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 213, 2022)



Fralda em burro

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Cavalo com fralda em charrete no Central Park, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

Muitos anos atrás, entre o fim da década de 50 e os anos de 1960/61, estudante no Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, gostava de frequentar a Livraria e Tipografia São Luís, situada na rua Anibal Lima, do lado direito de quem ia para a praça Manoel André. Seu proprietário era Luís

Tavares, ou Luís Guarda, como todos o conheciam (diziam que guarda era porque havia sido coletor estadual). Era um homenzarrão, com mais de 1,80 de altura. Alvo e sisudo. Feições duras, mas, quando falava, mostrava-se uma pessoa serena.

Na livraria vendia-se de tudo: do livro didático a papel pautado, lápis, aparador de lápis, caligrafia, giz. Numa ala, revistas de vários tipos ficavam penduradas, as capas à mostra – eram principalmente gibis, como *Hopalong Cassidy*, *Tex Ritter Cavaleiro Negro*, *O Zorro*, *Rocky Lane*, *Capitão Marvel*, *Bolinha*, *Luluzinha*, *O Gato Félix*, *Tio Patinhas*, *Pato Donald* (essas eram as minhas preferidas). Mas, havia outras, como *Jornal das Moças*, *Querida*, *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Careta*, *Noite Ilustrada*, *Contigo*, *Ponto e Linha*.

Eu me deleitava quase todos os dias, por favor de Luís Carlos, filho do Luís Guarda, e mau colega de estudos lá no ginásio. Adorava *O Gato Félix*!

Um dia, não sei precisar quando, mas foi depois de uma sessão da Câmara de Vereadores, “seu” Luís veio logo dizendo a seu filho e a mim, os dois únicos na livraria:

-O vereador Alonso de Abreu apresentou um projeto para colocar aparador nas traseiras dos burros. Diz ele que é para não sujar as ruas da cidade.

E irônico, completou:

-Foi uma risada só. Ora, burro com fralda!

Naqueles tempos inúmeras carroças de burro faziam o transporte na cidade, principalmente levando compras dos armazéns de Alonso de Abreu, João Antônio, João Vigário, Antônio Vital para várias localidades, como Canaã, Baixa Grande, Cavaco, Folha Miúda, Craíbas, Lagoa do Rancho, Pau D’Arco. Canafístula. Ora, era comum as portas dos armazéns ficarem sujas de esterco dos burros das carroças. Sobrava sempre para os varredores da prefeitura. Afora o odor forte da mistura de urina com esterco.

Talvez tenha sido este o motivo do projeto de lei do vereador.

Em 1993, longos tempos depois, juntamente com André Ribeiro, sua mãe Nilzinha e o vereador Juan, de Paripueira,

encontravam-nos no Central Park, em Nova Iorque, quando, olhando para o lado, vi charretes, puxadas por cavalos, com turistas num belo passeio por ruas daquela cidade.

Bonita vista. Os cocheiros, todos vestidos a caráter, serviam também de guias.

E, surpreso, vi um tipo de bolsa por trás dos cavalos, como aparadeiras.

Neste instante, comecei a rir, um sorriso largo; sorria a boca e sorriam os olhos. Meus amigos de viagem notaram logo o riso largo em mim, que diziam ser difícil de ver.

-O que foi que houve, Dr. Lira? Por que este sorriso todo?

-Nada, nada, estou só a me lembrar da minha terra, Arapiraca, disse.

-Que é aquilo por trás dos cavalos, diga-me Juan (vereador de Paripueira, Juan havia nascido e vivido nos Estados Unidos)

-Olha, é para aparar os dejetos dos cavalos e assim não sujar as ruas, esclareceu.

Continuei a sorrir.

A lembrança do projeto de lei do vereador Alonso de Abreu em colocar fralda nos burros das carroças de sua cidade, motivo de galhofa, escárnio, era muito atual e futurista.



O vereador, depois deputado estadual, Alonso de Abreu apresentou projeto polêmico.

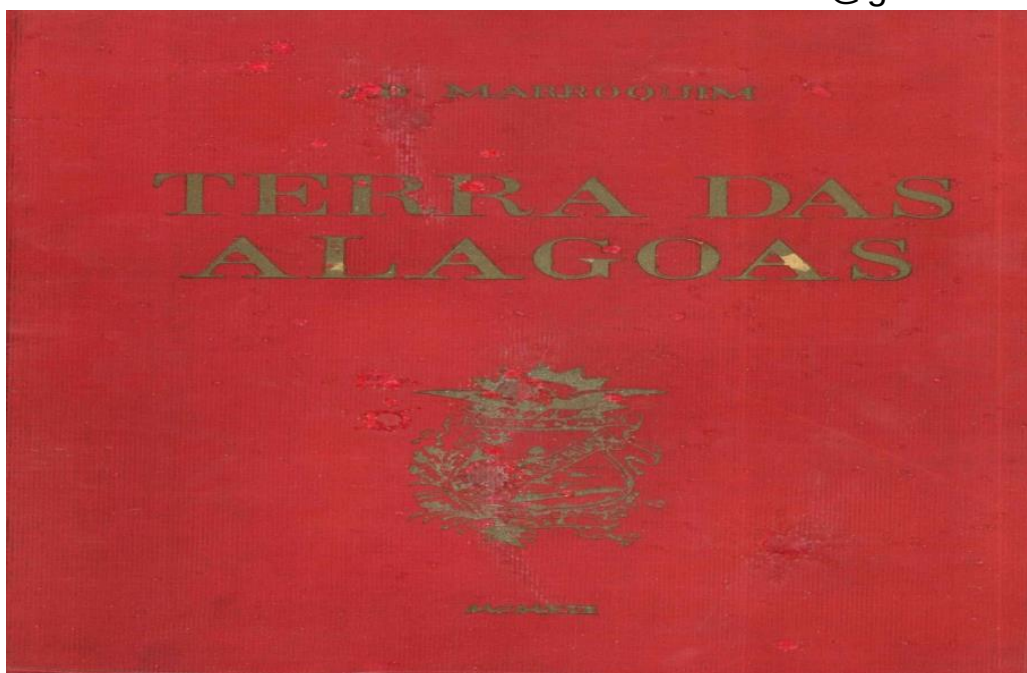
*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 214, 2022)



Cem anos do livro Terra das Alagoas

Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Capa do livro imprenso na Itália, Roma, em 1922, pela *Editori Maglione & Strini*, cujo original está em poder do autor.

Enquanto o Brasil comemora 200 anos de independência, agora em 2022, Alagoas, por outro lado, deveria homenagear o maior livro sobre esta terra já editado, Chama-se Terra das Alagoas, uma obra prima coordenado pelo advogado Adalberto Marroquim, com as participações de Moreira e Silva, Diegues Junior e Jayme d'Altavilla. É uma obra histórica sobre *história, geografia, artes e letras*

alagoanas (**Notícia Histórica Sobre Alagoas**, pelo Dr. Diegues Júnior; **Physiographya de Alagoas**, pelo Dr. Manoel Moreira e Silva; **Geographia Política**, por Ad. Marroquim; **Artes e Letras**; **Pequena Anthologia dos Poetas Alagoanos**, dedicado a Jayme d'Altavilla)

Arapiraca, mesmo não sendo ainda município, pois só o foi em 1924, está citado nesta obra. À página 84, está: *“Sede – Limoeiro, villa sobre um morro, á margem do Coruripe. É sede do único districto judiciário do municipio e de uma freguesia. Decadente.*

“Povoações – Arapiraca, florescente, muito comercial e centro de grande produção de farinha de mandioca. Tem tambem algumas fabricas de beneficiar algodão” (a escrita está como no original).

Há, ainda uma citação importante. Na página 176, o nome de Esperidião Rodrigues como um dos principais comerciantes de Triumpho, hoje Igreja Nova: *“Indicador Commercial – Pedro Falcão, João Campos Machado, Euthimio Queros, Esperidião Rodrigues, Januario Lyra, ...”*

Alagoas bem deve aos autores desta obra prima, que relata em todas suas matizes o estado até o ano de 1922, quando de sua impressão em Roma. O coordenador era filho e pernambucano de Água Preta, Adalberon Affonso Marroquim aqui chegou em 1915, e tornou-se um alagoano como se da terra fosse. Em 1919, em união com os mestres Moreira e Silva, Diegues Júnior e Jayme d'Altavilla, são autores da maior obra, ainda hoje, sobre Alagoas. Em fevereiro de 1922, estava ele na capital da Itália tentando imprimir a obra; em 10 de setembro daquele ano, o amigo Jayme d'Altavilla, em artigo publicado no jornal Gazeta de Alagoas, assim fala acerca daquela obra que comemoraria o Centenário da Independência do Brasil: *“Marroquim teve de enfrentar não poucas dificuldades, oriundas da exorbitâncias dos preços das casas editoriais, tendo somente em maio deste ano conseguido firmar contrato com a grande empresa Maglione & Cia.”*

A obra tem mais de 300 páginas, 470 clichês esparsos, outros 30 em fototipia, capa em percalina com tricomia e ouro

(no livro em posse do autor há, colado na segunda página um cartão datado de 21 de junho de 1923, onde o governador Fernandes Lima oferece a obra ao presidente da República de Portugal, Antônio José de Almeida).

A história de Alagoas está perenizada, sem dúvida, nesta obra que engradece a cultura, a vida e a memória de seu povo.



Do governador de Alagoas ao presidente da República de Portugal, a oferta da História das Alagoas

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 229, 2022).



A carrapateira

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

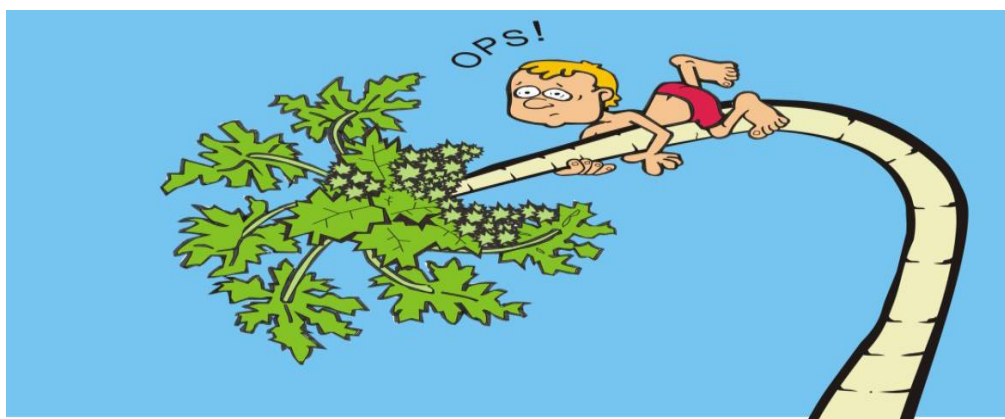


Ilustração: Mary Anne Lopes

Eu me sentia reconfortado com as palavras de Dom Jerônimo de Sá Cavalcante. Reconfortado tanto no campo espiritual quanto no material, pois ele mostrava, de forma cristalina, o direito que todos tinham em lutar pela liberdade, pela independência e por uma vida melhor aqui na terra. Isto, sem dúvida, me alegrava, pois ia ao encontro de meus ideais, da minha participação na AP. Já disse algumas vezes que a AP se originou dos cristãos da JUC, da JEC e de outros movimentos menores surgidos na Igreja Católica.

Eu me enquadrava, ou me achava enquadrado, nesta posição.

Mas, qual o motivo que me havia levado a entrar na Ação Popular? Foi tão somente a vontade de querer ajudar a

modificar as estruturas do Brasil? O meu engajamento na AP foi através de uma mudança ideológica?

Sinceramente, tudo me deixou dúvidas. Eu era AP, acreditava na AP, sentia ser a AP um movimento importante para combater a ditadura instalada e incrustada no poder. Para isto, lia muito. Lia para me fortalecer.

Hoje, tenho certeza que tudo começou muito tempo atrás, em 1954, quando tinha oito anos. Nascido em dezembro de 1946, no município de Feira Grande, Alagoas, à época conhecida como Mocambo, distrito de São Braz, levava a vida de menino comum, de um lugarejo pequenininho, sem sonhos de lugar grande.

Num desses dias, lá para o mês de junho, saí com meus amigos malandrando pelos quintais afora. Já voltando para casa, resolvi subir num pé de carrapateira (ou, como muitos dizem, de mamona). Fraquinha, a galha da carrapateira não me aguentou. Caí por cima do braço esquerdo e uma dor atroz tomou conta de mim. Gritei muito e, olhando-o, vi que estava fraturado.

Saí correndo, gritando de dor e chorando, para casa. De imediato, meu pai levou-me à única farmácia do Mocambo, a do Zé Bayer. Meus amiguinhos, Paulo Aristides, Zequinha (o Quinha), não me acompanharam. Correram para suas casas.

Na farmácia do Zé Bayer, o homem mais letrado do lugar, metido a tocador de violão, fui logo atendido: gazes e mais gazes com gesso foram passadas ao redor do meu braço, bem apertadas, que era para encaná-lo logo, como disse o bem-falante "farmacêutico".

Dois, três dias, não me lembro bem, já não aguentava mais de tanta dor. Numa rede de balanço, chorava e ardia em febre. Via coisas. O antebraço estava inflamado e o gesso apertava cada vez mais. Meus pais, então, resolveram levar-me até Arapiraca, Cidade mais próxima, e, já naquela época, a maior do interior do Estado. Lá, numa tarde de domingo, o médico - Dr. Walfrido - retirou imediatamente o gesso sufocante. Aplicou-me injeção. E concluiu:

-O menino deve ir logo para Maceió. Seu estado é grave. Não precisava ter feito nada disso. Bastava uma tala com gema de ovo e breu para consolidar o osso.

Apesar de tudo, do domingo para a segunda, depois de retirar o gesso e após a injeção não-sei-de-que dormi pela

primeira vez sem chorar e sem dor. Pela manhã, às 7:00 horas, eu e minha mãe subimos num trem que vinha de Porto Real do Colégio para Maceió - era o transporte mais certo da época. Chegamos às 17:00 horas na capital do Estado e fomos logo para o Pronto Socorro, um prédio de um andar, na esquina onde hoje funciona a Emergência 24 Horas da Santa Casa de Misericórdia.

Era hora de mudança de plantão do médico da emergência. O que estava - não me recordo do nome - imediatamente disse, quando viu meu estado, o braço cheio de borbulhas, de cor arroxeadas, ainda inflamado:

-Preparem o material! Tenho de fazer a amputação logo, caso contrário o menino morre.

Eu, sem me dar conta da gravidade da situação, olhava para os cantos, sentindo aquele cheiro forte de éter e de remédio. Notei, porém, lágrimas no rosto de minha mãe.

Naquele instante, um homem baixinho, mais ou menos da altura de meu pai, não mais que 1,60m, entrou assobiando alto.

Era o Dr. Ascânio Jorge, médico ortopedista, que vinha substituir o plantonista.

-Que é isto? perguntou.

-Olha que sorte, respondeu o plantonista, chegou na hora. Eu ia fazer esta amputação. Deixo pra você!

Dr. Ascânio chamou-me para perto e ao tempo que me examinava ia perguntando para minha mãe o que tinha se passado. Durante alguns minutos ele pegava no meu braço, levantava-o, mandava movimentar os dedos, virá-lo para um lado e para outro. E disse:

-Olha, não vou amputar o braço do menino, não. Se a senhora (com minha mãe) confiar em mim, vou tratá-lo.

Aquilo era como música nos ouvidos de minha mãe. Pra mim, nada. Não tinha noção da gravidade do caso. Minha mãe aceitou logo, logo.

Dr. Ascânio foi logo gritando com os enfermeiros (era assim que trabalhava, gritando. Não era um grito de raiva ou de rispidez), tragam isto, tragam aquilo. Não me lembro que produtos. Sei, porém, que um deles tinha um aroma de bacalhau. Sim, sim, era óleo de bacalhau.

Deu-me remédio e orientou que dormisse com o braço acima da cabeça, para que a água das borbulhas evacuasse

pela urina. E assim foi feito. Voltei a ele muitas e muitas vezes, não mais no Pronto Socorro, porém no outro lado, na Santa Casa, onde prestava serviço médico.

Era fácil de ir e vir, porque fiquei hospedado numa casa de pessoas conhecidas de meus pais, na rua Pedro Monteiro, ao lado da Santa Casa.

Meu tratamento durou cerca de dois anos e meio. Neste tempo, além do médico Ascânio Jorge, cuidou-me, a mando dele, a estudante de medicina Terezinha Ramirez. Salvo esquecimento, era monitora de turma. Com um braço defeituoso, cujo defeito é chamado de "isquemia de Falkner" (esse nome foi visto num livro grosso de Anatomia, que os estudantes carregavam pra cima e pra baixo, pelos corredores da Santa Casa com desenho e fotos, mostrando casos semelhantes ao meu).

De 1954 a 1956 andava eu pelas ruas, quintais e monturos do Mocambo: o braço engessado, cheio de arames para esticar os dedos atrofiados, brincando com Quinha e Paulo Aristides, entre outros colegas. Sem raiva, sem vergonha, sem ódio. Em 1956, antes do fim do ano, veio a alta médica:

-Odilon (esse o nome de meu pai), não tenho mais que fazer. Seu filho está curado. Vai ficar marcado, com movimentos restritos na mão esquerda. Fiz o que pude!

Dizendo isto, Dr. Ascânio, em sua residência num lugar bem longe do centro, casa grande entre areias da praia, a Ponta Verde, complementou:

-Agora, quero o nome completo do dono da farmácia que fez isto com seu filho, para processá-lo.

Meu pai, acompanhado de meu padrinho, Juca Lira, respondeu que infelizmente não faria isto. E disse ao Dr. Ascânio:

-O senhor me desculpe, doutor, mas não posso fazer isto. O rapaz não fez por querer. Ele pensou estar fazendo o bem. Não posso deixar que o senhor o processe. Não posso!

E assim fez. E assim se deu. Em dezembro de 1956 fomos morar em Arapiraca. Um dos motivos fui eu. Como não podia pegar num cabo de enxada, sem força na mão esquerda, tinha que estudar, ser alguém, que pudesse viver sem usar de força física. Em Arapiraca, estudei dois anos do

primário no Instituto São Luiz, fiz admissão e o ginásio no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (naquele tempo, chamava-se de ginásio). Depois, em 1963, comecei a cursar o científico no Colégio Central de Salvador, na Bahia.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 231, 2022)



A morte do vereador

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Vereador arapiraquense Benício Alves no IML de Maceió, em 1956 (Foto O CRUZEIRO)

Há 66 anos. Outubro, dia 20.

A disputa política é acirrada entre os partidários da UDN e do PSD arapiraquenses. De um lado, os que têm Marques da Silva como médico, deputado e amigo. Do outro, os seguidores das famílias Albuquerque, Lima e Pereira. Há os que não dão muito tempo pela vida do médico, acreditando piamente de que sua morte é iminente – não há como esperar

tanto tempo, pois de uma hora para outra sua vida será exterminada.

Para aqueles que confiaram na vitória de Marques da Silva, uma pitada de religiosidade não faz mal algum. E seguem, principalmente as mulheres, de casa para a Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, a rezar e pedir a salvação para o homem e para a alma do médico-deputado.

São os idos de 1956. A morte é anunciada. Arapiraca está de um fervor a toda prova. Pessoas andam de um lado para outro, do trabalho para casa, com o olhar fito no horizonte, ariscos, como a espreitar qualquer movimento.

E assim foi. Benício Alves, emboscado no Sítio Alexandre, levou um tiro no abdômen, que atingiu seu intestino. Era a noite de 20 de outubro de 1956, e o vereador acabava de chegar à casa de sua amante, Judite Caetano. Mesmo com o pronto atendimento do compadre e médico Marques da Silva, correligionário da UDN, morreu em Maceió. Suas últimas palavras:

-Eu não disse, compadre, que eles iam acabar com todos nós!

Segundo correligionários, morreu simplesmente porque era companheiro, compadre e amigo do deputado Marques da Silva; para outros, contudo, sua morte deve-se a vingança da família Barbosa, que teve um dos irmãos morto por Esperidião Oliveira, irmão do vereador, quando transportava fumo em corda para Pernambuco.

A morte de Laudilino Correia Barbosa ("Sica" Barbosa), em Igaci, mais precisamente na localidade conhecida como "jacaré", desencadeou a sucessão de crimes em Arapiraca.

Benício Alves de Oliveira (**) era natural do Sítio Nogueira, município de Anadia, onde nasceu em 1916. Ainda jovem, com vinte anos, deixou sua terra e foi para Palmeira dos Índios, onde trabalhou na empreiteira que prestava serviços na estrada de ferro que liga Porto Real do Colégio a Maceió. Era apontador de obras da Empresa Comércio e Construção. Casou-se em Palmeira dos Índios com Aurelina Valões de Oliveira, que lhe deu um filho.

Viúvo, continuou seu trabalho à frente da estrada de ferro, que avançava em direção da hoje Igaci, antigo povoado de Olho D'Água do Acioli. Em 1940, Benício Alves chega a Arapiraca, mais precisamente em Lagoa da Canoa, onde

adquiriu uma mercearia. Casou-se pela segunda vez, agora com D. Josefa Barbosa Bóia. Mais uma vez ficou viúvo, para logo depois, em 1942 contrair matrimônio com Ilda Araújo de Oliveira, que lhe deu quatro filhos.

Em 1950, Benício Alves de Oliveira foi morar no bairro de Cacimbas, onde se estabeleceu com um armazém de cereais. Em 54, filiado à UDN, por força da amizade com o médico Marques da Silva, foi eleito vereador. Dois anos depois, por conta das tragédias políticas, foi trucidado. Sua morte foi um aviso ao amigo. Ele seria o próximo.

Diz o deputado Marques da Silva, em carta encaminhada ao diretório nacional da UDN, datada de 04 de dezembro de 1956, que *“os mandantes do assassinato do vereador Benício Alves de Oliveira continuam impunes, gozando plena liberdade e ainda se dão ao luxo de se acompanharem por capangas, ostensivamente em todo o Estado”*.

Tudo se encaminhava para o assassinato do deputado Marques da Silva.

Arapiraca fervia. Infestada de bandidos, de lado a lado, mais parecia uma Serra Talhada. Pernambuco daquela época.



Vereador Benício Alves de Oliveira (foto domínio público)

*Jornalista

***No estado de Alagoas, a companhia inglesa **The Alagoas Railway Company Limited** havia ganhado a concessão para a construção de uma ferrovia destinada a ligar a capital, Maceió, a União, atual União dos Palmares, ao norte, numa distância de 85,2 quilômetros. As obras desse trecho foram iniciadas em 1882 e concluídas em 1884. Em 1891, foi inaugurado um ramal, partindo de Lourenço de Albuquerque, no quilômetro 32,4, em direção leste, com 61 quilômetros, até a localidade de Assembleia, atual Viçosa. Assim, a ferrovia, conhecida como **Central de Alagoas**, tinha uma extensão de aproximadamente 150 quilômetros, e passava por um total de 23 estações, estando a de União dos Palmares a cerca de quarenta quilômetros da fronteira com Pernambuco, onde, em 1894, os trilhos encontraram o ramal do **Glicério da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco**. Em 1901, as estradas de ferro **Sul de Pernambuco** e **Central de Alagoas** também foram englobadas pela **Great Western**, na sua Rede Sul, a qual passou a contar com um total de aproximadamente 469 quilômetros.*

*O ramal do Colégio, que somente tomou este nome quando atingiu a estação de Porto Real do Colégio em 1950, foi aberto aos poucos a partir da estação de Lourenço de Albuquerque, na linha Recife-Maceió da **Great Western**. Em 1884 estava em Urupema; em 1891 avançou até Viçosa; em 1912 em Quebrangulo. Somente em 1933 chegou a Palmeira dos Índios, para somente 14 anos depois recomeçar a sua marcha para o rio São Francisco, onde chegou em 1950. A ponte entre a cidade de Propriá, no Sergipe, e Porto Real do Colégio, em Alagoas, somente foi entregue em 1972, facilitando a passagem dos trens; antes, a travessia do Rio São Francisco era por barcos e balsas. Em 2000, a queda de uma ponte e de barreiras no ramal o interromperam até 2007. Os trens de passageiros não existem mais desde 1980.*

ALAGOAS CONFLAGRADA CONTINUAÇÃO

O Gôvêrno do Estado é impotente para conter a onda de crimes do sertão



O GOV. MUNIZ FALCÃO deseja apontar o criminoso a tôda a Nação. MAJOR KLEBER RODRIGUES é homem que deve desvendar o crime.

Logo a seguir o Sr. Muniz Falcão abordou a onda de crimes do município de Água Branca, cuja hegemonia política era disputada por numerosas famílias, que mantinham, entre si, laços de parentesco. E os Torres e os Villar. Um dos Torres, o fazendeiro José Torres, era casado com uma Villar, filha do chefe político governista, que pertence aos quadros da UDN e fazia a política deste partido. O seu genro, José Torres, comandava a corrente oposicionista, no município. De tal maneira se desenrolaram os fatos e os incidentes, que José Torres foi obrigado a retirar-se do lugar. No último mês do Governo udenista, José Torres pediu garantias de vida ao Secretário de Segurança Pública, que era o hoje Deputado José Onias. As garantias foram dadas e chamadas. Ao regressar a Água Branca, José Torres teve a sua fazenda cercada por capangas e policiais, sob o comando do próprio Deleu Batistinha. Resistiu a três horas de tiroteio, mas acabou sendo ferido. A viúva de José, que ficara com dez filhos na orfandade, foi vingando o marido, prometendo mandar matar os assassinos, que o seu pai e seu irmão, sogro e cunhado da vítima. Quando o Sr. Muniz Falcão assumiu o Governo convocou as duas famílias. Disse-lhes não admitia que elas fizessem justiça pelas próprias mãos: os crimes seriam punidos pela lei. Apesar das recomendações, algum tempo depois era abatido um Villar, o Prefeito do município, irmão da viúva de José Torres e por ela acusado como o principal responsável pelo trucidamento do seu marido. O Governador solicitou à Justiça a desnomeação de uma comissão judiciária. A viúva, acusada como mandante do crime, está detida, aguardando julgamento.

O Governador comentou outros homicídios, que tão violentamente pincelam a indole do sertão alagoano. O Sr. Campos Teixeira era presidente da Caixa Econômica, de Alagoas, derrotado no pleito para o Governador pelo candidato da UDN. Quem o matou às portas da Assembléia foi o Deputado Odéas Cardoso, na suposição de que Campos Teixeira fôra cúmplice na morte de seu pai, ocorrida no Governo Silveira. Fatos posteriores demonstraram a inocência de Campos Teixeira, que sofrera vexames de revistas da Polícia, nos dias que antecederam o seu assassinio. Palmeira dos Índios, um dos grandes municípios das Alagoas, também foi teatro de uma matança bárbara. A vítima foi o Beato Franciscano, discípulo de Padre Cícero do Juazeiro. O crime aconteceu quando acendia uma lâmpada do arrabal de sua frequentada, calçada varado de balas 45. Os matadores fuzilaram um dos homens seguravam a escada, ferindo gravemente o outro. Motivo: o Beato Franciscano declarou que iria votar com o Deputado Humberto Mendes, base eleitoral em Quebrângulo e Palmeira dos Índios. O Beato era homem querido no sertão, fundador de vilas. Amparava, quando foi assassinado, mais de 300 crianças abandonadas e número igual de filhas. A morte de Francisco Lima, descendente de tradicional família alagoana, foi outro episódio chocante. O criminoso teve a fuga citada pelo Governo udenista — diz o governador.

Continua na pág.



O VEREADOR BENÍCIO ALVES foi acusado de prática de muitos crimes, em Arapiraca, inclusive de assassinato de um membro da família Barbosa. Foi morto de tóxico.

UM DOS CRIMES mais revoltantes do sertão alagoano foi o que vitimou o Beato Franciscano,

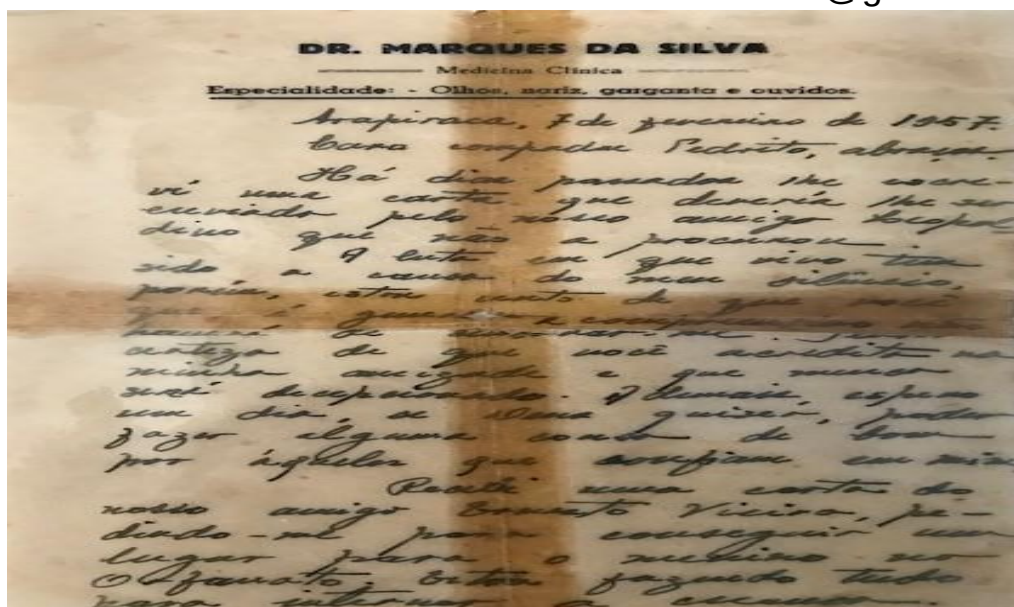
Uma página da revista O CRUZEIRO, a mais importante do Brasil, à época, contando os conflitos políticos em Alagoas. A morte do vereador Benício Alves é reportada.

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 232. 2022)



Cartas de um morto

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Carta, inacabada, encontrada no bolso esquerdo do deputado assassinado em 7 de fevereiro de 1957.

Dentro de poucos dias, mais precisamente no dia sete de fevereiro, a memória de Arapiraca completa 66 anos de um bárbaro assassinato, ocorrido em plena praça Gabino Besouro (hoje praça Marques da Silva), às 21,30 horas. O deputado José Marques da Silva, o mais votado no estado nas eleições de 1954, recebeu mortalmente dois tiros pelas costas. Morreu incontinenti.

Tinha eu 10 anos e poucos dias, vindo do município vizinho de Feita Grande, o Mocambo. Vi, sem saber o porquê, o reboiço na cidade; assisti o vai e vem de homens de farda para cima e para baixo, como a procurar o bem escondido. Ou foragido.

Já adulto nos meus 76 anos, cabelos totalmente embranquecidos, estou a coletar fatos daquela época. Fatos que hoje são lembranças e ressurgem como memória importante de uma cidade progressista, pacífica e trabalhadora.

Para reavivar esta memória importante da história de Arapiraca, estou a juntar e catalogar tudo que se refere àquele dia de fevereiro: matéria das revistas O CRUZEIRO, MAQUIS, dos jornais GAZETA DE ALAGOAS, O GLOBO, JORNAL DE ALAGOAS, dos anais do Senado Federal e da Assembléia Legislativa. Todo este material faz parte de um projeto de livro, que intitulei CARTAS DE UM MORTO.

Ah, e talvez o mais importante: uma carta inacabada, encontrada no bolso esquerdo da camisa branca (ensanguentada) do médico e político assassinado. Era dirigida ao compadre e amigo Pedro Vieira (o Pedrito), primo de sua esposa, Maria Vieira. Esta carta, no original e inacabada, me foi apresentada pelos irmãos Virgílio e Alberto, filhos do Pedrito e, nela há, sem dúvida uma apreensão do político arapiraquense sobre seu destino. Apreensão que não era em vão.

Poucas horas após, sem ter terminado a missiva, sem contar todo o seu temor e, porque não dizer, sua angústia, José Marques da Silva, médico e político, foi imolado. A carta inacabada vai se juntar a outros documentos factuais para que a memória viva de um povo, o arapiraquense, sempre conviva com os novos tempos.

Este autor espera que **CARTAS DE UM MORTO** conte um pouco de nossa história.



Camisa que o deputado Marques da Silva vestia quando foi assassinado.
Nela, estava a carta ao compadre Pedrito.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 241, 2023)



A parteira de Cristo

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Gruta de Salomé, de mais de dois mil anos, arqueólogos acreditam ser da parteira de Cristo (foto reprodução internet).

Em meus setenta e seis anos, grande parte deles, vivi e contemplei as imagens da manjedoura, local em Belém onde nasceu Emanuel, o Cristo Jesus. Na memória, vislumbro o local: uma manjedoura (local onde os animais – bois, vacas, cavalos, ovelhas comem no estábulo). No cristianismo, é o lugar onde teria sido nascido o menino Jesus, envolto em panos.

Sempre foi assim! A manjedoura lembra Cristo, lembra José, seu pai. E lembra Maria, sua mãe, que hoje e sempre,

pelo mundo, é chamada por várias denominações: de Fátima, de Lourdes, Imaculada Conceição, do Perpétuo Socorro, Aparecida, de Guadalupe, de Nazaré. Mas, sempre Maria!

Há! Na manjedoura apareceram os “reis” magos (eram três) - Melchior, Baltasar e Gaspar.

Nunca, porém, como agora, quando cientistas-pesquisadores, os arqueólogos, acreditam ter descoberto uma tumba onde se encontra o túmulo de Salomé, a parteira de Jesus Cristo! Assim diz a notícia: *“Arqueólogos encontraram em Israel uma tumba familiar de dois mil anos no local conhecido como “Gruta de Salomé”. **O lugar tem esse nome pois, segundo a tradição, a parteira de Jesus (que era assim chamada) foi sepultada ali.** Os pesquisadores dizem que os restos de uma capela dedicada a ela também foram descobertos durante as escavações”.*

E mais: ***“Segundo uma tradição cristã da igreja católica ortodoxa, Salomé era a parteira de Belém chamada a participar do nascimento de Jesus. Ela não podia acreditar que lhe pediram para dar à luz o bebê de uma virgem, e sua mão ficou seca e só foi curada quando ela segurou o berço do bebê”***

O nome Salomé em hebraico é *shalom* ou *shlomit*, comum à época.

Setenta e seis anos após, a acreditar nas pesquisas, passo a ter certeza de que Ele nasceu do homem e da mulher, como todos nós, de matéria. E, portanto, temporal. O espírito, a alma, esta sim, é eterna. Infelizmente, um dia após, no 26 de dezembro, quando vim à luz, também através de uma parteira, não souberam guardar o nome da parteira – simplesmente o tempo conseguiu fazê-lo esquecer. Da minha e de todos os meus irmãos.

Mas, o fato agora surgido com mais abundância de dados leva a milhões de pessoas, nascidas nos recantos do Brasil, pelos braços de uma parteira, a essa semelhança com Cristo. Pelo menos, essa similitude.

A notícia apresentada pelos pesquisadores, de um túmulo na floresta de *Lachish*, entre Jerusalém e a Faixa de Gaza, vai mais além que uma descoberta.

Para os cristãos ortodoxos, Salomé era, e ainda hoje é,
uma figura misteriosa. Mas que atesta o humanismo de Jesus.

Setenta e seis anos – e nada sei!

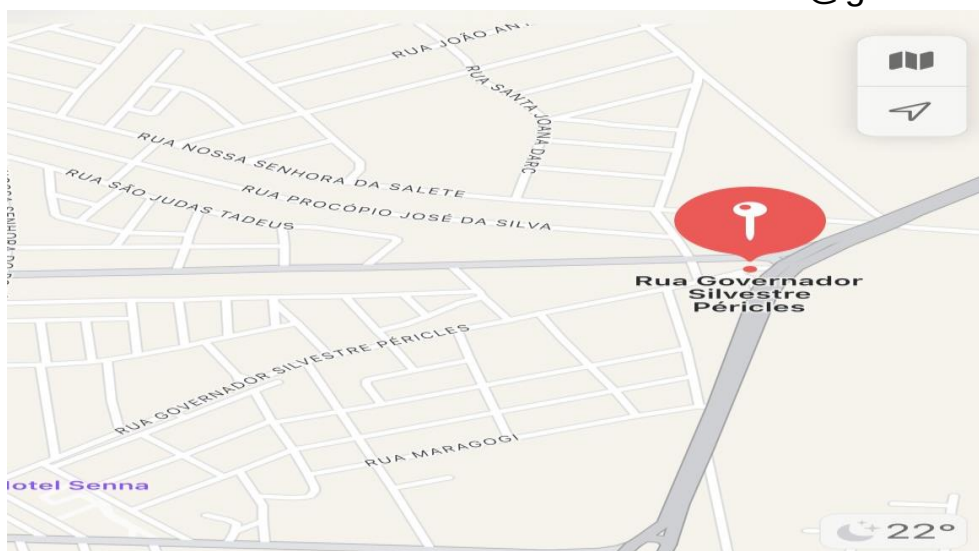
*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 242, 2023)



Cruz da moça, uma história de amor

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



A rua Cruz da moça foi rebatizada para rua governador Silvestre Péricles, bairro Jardim Tropical.

Muitos lugares têm suas cruzes da moça, história ou estória que conta um fato ocorrido em uma determinada época, envolvendo sempre uma jovem, e a cruz fincada num determinado lugar. Em Arapiraca, também foi assim. E foi história, que se arraigou na vida de seus habitantes, transformando-se numa memória viva.

Tudo começou nos idos dos anos 40, aqui mesmo em Arapiraca, mas com habitantes das redondezas do Pé Leve. Ele era conhecido como *Caboquinho*, morando no sítio

Jurema; ela, *Juvita*, morena jambo, donzela, moça brejeira e alegre, ainda nos seus 17 anos. Havia um terceiro personagem, sem nome, que a família de *Juvita* só ouviu falar tempos depois.

Mas, vamos continuar a história: *Caboquinho* gostava de *Juvita*; *Juvita* gostava de *Caboquinho*. Gostos de um lado e do outro, tudo ia bem, até trocaram alianças. As famílias começaram a se encontrar e jogar conversa fora. Nos encontros festivos, com trio formado por sanfoneiro, tarol e pandeiro, eles se esbaldavam. Quem via de longe, pensava logo: ali tem amor!

Um dia, porém, aliás, sempre há um dia, *Juvita* amanheceu estranha, continuou toda a manhã estranha, e até fugia de conversa com familiares e amigos. Estava emburrada. Quando *Caboquinho* chegou à noite para namorar, rasgando amor pela morena, encontrou-a sisuda, olhar pro chão.

-*Que é que há, Juvita? Que você tem?*

-*Nada não Caboquinho, é só uma coisa que tenho que falar com você!* Disse ela.

-*Que é, que é, diga logo!*

Juvita olhou para *Caboquinho*, fitou-o nos olhos, e disse:

-*Está tudo acabado. Tome a aliança de volta, Caboquinho.*

Disse isto e saiu, carrancuda como sempre, deixando *Caboquinho* atônito, boquiaberto, peito apertado, paralisado. Depois, recuperando-se, sentenciou para ele próprio;

-*Você não casa comigo e nem com ninguém! Pronto.*

Caboquinho saiu trôpego em direção ao sítio Jurema, peito dilacerado de tanta dor.

Uma semana depois, sem o noivo ao lado, mas com familiares, *Juvita* vai à feira de Arapiraca. Parece que esquecida de *Caboquinho* (tinha até dançado com outro a noite toda, numa festinha pertinho de onde morava). Lá pelas duas horas da tarde, compras feitas, voltou por uma rua tortuosa, de chão batido, a caminho do Pé Leve, já risonha, sorriso largo.

De repente, não menos que de repente, um punhal rasgou o vento e foi encravado em suas costas. Era a mão direita de *Caboquinho* que o empunhava

Juvita caiu morta, silenciosa, sem gritar. *Caboquinho*, foi de imediato agarrado pelos familiares de *Juvita* e morto a paulada, caindo ao seu lado.

Lembranças? Hoje, não. Durante muitos anos, porém, uma cruz pintada de azul, simbolizando *Juvita*, e a cor celeste de Nossa Senhora, foi local de reverência, reza, pedidos, agradecimentos. Muitas fitas de promessas, que diziam atendidas por *Juvita*, eram estendidas na cruz. Muitos diziam que eram acolhidas suas preces.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 244, 2023)



Um quase assassinato

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Fiat Panorama 1982, semelhante a que tinha.

A história aconteceu nos tempos em que João Lúcio da Silva era senador da República por Alagoas, nos idos dos anos 80. Era o mês de julho e fui passar oito dias de férias em Brasília, com esposa, cunhada e uma tia das duas. Na capital federal, seria hóspede no apartamento do senador na SQS 309, gentilmente cedido.

Saí de Arapiraca às 4,15 horas de uma madrugada fria, com pouca chuva, dirigindo meu carro Fiat Panorama, 1982, de cor azul. Ainda estava escuro. Durante o percurso entre Arapiraca e São Sebastião, pela AL 110 (hoje conhecida como

rodovia Geraldo Cajueiro), dirigia a 80 km por hora, não mais que isto.

A partir do sítio Pau D'Árco, surgiu uma luz p-or trás de meu carro; a princípio, fraca, pois estava distante. Depois, de poucos quilômetros tornou-se viva, forte, quase me ofuscando. Escuro, diminuí mais ainda a velocidade de meu carro, para dar passagem ao veículo que vinha logo atrás.

O carro adiantou-se e ficou lado a lado com o meu. Olhei rapidamente e vi três homens, sendo um o motorista. Era um gol bmx (conhecido como gol quadrado). Durante alguns segundos, que me pareceu longo tempo, andamos lado a lado, com dois dos homens olhando para meu lado. Instintivamente, acendi as luzes internas do carro, como a querer mostrar as pessoas que ali estavam. Apertei o acelerador. Meus acompanhantes não disseram nada, silêncio total.

Coseguei acelerar a panorama até onde podia e me distanciei um pouquinho daquele veículo, só diminuindo a velocidade já em São Sebastião, pegando a BR-101 com destino a Porto Real do Colégio. E o gol atrás. Até que cheguei no posto rodoviário de Canabrava. Imediatamente, não tinha mais seguidores.

O medo que cointinuou por bastante tempo, fazendo com que não parasse o carro, nem na parte alagoana nem na sergipana. Desliguei a panorama no restaurante XPTO, em Estância, Sergipe. Ali, macambúzio, tomei café, e, depois, segui para Brasília, passando por Feira de Santana, Ibotirama e Barreiras.

Em Brasília, 24 horas após a chegada, instalado no apartamento do senador, recebi a notícia de Arapiraca:

-Mataram o Antônio Lima, president da CAPIAL (Cooperativa Agro Industrial de Arapiraca). Foi quando ele ia para a propriedade rural, lá pros lados de São Sebastião. Foi pela madrugada!

Antônio Lima era conhecido. Aliás, tinha sido meu aluno no Colégio Bom Conselho, curso noturno. Ele tinha uma Panorama Fiat escura.

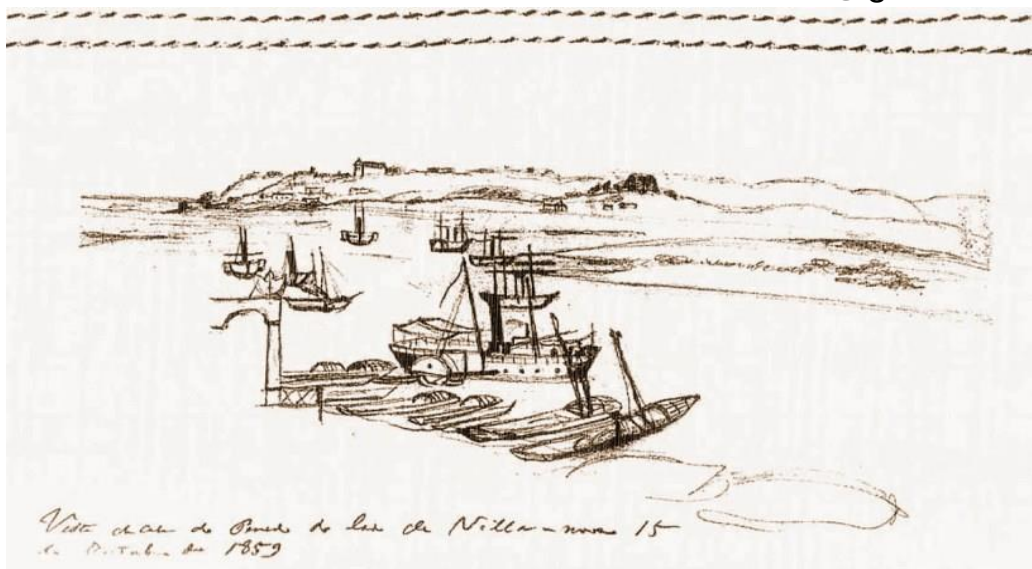
*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 245, 2023)



Dom Pedro II e sua visita (sic) ao povoado Piaui

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Penedo e o rio São Francisco (esboço feito por Dom Pedro II em 1859)

A linguagem é simples, não coloquial. Direta. Durante os dias em que durou a expedição pelo rio São Francisco, de 13 de outubro de 1859 a 24 de outubro do mesmo ano, os escritos de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga mostram um imperador bem iniciado nas ciências da época, e sempre carente de informações sobre as terras que margeiam o rio, da foz até as corredeiras de Paulo

Afonso. De tudo falou. De muitos, ouviu. Frequentou igrejas, capelas e escolas. Arguiu meninos e meninas das inúmeras escolas de Penedo, São Braz, de Entremontes, de Piranhas. Falou de rios, agricultura, comida. Do tempo. Reclamou até das pulgas que o atormentaram numa noite mal dormida.

Escreveu ele: *“Na fazenda dos Olhos d'Água fiquei mal acomodado na senzala – nome que convém à casa que aí há – mas sempre arranjei cama em lugar de rede e dormiria bem, apesar das pulgas, cujas mordeduras só senti no outro dia de manhã, se não fosse o calor, e a falta de água que é péssima aí, tardando a de Vichi, que vinha na bagagem pela falta de condução”*.

Só não falou do rio Piauí, ou do povoado que leva seu nome, hoje pertencente ao município de Arapiraca.

Dom Pedro II era meticoloso, e, desde o abrir dos olhos até o fechar, colocava tudo em seu diário, que hoje, com 43 volumes, mostram o olhar do segundo imperador brasileiro. E nele, nada sobre a igreja de São Sebastião do povoado Piauí. Esquecimento?

Aliás, na reportagem publicada no site da Tribuna Independente de 11/02/2023, há uma passagem em que se diz *“no período de 1855 a 1859, ou seja, há mais de 164 anos, o imperador e sua comitiva realizaram extensa viagem ao Nordeste”... “Mas pouca gente sabe que Arapiraca, naquela época ainda distrito subordinado, sucessivamente, a Penedo, Porto Real do Colégio, São Brás e Limoeiro, fez parte da rota da comitiva de Dom Pedro II”*.

Ora, como Arapiraca fez parte da rota da comitiva de Dom Pedro II, se ainda não existia, nem como cidade, nem como distrito, nem como povoado. Arapiraca surgiu, segundo os estudiosos da história, com Manoel André Correia dos Santos, anadiense, em 1848, que recebeu as terras do Cangandu como dote pelo casamento com Maria Isabel da Silva Valente (1815/1855). Eram só terras, e a primeira igreja (hoje igreja do Santíssimo, mas antes de Nossa Senhora do Bom Conselho) foi construída em 1867 (segundo o historiador Zezito Guedes).

Mas, voltando às andanças do imperador por Alagoas, precisamente pelas margens do rio São Francisco, nos seus 43 volumes (que vão de 2 de dezembro de 1840 a 1º de dezembro de 1891), cita Piaçabuçu, Penedo, foz do rio Boacica, Traipu, Porto Real do Colégio, São Braz (um lugar chamado de Buraco de Maria Pereira), Pão de Açúcar, Traíras, Piranhas, Entremontes ou Armazém, fazenda Olhos d'Água, Talhado, Paulo Afonso). Tudo isto no lado de Alagoas.

Disse o imperador: *“Visitei todas as povoações de alguma importância do rio de S. Francisco, ou antes, quase todas as povoações que margeiam o rio, e assim evitei quaisquer consequências de rivalidade que já se iam criando entre elas”*.

Nenhuma palavra sobre o riacho Piauí, porém; nem sobre o povoado, nem sobre a igreja de São Sebastião. Esquecimento?

Falou de meninos nas escolas, falou de cidades, de vilas, de professores pouco capacitados, de bajuladores. De pulgas!

O ainda desconhecido Dom Pedro II, para muitos, parece que, infelizmente, esqueceu-se (ou se esqueceu?) do povoado que originou os Lira do agreste alagoano.

Mas, sempre há um mas, parafraseando o imperador quando foi destituído, e, no navio Alagoas II, desterrado, olhando para as terras do Brasil, disse: *“onde foi que errei!”*

Errou a não colocar o povoado Piauí e sua igreja de São Sebastião nos seus escritos, ou, nunca ter ido àquela região?

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DE ARAPIRACA**, edição 246, 2023)



Edições dos anos 2023, 2024, 2024

O Mocambo

* Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Mocambo antigo, terra de reminiscência e de bons amigos.

O passeio pelo centro de Feira Grande, num início de tarde do feriado de *Corpus Christi*, somente me alegrava e me trazia à baila lembranças do tempo de criança. Ao lado do primo Zé Ivanildo, dei duas voltas pelo centro da cidade, mostrando os lugares mais ligados a minha infância: a igreja onde fui batizado, a casa onde nasci, ou mesmo a residência onde mais tempo convivi com meus pais e

irmãos, com o Mocambo (povoado que assim era conhecido). Nessa andada, veio-me à lembrança o embate entre as pessoas importantes do município; importantes são aquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, destacavam-se entre os munícipes. Eram os líderes, aqueles que passavam grande parte do ano ostentando poder – poder em liderar uma facção, um lado, ou mesmo, uma parte da população.

Lembrei-me de tio Anísio Lira, tio Agnelo Lira, Camilo Lira (meu primo), Antônio Bispo, Vitalino Bispo, Afonso Pereira (e seus filhos Teca, Zequinha e Newton), Juca Aristides (seus irmãos Paulo, Antônio, Sebastião). E Zé Dinda, o José Leandro de Lira?! Ah, o passado!

Vale minhas lembranças. Rapidamente, enquanto percorro as ruas da cidade, aparece na minha frente um senhor ainda forte, semblante sereno, caminhando devagar, com as mãos às costas. Paro o carro:

– Boa tarde, disse.

– Boa tarde, em que posso ser útil, respondeu-me aquele senhor, fitando-me nos olhos.

– Parece-me que o conheço, disse-lhe, sou filho de “seu” Odilon, o “odilonzinho”, está me reconhecendo?

– Sim, sim, “Seu” Odilon, exclamou o homem, eu estou vivo graças a ele. Você talvez não se lembre quando eu, esfaqueado duas vezes no sítio Tabocas, cheguei mau aqui no Mocambo. Seu pai é que foi até Arapiraca, a cavalo, buscar um médico. E estou aqui hoje vivo, com meus mais de 80 anos.

Foi aí que me lembrei do Pedro, filho de “seu” Aristides, irmão de meus amigos Paulo e “Tião”. Perguntei por eles.

– O Paulo e o “Tião” já morreram, respondeu-me.

Fiquei triste. Eram verdadeiramente amigos de infância, sendo que “Tião” era doente mental, mas, amigo fiel.

Olhei novamente para o Pedro e disse:

– Olha, este aqui ao meu lado é meu primo e neto de “seu” Artur Santos.

– “Seu” Artur! conheci muito. Votei pela primeira vez nele, a pedido de “seu” Odilon. Foi nosso prefeito, prefeito de São Braz.

É verdade, minhas lembranças retornaram mais forte. “Seu” Artur, de terno branco, com charuto na boca, bonachão, tinha sido prefeito de São Braz, que englobava a Vila de Feira Grande, apoiado por meu pai, tio Anísio, tio Agnelo, por vários líderes do antigo Mocambo. Homem de bem e bom homem!

Minha passagem por Feira Grande, naquele dia de *Corpus Christi* foi importante para minhas lembranças, importante para mim e para meu primo, o Zé Ivanildo, que também relembrou de seu avô, homem reverenciado pelo povo da época..

À Feira Grande, contudo, eu não era tão estranho. Anualmente, no dia 8 de dezembro, ali compareço para rezar o terço na igreja matriz, cuja padroeira, Nossa Senhora da Conceição, é minha madrinha.

Feira Grande? Mocambo?

Um pouco de história.

Francisco José Alves é citado nos registros históricos como o primeiro morador da região que hoje abriga a cidade de Feira Grande. No entanto, não há informação sobre a data que esse habitante teria chegado, vindo de Lagoa de Cima, município Traipú.

O fato é que outras famílias, atraídas pela fertilidade do solo, contribuíram com a formação do povoado que fazia parte de São Braz e era chamado inicialmente de Mocambo. Até que, em 9 de fevereiro de 1938 ele foi extinto e anexado ao município de Arapiraca. Os Lira, por exemplo, ali chegaram vindo do riacho Piaui, hoje pertencente a Arapiraca (uns, liderados por Manoel Apóstolo de Lira, para o Mocambinho; outros, por José Leandro de Lira, para o Mocambo. Eram irmãos).

Em outubro de 1938, através do decreto 2.422, a área é desmembrada de Arapiraca e anexada a Traipú. Finalmente, em 30 de novembro daquele mesmo ano o povoado é elevado a condição de vila. Com chegada de operários para trabalhar nas obras de construção do trecho da Rede Ferroviária do Nordeste, ligando Palmeira dos Índios a Porto real do Colégio, cresce o movimento na região.

Através do decreto lei 2.902 de 1953 é fixada, oficialmente, a divisão territorial. Com ele, o nome do monte denominado Mocambo é substituído por Feira Grande, nome atribuído ao fato do município possuir a maior feira entre as realizadas na região.

Em 1954, Feira Grande é elevada à condição de município, através da lei 1.785, e oficializada pelo então governador Arnon de Melo, com Domingos Apóstolo de Lira (seu Dinda) como primeiro prefeito. Hoje, o povo faz festa pela conquista política em 25 de abril, sem se esquecer de render graças à protetora e padroeira, Nossa Senhora da Conceição (dados da **Enciclopédia dos Municípios**, ano 2005).



A feira de toda sexta-feira (antes, era aos sábados) é uma das maiores da região (foto José Unaldo, o Paparazzo).



Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde o autor foi batizado, em 1946(foto José Unaldo, o Paparazzo).

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 01, 2023)

“Quero ouvir Deus!”

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Manoel Ferreira Lira Neto numa viagem entre Maceió e Arapiraca.

O dia: sábado, 6 de setembro. Local: AL 220, no trecho que liga Maceió a Arapiraca. Nos lados da rodovia, uma plantação de cana-de-açúcar a perder de vista. No carro, uma mãe, Anna Karlla, e seus dois filhos: Malu, à época com sete anos, e Manoel, com cinco.

O motivo: estavam indo para as festividades de 15 anos de Helô, sua prima.

A viagem seguia tranquila, a mãe ouvindo uma rádio fm da praia do Francês, município de Marechal Deodoro; os filhos, em suas cadeiras no banco traseiro, manipulavam seus “celulares” (parece que ligados no Youtube), calados, silenciosos.

De repente, não mais que de repente, Manoel coloca seu “celular” de lado, olha pra frente e fala: *“Mainha, baixe o som!”*.

A mãe, de início, não ouviu o filho. O som estava alto.

Ele repetiu: *“Mainha, baixe o som!”* (quase que uma imposição, não um pedido nem uma exclamação).

A mãe, agora sim, ouviu o filho Manoel. E baixou o som do rádio.

- *“Oi, meu amor! Por que baixar o som do rádio?”*

- *“Mainha, quero dormir e ouvir Deus”*.

E assim fez, fechando os olhos.

O silêncio foi total. Ouvia-se tão somente o som do atrito dos pneus com o asfalto da pista.

Não demorou muito, não mais que 30, 40 segundos, e Manoel reabre os olhos. Olha pra frente, e diz:

- *“Pode aumentar o som agora, Mainha. Já escutei Deus!”*

Nada mais foi dito, por mãe e filho, nem perguntado. O silêncio voltou a prevalecer entre os dois.

Hoje, com saudades imensas, vive em Portugal, com os pais e a irmã Malu. Ouvindo Deus?!

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 02, 2023)

Cadê o deputado???!!!

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Mendonça Neto, Djalma Falcão e Ulisses Guimarães, nos tempos do MDB.

Um certo dia de reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa, lá pelas 8,30 horas, nas instalações de sua biblioteca, idos do primeiro governo Divaldo Suruagy, sozinho, estava a ouvir o silêncio. Matutava! Poucos minutos após, haveria nova reunião de trabalho para apurar “*atos de possível corrupção*” no asfaltamento da estrada estadual que ligava a Barra Nova a BR-316, passando pelo local do futuro polo industrial de Alagoas. Engano meu. O silêncio foi interrompido pelo estalar da porta da biblioteca, que ficava no 1º andar do prédio à direita da sede principal da ALE.

Diversos homens, acho que não menos de dez, entraram esbaforidos. Um deles, que parecia coordenar e manobrar os outros, gritou:

-Cadê o deputado Mendonça, cadê o filho da puta?

Eles olhavam para os quatro cantos da biblioteca, vasculhavam a presença do emedebista Antônio Saturnino de Mendonça Neto ** (vice-líder do MDB), um dos cinco deputados que faziam oposição ao governa Suruagy; os outros eram Alcides Falcão, Walter Figueiredo, Francisco Pimentel e Luiza Evangelista, a primeira mulher arapiraquense deputada de Alagoas. E nada viram.

Depois de alguns repetirem os insultos ao deputado ausente (quase gritando), saíram xingando todo muito – todo muito aqui, queriam dizer, é representado pelos deputados contrário ao governo. E eu, desde o início boquiaberto, gelado e com medo, silencioso estava e silencioso fiquei.

Um parêntese para explicação: A CPI queria analisar toda a documentação sobre o asfalto da rodovia do polo, como era chamado. Num cochilo dos deputados da situação, 13 ao todo, foi constituída a CPI. E um dos primeiros atos foi a requisição de toda a documentação que se encontrava do DER/AL. A CPI era a única forma que poderia balançar o governo e era comandada pelo deputado Mendonça Neto, combativo oposicionista, excelente orador, corajoso nas palavras.

Eu, ainda com medo e depois da saída daquelas pessoas, liguei para o diretor da Assembleia Legislativa, Edwaldo de Meira Barbosa. Conteí os fatos. Resposta: *“feche a sala e saia daí imediatamente”*.

E assim fiz. Foi quando vi uma cena insólita – aquelas mesmas pessoas estavam em cima de um caminhão – aliás, um meio-caminhão – e jogavam centenas de pastas ao chão. Voltei à sala, liguei novamente para o diretor geral e contei-lhe o que estava ocorrendo.

-Faça o que eu disse antes, saia!

Aliviado com a decisão recebida, cumpri-a imediatamente.

O chão de paralelepípedo ficou forrado de papel. Uns, com o vento da manhã, até voaram!

A CPI terminou, como quase todas as outras, em nada. E o deputado Antônio Saturnino de Mendonça Neto foi angariado com um curso na Europa, mais precisamente na Espanha.

**Atividades do deputado Mendonça Neto na Assembléia Legislativa (Deputado estadual de 1975/1979 (MDB) e 1983/1987 (PMDB)): membro da Comissão de Constituição e Justiça (1979/1981), membro da Comissão de Viação e Transporte (1981/1982. CPI do Empobrecimento dos Municípios (1980), CPI

Irregularidades nos Órgãos da Administração Direta e Indireta (1980/1981),
Presidente da CPI das Irregularidades no DER (1983), CPI Distribuição do ICMS
no Estado de Alagoas (1983).



Deputado Antônio Saturnino de Mendonça Neto, ferrenho opositor ao governo de
Divaldo Suruagy.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 03, 2023)

Quando fui seu filho

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Mesa espírita, também conhecida Ouija em alguns países. Pouco usada hoje.

Uma tarde de domingo, numa mesa redonda, algumas figuras de Arapiraca estavam presentes: Claudenor de Albuquerque Lima, Florisvaldo Magalhães, Pedro Cavalcante (eu também ali estava, não como importante personagem arapiraquense; um simples professor de História do Colégio Bom, Conselho. E curioso). No centro, uma mesa hoje conhecida como Ouija (uma tábua de madeira com as letras colocadas em semicírculo, as palavras “sim” e “não” impressas juntamente com os números de 1 a 10 e um copo de vidro normal, emborcado).

No início daquela tarde, todos rezaram o *pai nosso* (*padre nosso*), pediram proteção e uma oração, não me lembro mais. Fui

escolhido para secretariar os trabalhos, isto é, escrever, juntando as letras e/ou números que o copo indicava. Muitas frases se explicaram, umas pedindo rezas; outras, rememorando fatos. Nada de futuro.

Paramos após uns 50 minutos.

Depois de algum tempo de descanso, voltamos à mesa. E, pela primeira e única vez, ele apareceu. De início, todos se entreolharam – *quem é este ser que não se identificou?*

As letras, porém, foram formando frases, legíveis e entendíveis só para mim:

- *Deus te abençoe, meu filho!*

- *Por que você bateu a porta na minha cara? Foi susto?*

(Uma explicação: em sonho, acredito, caminhava para os fundos da casa onde morava na rua vereador Benício de Oliveira. Abri a porta da cozinha e deparei-me com meu pai, risonho, como a que entrar. Assustado, bati a porta com força, em sua cara. E gritei. Acordei todo suado).

Esta estória nunca tinha sido contada a ninguém. Nem mesmo a minha mulher, grávida do primeiro filho.

Depois, as letras continuaram a formar frases:

- *Estou muito contente por ter escolhido o nome de seu filho. Eu também já fui chamado de Isaac. Quando fui seu filho.*

Pronto. Parei de escrever as palavras, nem letras nem nada. O rosto estava cheio de lágrimas. Eu soluçava.

Infinitas verdades! Finitas mentiras.

Eu havia escolhido o nome de meu primeiro filho. Ele se chamaria Isaac, em homenagem a um autor importante da Bíblia, lida nos intervalos das aulas no CBC, na sala dos professores.

Ana, minha companheira, e minha irmã Fátima se contrariaram com o nome. E uma delas disse:

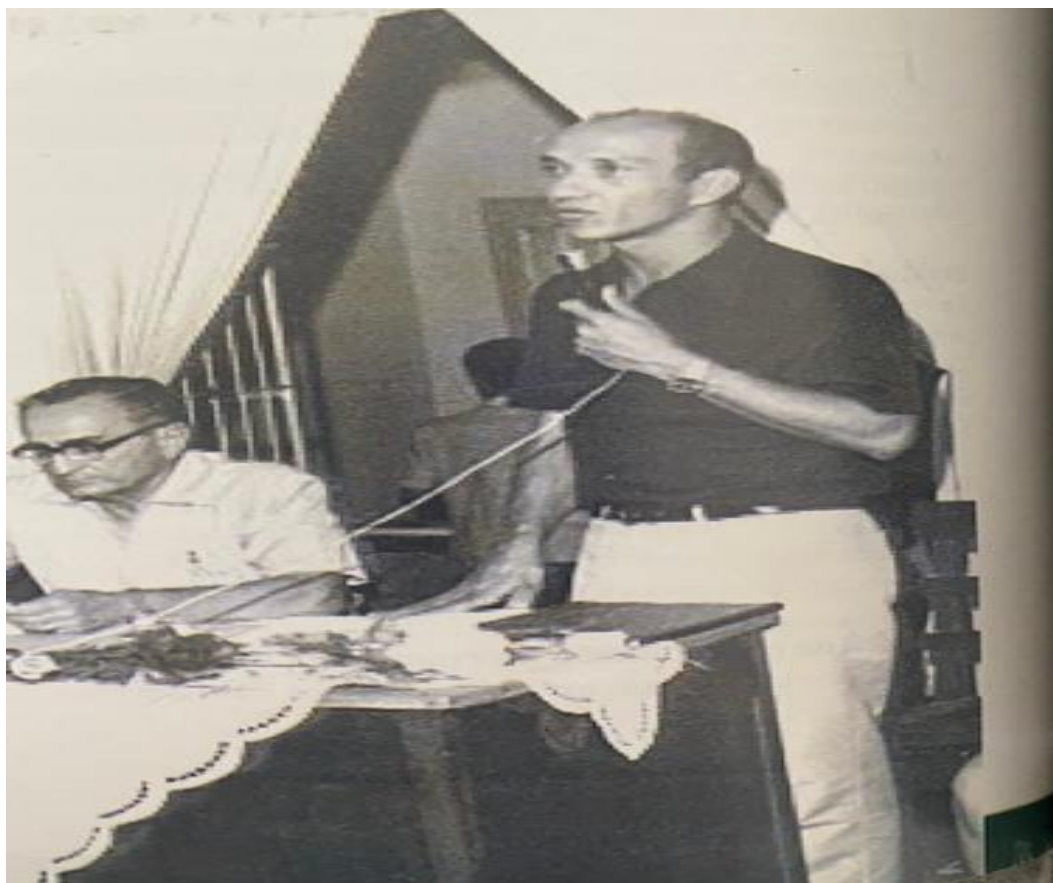
- *Isto é coisa de espiritismo. Vamos mudar o nome do menino!*

Willian Wagner poderia ter sido Isaac.

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 04, 2023)

Falta ele

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



O advogado João Batista Pereira da Silva, como prefeito, foi o grande incentivador do ensino superior em Arapiraca. Aqui, ao lado do governador Afrânio Lages.

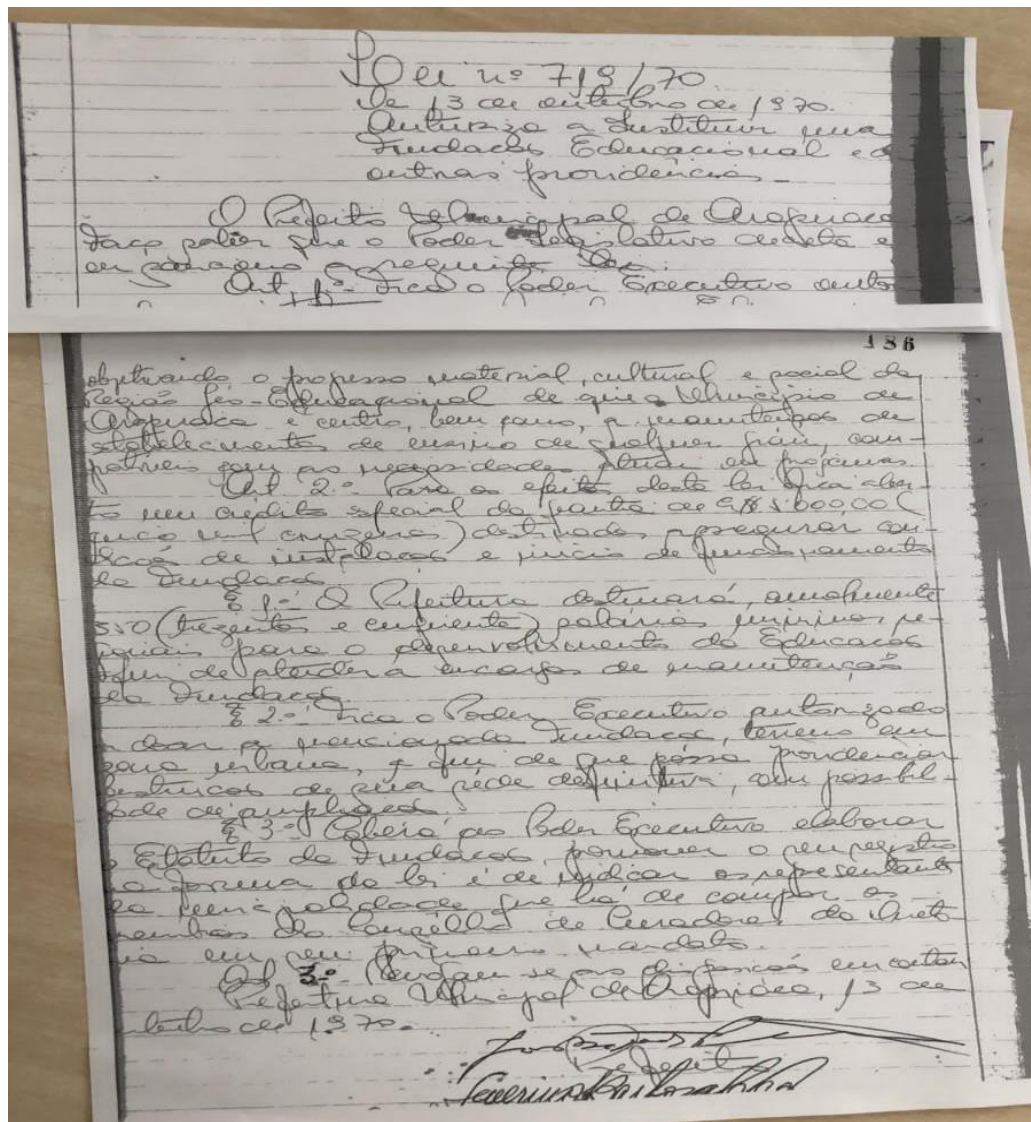
Tudo começou em 1970. O prefeito era o advogado João Batista Pereira da Silva, sucessor de João Lúcio da Silva, e vitorioso na disputa de 1969 com o comerciante, ex-vereador e depois deputado Alonso de Abreu. Politicamente ligado a ARENA –

Aliança Renovadora Nacional, e estreita ligação com as forças dominantes à época, conseguiu reunir jovens no executivo municipal: Severino Leão, como secretário geral; José da Silva Lira, como diretor de viação e obras; Raimundo Araújo, como secretário de educação e saúde; Manoel Ferreira Lira, como diretor de comunicação e informação.

Nos três anos de governo, o prefeito João Batista Pereira da Silva mudou os destinos educacionais de Arapiraca, trazendo, com a ajuda inestimável (e sem ela não teria sido possível) do padre Teófanos Augusto de Barros, amigo dos advogados e educadores José Moacir Teófilo e Miguel Valeriano da Silva, o ensino superior ao interior de Alagoas.

O embrião da hoje UNEAL foi a Faculdade de Formação de Professores do Primeiro Grau, mantida pela Fundação Educacional do Agreste Alagoano, com os cursos de Estudos Sociais (História e Geografia), Letras (Português, Inglês e Francês), e Ciências (Matemática). A criação da FUNESA deu-se em 14 de outubro de 1970, através da Lei nº 719/70, e foi sancionada pelo prefeito João Batista Pereira da Silva.

Hoje, mais de cinquenta anos e faltando poucos meses para os cem anos de emancipação política, o município de Arapiraca possui inúmeras faculdades, milhares de alunos. E, por isso mesmo, nunca deve se esquecer do pioneirismo do prefeito João Batista. Foi depois dele que o município deslanchou educacional e culturalmente. Nos cem anos de emancipação, não pode faltar ele!



*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 05, 2023)

Lembranças de São Sebastião

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Os Ambrósios (terceira geração), foto de domínio público.

A lembrança que tenho daquela igreja sempre foi de um templo para cristãos-católicos comemorarem o dia de São Sebastião todo mês de novembro. Uma igreja com somente três portas, sem entradas laterais, desbotada, pequenininha. Hoje, há duas portas, uma no meio e outra à esquerda. No lado direito, há uma janela. Mas aconchegante, porém.

Situada na praça Marques da Silva, antes conhecida como praça Gabino Besouro, em Arapiraca, foi durante muito tempo meu ponto de encontro às tardes, entre 17 e 18 horas, quando o sol estava se pondo, com meus amigos do Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho. Lá, invariavelmente, rememoravam as histórias de muitos arapiraquenses e, principalmente, muitas de nossas histórias.

Macarrão Paladim (o Elionaldo), Fela (o Everaldo), Mavu (o José Gomes), Pirrita (o Eraldo), Luís Carlos (da livraria), Desenho (o Bartolomeu), Maurício (antes de ser o Chapéu de Couro), Bico de Bule (o Sarmento - gerente do Produban), Cachorro do Coronel (o Arlindo) eram companheiros constantes da minha vivência diária à porta da igreja de São Sebastião. Praticamente não arredávamos dali, pois essas portas só abriam, como disse, em alguns dias de novembro, quando a zabumba dos Ambrósios ali ficava, num banco de tiras, a tocar chamando os fiéis para as comemorações do santo. Eram dois pífanos, um bumbo, um tarol e um prato.

Em Arapiraca, o tríduo se realiza em novembro, apesar de as comemorações em homenagem a São Sebastião serem em janeiro. Isto deve-se à coincidência com as festas da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Bom Conselho, que é em janeiro.

Falava-se de tudo: das aulas e dos professores, do bedel Acebílio (que também foi um dos maiores atletas do ASA); das meninas bonitas que desfilavam à noite, acompanhando o quase círculo da praça Marques da Silva; na porta da igreja, falava-se até da gandaia da rua 16 e da Ana, uma das favoritas dos estudantes do Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho. Não escapava ninguém!

Hoje, quase que abandonada, e motivo de briga judicial por sua posse, a igreja de São Sebastião nem de longe faz lembrar a causa de sua existência – promessa pela salvação dos arapiraquenses da peste que “levou” muitas vidas. Inclusive, a do pai de Zeferino Magalhães, dono das terras onde foi erguida a capela.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 06, 2023)

Padre, eu?

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Brincadeira de amigos, em 2010, comemorando meu aniversário: Papa Abu XXVI

A primeira vez ocorreu durante as eleições para a Prefeitura de Arapiraca, quando concorriam Severino Lúcio e Célia Rocha. Era delegado do partido PDS, que tinha Severino como postulante. No prédio da antiga revenda Cactus Veículos funcionava o comitê. Um dia, orientando jovens que queriam trabalhar para o candidato Severino, uma delas - jovem morena de uns 20 anos, não mais, olhou-me seriamente e disse, sem rodeios:

- *Padre, como posso agir, junto com minhas amigas, no dia da votação?*

Padre, eu?!!!

Olhei, espantado para a jovem. Ora, eu não sou, nem nunca fui padre algum. Certamente ela estava me confundindo com alguém. Ou com algum padre arapiraquense. Esta, porém, não foi a primeira vez que me confundiam com um padre. Ou mesmo olhavam-me e surgia à frente o rosto de um padre, ou coisa assim.

Uma das vezes, que me lembro, ou agora relembro: quando completei 60 anos, filhos e sobrinhos fizeram uma festa para homenagear aquela data. Foi na chácara de um compadre, amigo e concunhado, o Marcos Valença. Lá para as tantas, meus sobrinhos trouxeram vários paramentos (de padre), me vestiram e fizeram “desfilar” entre todos. Eu, à época, bebia e estava um pouco embriagado. Aceitei a brincadeira. Mas, brincadeira à parte, meus sobrinhos colocaram uma estola (paramento litúrgico) ao redor de meu pescoço.

Mas, padre, eu?

Uma outra vez, estava na capital da Bahia, com um primo (José Ivanildo), e os amigos Antônio Ferreira e Francisco Tavares, na esteira rolante do shopping Salvador, uma senhora ainda jovem fixou-me e disse: “*A bênção, seu padre!*”. Falou alto e muitos a ouviram. Imediatamente, sem pensar para agir, virei-me para ela e fiz o sinal da cruz. Foi instintivo. Abençoei. Mas, padre, eu?

Com amigos, na capital alagoana, também num shopping, o Maceió, uma tarde, outro movimento religioso: José Unaldo, o nosso Paparazzo, retirou de um envelope uma foto e me deu, dizendo: “*É um presente de aniversário*”. Foi num mês de dezembro. O presente foi esta foto aí, que ilustra estas memórias. Atrás estava escrito: “*Papa Abu XXVI – Salve 26/12/2010. Lembranças de seus amigos Jal, Joracy, Tonho, Emerson, Paparazzo.*”

Papa, eu?

Brincadeiras ou não, sou religioso, mas não tanto. Nas minhas famílias, Lira e Ferreira, não há quaisquer pessoas que chegaram a ser padres, muito menos papa. Na atualidade, não há notícia de padres; ninguém também vestiu batina ou hábito (pessoas pertencentes a uma ordem religiosa - monges, monjas, frades, freiras).

Fui às origens e encontrei um religioso na família Lira. Lá nos fins de 1600 e início de 1700, quando a família **Mendes Lobato e Lyra**, vindo de Portugal, emergiu pelo Rio São Francisco e foi se alojar no Rio de Baixo, em Porto da Folha, Sergipe. Depois, migrou para a região do Cariri, Ceará. O historiador cearense padre Antônio Gomes de Araújo referiu-se desta maneira sobre os Lira: "*Sabemos que Antônio Mendes Lobato e Lyra, Antônio Mendes Lobato e Lira e o Padre José Lobato do Espírito Santo e Manoel Rodrigues Ariosa foram os primeiros no Cariri. João Mendes Lobato e Lyra, filho de Antônio Mendes Lobato e Lyra, surge nas crônicas eclesiásticas de batizamento*" (Lyra e Lira representam o mesmo Lira. Em alguns, mudava somente a grafia).

Alguns membros desta família chegaram ao Riacho Piaui, hoje povoado de Arapiraca, e, depois, enturmaram-se no Mocambo (hoje Feira Grande).

Desta forma, realmente, houve um padre na família. Naquelas eras. Mas, hoje não.

Padre, eu?

*Jornalista

(Publicado no site do **JORNAL DO INTERIOR**, edição digital, 27/7/2023)

Comendo palma

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



A palma e alguns produtos que ela pode oferecer para a alimentação humana.

O tempo: entre os anos 53/54. Local: Mocambo, aliás Feira Grande. Local: fundos de minha casa (a frente ficava para a praça Sete de Setembro) e os fundos para a hoje avenida 25 de Abril. O quintal era grade, com muitos pés de manga rosa e espada. Do lado leste, a uns cem metros ficava a casa de Pedro, o Pedrinho (era assim que o chamava e o conhecia). Seus pais: dois idosos (não sei se pelas idades ou pelas vidas) – a mãe, trabalhava como lavadeira de roupas; o pai, nas roças. Um dia aqui, outro ali.

Gostava de ir brincar com Pedrinho, nem sempre, porém. As vezes que ia, entrava de casa adentro, tal era a familiaridade: casa de taipa, porém coberta de telhas. Tinha um quarto, com uma porta de pano a fechá-lo; uma sala (de entrada e de estar); uma cozinha com duas bocas de fogão à lenha.

Era agradável sair com Pedrinho, a caçar calango (sua especialidade) ou atirar com peteca (estilingue) em rolinha, pois tinha muita rolinha *caldo de feijão* naquelas paragens. Algumas vezes, mesmo menino, me perguntei por que ela gostava tanto de caçar calango. A pergunta era para mim mesmo.

Uma vez, vi a resposta: acima do fogão, estirados, estavam dois calangos pendurados num cordão, sem couro, a secar. Ele comia calango!

Um dia, a certeza da minha inquietação foi mais contundente quando sua mãe chamou Pedrinho para comer (ela também me chamou). Era feijão (mais caldo do que caroço), um pouco de farinha grossa e uns quadrinhos de palma, refogada.

Pedrinho resmungou: *“mãe, quero carne. Já tô enjoado de comer palma!”*

-Oia, a carne não secou direito. Oie cê memo.

Arregalei os olhos. Eles comiam calango e palma! Nada perguntei, apesar da curiosidade natural de um menino.

Pedrinho comeu avidamente. Estava com fome.

Agora, sim, sabia com certeza porque havia dois pés de palma forrageira plantados nos fundos da casa de Pedrinho. Era para o sustento da família. E porque ele gostava de caçar calango. Ele matava calango para matar a fome.

Muito tempo após, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – transformou a palma forrageira, antes alimentação bovina, para os lares de brasileiros. É pena que Pedrinho e seus pais não devem estar mais aqui para saborear uma alimentação saudável saída de palma. Qualquer dia será a vez do calango.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 12, 2023)

Coração

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Reprodução de um coração humano (foto domínio público)

Desde cedo, ainda menino, ouvia sempre os mais velhos falarem sobre o *coração de Jesus* e o *coração de Maria*. Na igreja de Nossa Senhora da Conceição, ainda quando Feira Grande era Mocambo, estavam no altar as imagens sublimes do filho e da mãe, simbolizando amor, compaixão. Tão importante, para a igreja católica, que o mundo foi consagrado ao *Sagrada Coração de Jesus* pelo Papa Leão XIII, a pedido da Beata Maria do Divino Coração, no

século XIX. Ou o *Sagrado Coração de Maria* fora do peito, representando a força do amor de mãe.

O coração sempre foi considerado, por religiosos ou não, como o centro do ser humano, onde se encontram o amor, a paixão, o contentamento, o dissabor, o ódio, a dissimulação.

Como muitos já disseram para seus seres mais próximos; e, também eu disse, a primeira vez em meados da vida à esposa: “*amo-a de coração.*” Ou, como digo agora aos filhos e netos, e quero que seja para sempre: “*amo-os com todo o coração.*”

Como eu, quantos não amam de *coração* seus entes queridos? Desde 3 de dezembro de 1967, quando o médico sul-africano Christian Barnard transplantou o coração de Denise Darvall em Louis Washanski, na cidade do Cabo, como ficam os sentimentos de amor, paixão, ódio, alegria (muitos dizem ainda *estou hoje com o coração alegre*)?

Agora mesmo, há poucos dias, um famoso comunicador recebeu de uma família bondosa o coração de um dos parentes. O coração recebido vem puro, isto é, sem os sentimentos intrínsecos (para muitos) do doador? E os sentimentos, o amor, a paixão, a alegria inebriante demonstrada toda semana na televisão, emanada pelo coração descartado?

Pelas palavras do comunicador quando se pronunciou a primeira vez, o sentimento de gratidão ao doador e sua família, foi forte e não descartado junto com o coração quase sem serventia. Dúvidas, perguntas que surgem constantemente.

O ser humano continua a amar, mesmo sem o coração que acompanhava o corpo desde sua formação. Mas, e aí? O sentimento do amor, ou mesmo o sentimento do ódio, são ou não inerentes ao coração?

Sem querer filosofar, mas cheio de dúvidas, onde ficam o amor (*amo de coração*) e o ódio (*odeio de coração*)?

Por fim, mas não o fim, que dizer da estrofe da canção *Coração de mãe*:

“Oh, mãe, levanta-me do chão,

“Acolhe-me em teus braços

“Interceda pelas lutas de meu coração...”

Para os cientistas, aqui incluindo os médicos, o “*coração é uma espécie de bomba que impulsiona mais de 70 mil litros de*

*sangue por dia para que circule por todo o organismo” (médico Dráuzio Varela em seu site **drauziovarella.uol.com.br**). E continua: “O coração é um órgão muscular oco, em forma de cone e relativamente pequeno: tem mais ou menos o tamanho de um punho fechado e pesa entre 250g e 300g nos adultos. Apoia-se sobre o **diafragma** e se situa sob o esterno (osso do tórax), no interior do mediastino (linha média da cavidade torácica) e entre os dois pulmões. Tem três camadas: o endocárdio, camada lisa que fica no interior do órgão; o miocárdio, camada média do músculo cardíaco; e o pericárdio, membrana que envolve o coração”.*

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 13, 2023)

O frio da morte

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

*“Quem não pode o que quer,
queira o que pode”.*

(frase atribuída por **Ortega y Gasset** a **Leonardo da Vinci**)



A voz suave do médico Eduardo Manhães era ouvida cada vez mais longe, fugindo, fugindo.

-“Seu” Manoel, está sentindo alguma coisa!

Quase que não o ouvi. Só o escutava como se estivesse bem longe...

O corpo tremia todo. Um frio tomava conta de todo ele. Era como se todo ele fosse gelando devagarinho.

-Estou com frio; estou tremendo. O frio atingiu meus ossos. Cubra-me, cubra-me, dizia eu a enfermeira que se encontrava à minha esquerda.

Longe, muito longe, ainda consegui ouvir “dê-me ligeiro um marca-passo, número...” não pude mais ouvir nada. Somente pensava, aliás ainda consegui pensar:

-Ah, meu Deus, vão colocar um marca-passo. Vão abrir meu peito.

Rapidamente, como veio, o frio foi desaparecendo. As vozes voltaram a serem ouvidas fortes, inteligíveis

-“Seu” Manoel, está me ouvindo? Está sentindo dor?

-Não, doutor, está tudo bem.

Nada doía; meu peito não tinha sido aberto. Parece que o marca-passo não foi colocado.

-Menos mal, pensei.

Não sei quanto tempo passei na cama cirúrgica da ala de hemodinâmica do Hospital Stella Maris, na cidade de Guarulhos, São Paulo, pois quando dei de mim estava no leito 12 da UTI geral.

Mas, o que me levou a isto? Que me fez sair de um passeio turístico pela bela Buenos Aires e, já de volta ao Brasil, do aeroporto internacional de Guarulhos ter sido encaminhado urgentemente a um hospital da Unimed local?

Enquanto recuperava os sentidos, a lembrança, ainda cheio de fios pelo peito monitorando os sinais vitais, catéteres de oxigênio no nariz, catéter na veia inguinal, por onde escoava *tridil ((nitroglicerina) é indicado para tratamento de hipertensão pré-operatória; para controle de insuficiência cardíaca congestiva, no ajuste do infarto agudo do miocárdio, para tratamento de angina pectoris em pacientes que não respondem à nitroglicerina sublingual e beta-bloqueadores e para indução de hipotensão intra-operatória)*, retroagia ao mês de agosto.

Eu, a esposa Ana, os filhos William e Ana Karlla, a nora Cleuda, o genro Adriano, e mais oito familiares e amigos resolvemos passar cinco dias na capital da Argentina, todos ávidos para expandir novos conhecimentos acerca de Buenos Aires. Principalmente, quem ali estava pela primeira vez, como eu e Adriano.

Num frio de quase 15 graus (é frio para quem vive no nordeste brasileiro), chegamos à tarde no aeroporto de Ezeiza. Em três taxis, nos deslocamos para a praça da Liberdade, onde ficaríamos em dois apartamentos alugados por temporada.

Curioso, me deleitava na visão daquela cidade que surgia diante de mim, com avenidas e ruas largas, retilíneas, edifícios, novos e antigos, bem cuidados, diferente de minha ideia inicial e incutida

por amigos, de uma cidade suja e feia. À primeira impressão, fiquei deslumbrado.

Tudo ia bem até a véspera do retorno. Durante a noite, lá pela madrugada, acordei ouvindo estrondos de trovão e, logo após, o quarto clareava com a luz dos relâmpagos. Parecia dia. Trovoava e relampejava como nunca tinha presenciado.

Os trovões e os relâmpagos não me incomodaram, porém. O que me preocupou seriamente foi uma dor atroz de dente. Era do lado esquerdo. A dor foi tanta que irradiou para o peito. Imediatamente, coloquei um isordil sublingual., tentando acalmar meu coração, que dava sinais de aperto e respiração ofegante. Além disso, tomei dois comprimidos de tylenol (analgésico) para tentar diminuir a dor de dente.

Consegui cochilar sentado na cama.

Pela manhã, saímos todos para o aeroporto central de Buenos Aires, o Park, para embarcar de volta a Alagoas, via São Paulo. Indisposto, me aconcheguei na cadeira do avião.

As dores persistiam. Tanto a dor de dente quanto a que pressionava meu tórax. Querendo esconder o desconforto de minha esposa, colocava a mão direita no bolso esquerdo da camisa e, calmamente, retirava um isordil sublingual. Nos ares, entre Buenos Aires e São Paulo, usei três comprimidos de isordil.

Entre o avião e a esteira onde se encontravam as bagagens, mal conseguia me deslocar. Toda a excursão foi até uma loja no Duty Free, e eu fiquei à porta, sentado. Longos minutos. Meu filho, sentindo minha falta nas dependências da loja de importado, me procurou. E tudo veio de repente!

-Estou mal. Quero vomitar, disse-lhe!

Quase as carreiras, saiu à procura de assistência médica. Um paramédico e uma assistente, empurrando uma cadeira de rodas, chegaram rápido. E saíram em desabalada.

Rapidamente, fui levado à sala de primeiros socorros do Aeroporto de Guarulhos. Retiraram minha camisa, desabotoaram o cinto e a calça.

Vomitei aos cântaros!

Embaixo da língua, colocaram mais um comprimido de isordil e pediram para mastigar um comprimido de aspirina (ácido-acetil-salicílico). Fui todo monitorado e um eletro foi tirado rapidamente.

A maca, onde me encontrava, ficou um verdadeiro mar de suor.

Após alguns minutos, uma ambulância me levava à Emergência da Unimed, na cidade de Guarulhos. Eu rezava.

Fui colocado na UTI geral, junto com todo tipo de doentes, pois não havia vaga na UTI coronariana. Imediatamente, o plantonista mandou fazer novo eletro e preparou-me para receber soro com um medicamento de nome Tridil, a uma percentagem de 15%. Para a dor de dente, nada.

E as dores continuavam. Eu pedia algo para aplacar aquela dor, sem sucesso.

-Vamos cuidar logo de seu coração, disse uma pessoa que identifiquei, depois, ser outro médico da UTI. Era dia 21 de agosto, aniversário de Ana. Que presente!

Indormido, somente com alguns lampejos de cochilo, soube que já estávamos em um novo dia. E assim, fiquei cinco dias naquela unidade de tratamento intensivo. Todos da excursão seguiram viagem, menos a esposa, filhos, nora e genro que ficaram alojados em um hotel da cidade, à espera.

Neste quinto dia, saí da UTI e me alojaram num apartamento, à espera de, após resolverem problemas burocráticos com a Unimed Maceió, realizar uma angioplastia para desobstruir artérias de meu coração. Seria mais uma tentativa para fazer com que o sangue voltasse a percorrer livremente as artérias coronarianas, uma vez que possuo ponte de safena (três safenas e duas mamárias) e três stents (pequena prótese em forma de tubo que é colocada no interior da artéria para que haja fluxo sanguíneo e o vaso não fique totalmente obstruído).

Voltando ao Hospital Stella Maris, após nove dias de UTI e depois do insucesso em desobstruir minhas artérias, estou a tentar através de um procedimento conhecido como angioplastia com rotablator (*espécie de furadeira por dentro da artéria para retirar as placas de ateromas nas artérias (elas perdem a elasticidade e tornam-se mais rígidas), o que contribui para aumentar a pressão arterial*). Este procedimento deverá ser no Hospital do Coração, o HCOR de São Paulo, através da equipe do médico Eduardo de Souza.



Na UTI do Hospital Stella Maris, em Guarulhos, recuperando-se de um infarto.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 15, ano 2023)

O silêncio do padre

*Manoel Ferreira Lira
Morrosanto@gmail.com



Padre Antônio Lima Neto durante ato litúrgico na Igreja Santo Antônio, em Arapiraca.

Ano: 1961

Local: portaria do Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho

Personagens: Acebílio (bedel0 e eu.

Diálogo: *“Você está suspenso! Estou repetindo o que o dr. Moacir disse. Você só volta a assistir aula se pedir desculpa ao padre. É ordem!”*

Depois, entregou-me a caderneta de frequência. Vi um sorriso em seus lábios. Aliás, foi um largo sorriso.

E agora, como vou dizer em casa que estou suspenso das aulas? E, mais, por qual motivo? Ora, quem mandou responder ao professor de Português e Latim! Responder, não. Desobediente. Naqueles tempos, a obediência aos pais, aos mais velhos, aos professores, era ensinada em casa, era quase que “um patrimônio” moral das famílias. E eu fui ensinado a ser obediente.

Não disse nada em casa aos meus pais. Silêncio total sobre a minha suspensão.

Por três dias, toda tarde, saía eu vestido com a farda do ginásio, livros embaixo do braço, em direção à rua. Depois que saía do raio de visão, dobrando a avenida Rio Branco em direção a praça Luís Pereira Lima (a da Prefeitura), desviado do trajeto. E ficava perambulando até a hora de voltar.

No terceiro dia suspenso, ainda pela manhã, passei em frente ao *Magazine Charme*, que ficava na praça Marques da Silva. De dentro, saiu uma voz: “*Já foi pedir desculpas ao padre?*” Pela voz, identifiquei o autor, Acebílio, o bedel. Claro que devia estar com um sorriso largo. Isto era dele, gostava de “*encrencar*” com os alunos.

Disse mais: “*Seu pai já sabe da suspensão*”!

Arrepiei-me. Não porque ia sofrer com “*pisa*” ou “*chicotada*”, mas só em pensar na vergonha quando olhasse meu pai nos olhos.

Em casa, na hora do almoço, meu pai, minha mãe e eu. Ele e eu de cabeças baixas. Sabia que minha mãe estava fitando-me. Em sentia o olhar. Um silêncio só.

Depois, ouvi a voz de meu pai:

“*Amanhã você vai pedir desculpas ao padre Antônio. Lá onde ele mora, ao lado da igreja.*”

E foi só. Não disse mais nada.

Pela manhã, lá pelas 8,30 horas, caminhei pela avenida Rio Branco, praça Marques da Silva e praça Vom Conselho. Não passei em frente do *Magazine Charme* para não ouvir a voz do Acebílio, se ele lá estivesse. Cheguei à casa paroquial. Bati por três vezes à porta.

Uma mulher idosa, abriu o postigo.

“*Padre Antônio está?*”

“*Quem quer falar com ele*”, exclamou.

“*É um aluno do ginásio*”, respondi.

A mulher se afastou e, pouco tempo após, ouvi uma voz longe:

“Mande entrar”.

Entrei e fui direcionado a uma sala à esquerda, que me pareceu ser o gabinete. Tinha um birô, com cadeira, e três outras cadeiras de vime, Sentei-me em uma. Sobre o birô, alguns livros. E o jornal *A Gazeta de Alagoas*. Uns dois quadros na parede. Um deles, identifiquei logo – era o Sagrado Coração de Jesus.

“Bom dia, Manoel”. Era padre Antônio entrando em seu gabinete.

E, de logo, quase que automático, continuou:

“Que prazer recebe-lo em minha casa. Estou muito alegre com sua vista.”.

Não disse nada, nem ao menos respondi ao bom dia. Fiquei totalmente embasbacado.

Padre Antônio falava, falava (até perguntou-me se tinha lido alguma coisa da *gazeta*. Mas, nada sobre minha atitude no ginásio, ou sobre minha suspensão das aulas.

E eu, calado. Envergonhado.

Algum tempo, não sei precisar quanto, lembrou o tempo em que foi pároco no Mocambo (Feira Grande), e sua amizade com minha família. Depois, falou:

“Manoel, hoje tem aula de Latim. Quero vê-lo lá”.

E eu fui.

Em 1971, no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (sucessor do ginásio), fui ser professor de História. E lá, ainda como professor de Português, não mais de Latim (que saiu do currículo), estava padre Antônio Lima Neto. Nunca tocou no assunto, nem precisava. Fui desculpado, tenho certeza. Aliás, perdoado.

O silêncio do padre Antônio ainda me persegue. Silêncio e perdão.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 17, 2023)

Com todo respeito

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



O cálice (com o vinho), o pão (representado o corpo) e a cruz são símbolos cristãos na Missa (paixão, morte e ressurreição de Cristo).

Numa segunda-feira, 11, a Igreja de Santa Rita, Farol, recebeu parentes e amigos para a celebração da missa de sétimo dia. Lá estavam: viúva, um dos filhos e nora, uma irmã, uma cunhada, muitos sobrinhos, e amigos do arapiraquense que deixou os vivos com 94 anos de idade, separando o corpo do espírito.

Entre familiares e amigos, um deles, parente longe da viúva, chegou quase à hora da celebração. Simples, dava boa-noite aos que encontrava, de um lado ou outro. Sentou-se ao lado direito do altar. Sozinho.

Na hora marcada, 19,30 hs, o religioso iniciou a celebração da missa, citando, com clareza, o nome do defunto. Um dos sobrinhos, abriu a Bíblia e fez as primeiras leituras (trecho

selecionado do Antigo Testamento). Durante a leitura, o simples homem, que presenciava e assistia o ato religioso, começou a se mexer. Discretamente, mas com todo respeito (parecia que algo o incomodava). Veio o Evangelho: que o sacerdote leu pausadamente e com ênfase nas palavras ressurreição, morte, corpo e alma; disse ele, após a leitura, que o corpo do falecido tinha morrido, separando-se da “*alma*”, do espírito, que não morre nunca.

A pregação correu dentro do que a igreja sempre pregou e prega acerca da vida humana e espiritual. Um consolo, sem dúvida.

Ainda inquieto, ele olhava para os lados. Coloca as mãos nos bolsos, como a procurar algo. Sua inquietação era flagrante, mas ninguém prestava atenção a sua inquietude.

Respeitosamente, sentava-se quando todos se sentavam; ficava em pé quando todos assim o faziam. Nenhum momento, porém, como todos os outros, fazia o sinal da cruz; ou acompanhava o religioso em suas preces. Ele continuava alheio a tudo. Mas, com todo o respeito.

Sem dúvida alguma, estava ali para prestar homenagem póstuma a um amigo, casado com uma parenta, e cuja família sempre acompanhou a sua, na política arapiraquense.

Com todo respeito, homenageou o morto. Com todo respeito, homenageou os familiares daquele que quase centenário deixava o corpo material.

Ora, a missa de sétimo dia é uma tradição brasileira, desde o colonialismo, quando os familiares e amigos se unem para orar “*pelo descanso eterno de seu ente querido, com a celebração do sacrifício de Cristo por toda a eternidade.*”

Sete dias porque, devido as distâncias entre moradas de familiares e amigos, a fim de dar tempo a todos se reunirem em oração.

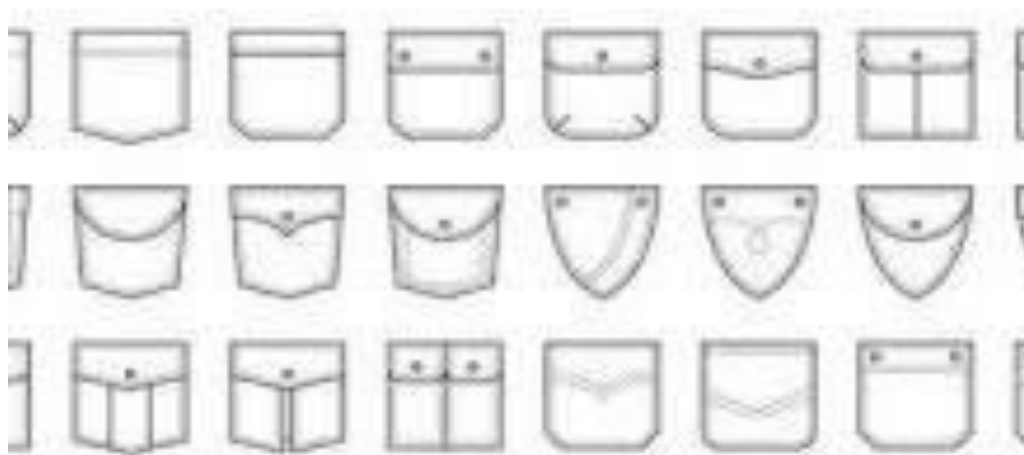
A Bíblia, entretanto, é cheia de citações: criação do mundo – sete dias; o sábado para os cristãos é o sétimo dia; O Apocalipse cita: 7 cartas; 7 selos; 7 dons do Espírito Santo; não se deve perdoar sete vezes mas setenta vezes sete; sete dias foi o luto de José pelo falecimento de Jacó.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 19, 2024)

Ah, os bolsos!

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Tipos de bolsos usados nas roupas de homem e/ou mulher. Era uma necessidade.

Numa das andanças neste início de ano, resolvi comprar umas duas camisas. Foi difícil encontrar o produto com bolsos, principalmente que tivesse um bolso no lado esquerdo, à altura do coração. Todas as camisas que me mostraram vinham sem bolsos, lisas, com tão somente o logo das camisarias. Inquiri os vendedores. “*Não, não temos camisas com bolsos. É a moda!*”, disseram.

Eu, *das antigas*, nos meus 77 anos, senti-me frustrado.

E passei a lembrar (aliás, nesta idade, o que mais conforta um idoso, é relembrar, trazer de volta o passado): surgiu rapidamente a figura de minha avó, balançando-se numa rede, com um cachimbo nos lábios, encurvada pelos anos. Não me lembro da idade, mas tinha uns 85 ou 90 anos, nesta época. Lembro-me claramente deste quadro,

numa casa isolada na região de Burgo (entre Porto Real do Colégio e Igreja Nova).

Minha avó por parte de pai, que toda a família chamava de Monsanta, vestia uma saia larga com rendas, dois bolsos (ou bolsões?), onde sempre colocava seu cachimbo, um isqueiro bingó, um rosário. Na blusa, mais dois bolsos. Vestia-se sempre assim.

E que dizer dos homens, aqueles mais idosos!? Quase sempre suas calças tinham , à altura do bolso direito, um outro bolso, pequenininho, para colocar o relógio, que era preso por corrente nos cintos. Muito tempo depois, Santos Dumont inventou a pulseira de pulso para facilitar olhar as horas, no braço esquerdo, quando pilotava seu 14 BIS.

Que tempos!

Ainda voltando à memória, no Mocambo, era natural os meninos usarem calças curtas e camisas com bolso. Na juventude e como adulto os bolsos sempre faziam parte das camisas (e até dos ternos para as festas de fim de ano, produzidos por Jurandir Braz).

Ora, os bolsos eram e são uma necessidade. Não importa a idade. Eles não complementam o vestiário; são parte intrínseca.

Como idoso (muitos não querem ou aceitam o termo velho), os bolsos nas camisas devem sempre integrá-las. Vamos lá: onde colocar o remédio de urgência? Onde colocar um bilhete de um filho ou neto? Onde colocar o endereço da moradia?

É claro que a supressão dos bolsos faz parte de uma estratégia das camisarias. É motivo econômico, mas que afirmam ser “moda”.

Da minha avó e de todas as avós, do meu tempo de menino e de todos os tempos dos meninos, sempre fazendo parte da indumentária, os bolsos eram uma necessidade. Agora, porém, já com nossos filhos (que quase não vestiram camisas com bolsos) eles são sem importância.

Só resta aos idosos-velhos, ou velhos-idosos, algo que não podem tirar: a lembrança. É ela que ainda traz um conforto.

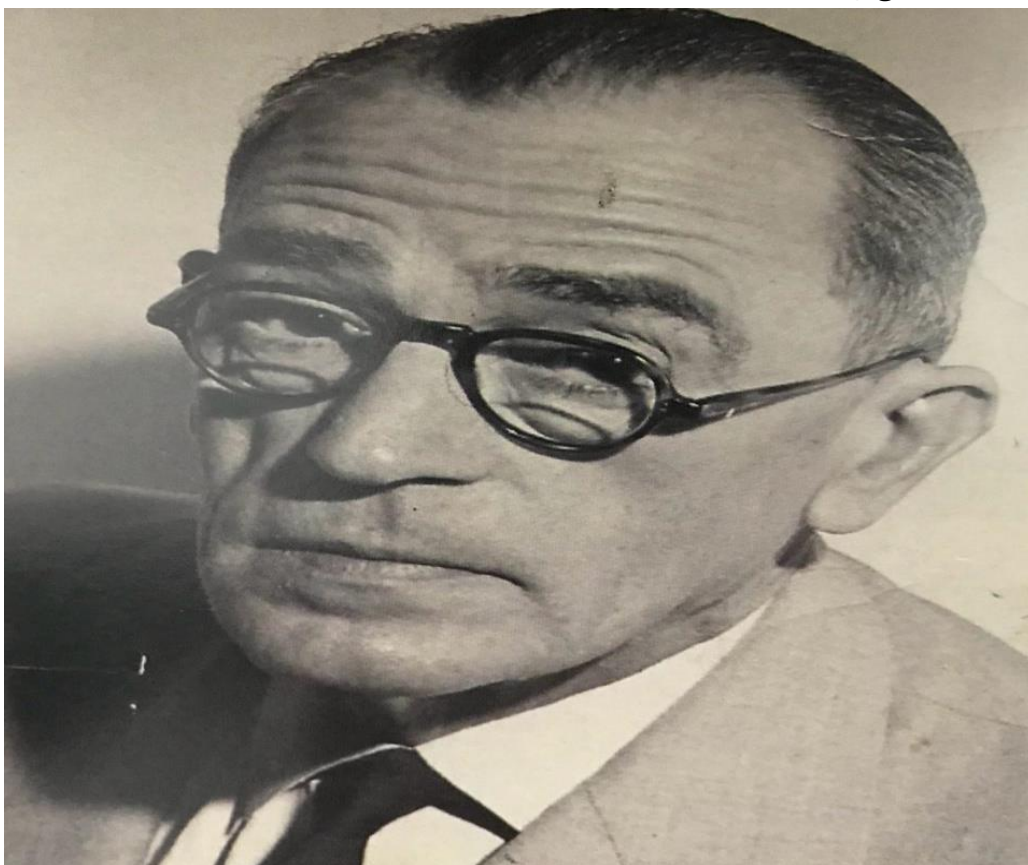
Ah, os bolsos!

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 20, 2024)

Uma lição do velho Graça

*Manoel Ferreira Lira
morrtosanto@gmail.com



O escritor Graciliano Ramos, que foi prefeito de Palmeira dos Índios, sem nunca ter sido político.

Meu primeiro contato com o nome de Graciliano Ramos foi em 1965, quando estudava o terceiro ano científico no Colégio Central (antigo Colégio Estadual da Bahia). Numa das aulas, a professora de português, que também era de literatura brasileira,

indagou-me a cidade natal do escritor. Prontamente, respondi: Quebrangulo, acentuando bem o *gu*, isto é, palavra paroxítona. Imediatamente, fui corrigido:

-Não, não é Quebrangulo, mas sim Quebrângulo, palavra proparoxítona, afirmou a professora.

A partir daí, discordamos severamente, inclusive me “*afoitei*”.

-Professora, sou de Alagoas, conheço Quebrangulo (acentuei bem a palavra), todos falam Quebrangulo no estado. Agora, se a senhora quer mudar, tudo bem!

Resultado. não chegamos a uma conclusão, inclusive meus colegas aliaram-se à professora. Atualmente, depois de ler *Estrela Solitária*, biografia de Mané Garrincha, excepcionalmente escrita por Ruy Castro (editora Companhia das Letras, 1995), aprendi o significado da palavra. Escreveu ele que os índios fulniôs habitaram uma fazenda que chamavam de *Laí-Eefà* (quebro e engulo) – “*era como entendiam o nome pelo qual os brancos o chamavam: quebrangulo*”.

Bem, isto vem a propósito de um texto que, somente agora depois de 59 anos, tomei conhecimento. Foi retirado de uma entrevista que o velho Graça concedeu em 1948. Vamos ao texto:

“Deve-se escrever da mesma maneira que as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois, enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isto é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar.

“Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

Sinceramente, sinto muito só ter tido conhecimento destes conceitos agora, já caminhando para o extertor da vida. Não há mais

tempo, principalmente para corrigir inúmeros textos, enxugá-los bem, quase triturando-os.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 21, 2024)

Um bicampeão no ASA

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



O bicampeão mundial de futebol jogou pelo ASA e contra o ASA (foto Museu dos Esportes, Maceió).

O presidente do ASA era Paulo Tenório Ferreira (Paulo da Coca-Cola), um pernambucano apaixonado por Arapiraca e fanático pela Agremiação Sportiva Arapiraquense, antes Associação Sportiva de Arapiraca. O treinador: Júlio Silva. A época: o distante 1973, mês de setembro o dia 22. Perambulando por vários estádios de futebol, Brasil afora, Manoel Francisco dos Santos, descendente de índio fulniô (Amaro, pai, nascido em Quebrangulo) e Maria Carolina (mãe) com oito irmãos (oficiais), ou 25 como querem alguns, foi uma das maiores expressões do futebol brasileiro,

campeão mundial pela seleção em 1958 (Suécia) e 1962 (Chile).

O apelido (garrincha da família dos *troglodytes musculus*) era devido a suas pernas, que como disse seu biógrafo Ruy Castro: *“a perna esquerda era arqueada para fora e a direita para dentro, paralelas, como se uma rajada de vento de desenho animado as tivesse vergado para o mesmo lado”*. Parecia uma garrincha!

Mas, o que importa é, para o presidente do ASA, Paulo Tenório, oferecer aos desportistas arapiraquenses a oportunidade de assistirem em campo, com o uniforme alvinegro, um dos maiores ídolos do futebol brasileiro. O bicampeão mundial, cujos pais viveram por muito tempo em Quebrangulo, se apresentou em Arapiraca e Maceió.

O orgulho de desportistas arapiraquenses em terem visto e assistido um dos maiores atletas de futebol do mundo no Estádio Coaracy da Mata Fonseca, ainda hoje é estampado no rosto de José Marçal de Andrade, sergipano e arapiraquense de coração, em ter transportado Garrincha, vestido com o uniforme do ASA, do Hotel Lopes (praça Manoel André, o melhor da cidade à época) até o estádio para a apresentação no dia 22 de setembro de 1972.



Em pé: Lula (massagista), Júlio Silva (técnico), Clóvis, Géo, Tião, Zito, Lula e Veloso: agachados: Santos, Garrincha, Bado, Laranjeiras, Canhoto e Bió (foto do Museu dos Esportes, Maceió).

*Jornalista

(Publicado no JORNAL DO INTERIOR, edição 22, 2024)



Gramática social

***Manoel Ferreira Lira**

morrosanto@gmail.com



O músico Tânio Barreto e o médico-psiquiatra Marcondes Costa nas noites maceioenses, idos 1970/1980

Com música do dentista Tânio Barreto e letra do médico-psiquiatra Marcondes Costa a canção *Gramática Social*, entre 1976/1978, mostrava toda a pujança da língua nossa, portuguesa do Brasil. Dizia ela:

Quem sou eu

Sou um nome, sem renome, pronome da fome

Objeto direto da indústria/

Analfabeto monetário

Sujeito sem predicado

*Consumado no salário
Sou predicado do mal
Sem concordância social/*

*Simplesmente impulsionado
Pelo verbo competir
Mesmo assim tenho QI
Perseguindo o meu futuro
Apesar de ser um verbo
Conjugado no escuro*

E assim vai o poema por mais três estrofes.

Tudo isto, leitura chata que aqui trago, leva a uma conversa amiga entre um avô e dois netos numa noite de domingo, querendo ele, como sempre, relembrar suas memórias quase ou nunca conhecidas pelos jovens.

-Hoje vocês escrevem sintetizando tudo, omitindo letras, formando palavras inaudíveis, cheias de consoantes, parecendo sempre com preguiça, disse aos netos. E acrescentou:

-Vocês, nas redes sociais, não escrevem *beijos*, mas *bjs*; ou *vcs* no lugar de *vocês*. E daí por diante!

-Aliás, quem de vocês já leu ou escreveu uma carta? Ou mesmo um bilhete?

Dizendo isto, o avô trazia à mente, e se irradiava, os meios de comunicação de sua época – carta, telegrama, bilhete (escritas através de símbolos, como letras, números hieróglifos – para transmitir informações).

Existem hoje, além da linguagem escrita (que poucos jovens infelizmente usam) o *Youtube*, o *Facebook*, o *Instagram*, o *Tik Tok*, o *Twitter* (hoje *X*), o *LinkedIn*, o *Pinterest*. E haja mídia social: para cada, uma linguagem própria!

Estão a esquecer a linguagem escrita, aquela que exprime a palavra oral, a palavra saída do intelecto, da memória.

Uma pequena história: meu professor de técnica de redação na faculdade de Jornalismo na Bahia, Florisvaldo Mattos, sempre ensinava a seus alunos – “*escrevam o mais próximo da linguagem oral possível, para que o leitor consiga identificar o que está escrito*”.

Uma pena, parece que suas aulas foram em vão!

Mas, continuei eu:

-É uma pena, meus netos, que hoje, com toda a tecnologia, o ser humano comece a esquecer do passado e que a evolução encontre barreiras que está levando muitos a abdicarem das letras. Mas, como disseram os poetas de *gramática social*:

Nomenclatura atual

De valores distorcidos

Verdadeira maratona

Do delírio coletivo

Em busca de um objetivo

Cafona industrial.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 26, 2024)

Um quadro na parede

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



“Deus me vê, não há maldição aqui”.

Este quadro, de pintor desconhecido, encontra-se no Instituto Internacional de História Social (Holanda) e também no Museu da cidade de Aarschot, (cidade da Bélgica de mais de 26 mil habitantes, onde antes era um convento). E, desde meus tempos de criança, entronizado entre as fotos de meus pais: à esquerda de minha mãe e à direita de meu pai. Por que? Não sei!

Do Mocambo, hoje cidade de Feira Grande, onde o vi pela primeira vez, até as moradas (foram cinco) na avenida Rio Branco, ou na Travessa Rio de Janeiro, tudo em Arapiraca, ele sempre separa as fotos de meus pais. Que significava? Nunca perguntei, mesmo sendo curioso, o que era aquele quadro, seu significado, como foi adquirido. De quem?

Lembro-me que procurei o padre Antônio Lima, meu professor de português, ex-pároco do Mocambo e amigo de meu pai,

que explicou o entendimento dele sobre o quadro, menos acerca das frases.

Durante meus estudos (cursos colegial e superior) em Salvador, BA, procurei com amigos e professores respostas as minhas indagações, e a tradução daquelas palavras estranhas – não era inglês, espanhol, francês, muito menos latim (uma língua morta). Ninguém soube me oferecer uma resposta.

Outras pessoas, não foram poucas, chegaram a dizer: *“Isto é coisa de maçonaria!”*

Não, não acreditava que fosse, maçom não usa anjo como símbolo, não retrata cruz. Bem, não sei, sempre fui ignorante neste caminho! Aliás, sabia de certeza que meu pai não era maçom (era religioso católico a seu modo). Isto tenho convicção.

Tempos depois, muito tempo, aliás, participando de uma dessas excursões Maceió-Europa deparei-me com o mesmo quadro que sempre me intrigou sua origem. Consegui, então, algumas respostas: quadro de autor desconhecido, com um triângulo amarelo no centro representando um olho (o olho de Deus, que tudo vê). Em torno do triângulo, quatro mulheres aladas (anjos), uma delas segurando a cruz de Cristo; a outra, o cálice com o sangue, e quatro crianças (a inocência). Abaixo, uma pomba (o Espírito Santo de Deus).

Tradução da frase:

“DEUS ME VÊ – NÃO HÁ MALDIÇÃO AQUI”.

As dúvidas dissolveram-se; surgiu, porém, outra – por que meus pais tinham tanto amor (silencioso) por este quadro?

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR** edição 30, 2024)

Um homem comum

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Foto tirada no ano de 1954 em Porto Real do Colégio.

Moreno, com 1,60 m, andava rápido, sempre olhando para baixo, cabeça inclinada, como se estivesse a olhar o chão onde pisava. Apesar da rapidez no andar, era extremamente calmo, educado, respeitoso. Incapaz de “chamar nomes”, de dizer xingamentos: as únicas palavras de descontentamento com alguém era “aquele filho da desordem”. Bom de conta, mas não tinha nem o ensino primário completo.

Uma história: esporadicamente, mais ou menos de três em três meses, quando tinha transporte, carga, para seu caminhão (Arapiraca

a Salvador), aparecia em um quarto situado na Avenida Sete, 142, centro, para visitar o filho, que ali estudou; primeiro, no Colégio Central (Colégio Estadual da Bahia), depois, no Curso de Jornalismo da UFBa.

No quarto moravam quatro primos, num espaço de 3X4, três camas e uma rede. Seu filho era quem dormia e se balançava na rede e que assim foi por mais de sete anos. Mas, voltemos à história: balançando-se na rede, fumando um cigarro Continental, o filho tranquilamente tragava aquele forte veneno. Bateram à porta, por duas vezes. Mesmo na rede, o filho estirou-se e a abriu, cigarro nos lábios. Era seu pai. Susto. Imediatamente, jogou o cigarro fora e pediu a bênção.

O pai respondeu: “Deus te abençoe. Vim só tomar um copo d’água. Já vou voltar”!

Cumpriu as palavras!

E, envergonhado, voltou para Arapiraca. A visita ao filho não durou mais que cinco minutos. Ora, ele não fumava nem bebia. E não admitia que um filho seu fumasse. E o que ele viu foi um “pecado” (assim achava).

Mas, antes de tudo, ele queria respeito. Um filho fumando na frente de um pai, jamais!

Ah! Houve muitas outras histórias. Esse homem, caminhoneiro, mesmo sem saber dirigir, conseguiu formar cinco filhos: um bacharel em jornalismo, um agrônomo, uma professora e psicóloga e duas professoras com nível superior. Nascido nos cafundós de Igreja Nova, quando ainda se chamava Triumpho, foi caixeiro-viajante do futuro sogro e comerciante no Mocambo, hoje Feira Grande.

Um de seus orgulhos era ter mais de 200 afilhados, espalhados por Feira Grande, Penedo, São Sebastião, São Braz e Arapiraca.

Viveu somente 59 anos. Seu nome: Odilon Ferreira. Nascido em 25 de janeiro de 1915 foi para outro plano em 31 de março de 1973. Um homem comum.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 31, 2024)

Obrigado à vida

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com.br



Foto divulgada na internet mostra um feto que dá início à vida.

Na madrugada do dia 11/01/2024, acordado e insone, ouvia a rádio Gaúcha. No programa *Gaúcha Hoje*, o radialista Antônio Carlos Macedo, entre umas e outras notícias, desfilava músicas que diziam do agradecimento à vida, como a memorável *Ao Mestre com Carinho* (*To Sir With Love*), de Lulu, que diz:

*“Foi com você
Que eu aprendi
A repartir tesouros”*
E
*“Foi com você
Que eu aprendi
A respeitar os outros”*

E, mais:

“Legal ter você aqui

“Um amigo em que eu posso acreditar

“Queria tanto o abraçar”

E, muito obrigado, de Djavan, que exprime em uma de suas estrofes:

“Tudo isso é uma questão de saber

“Saber viver

“Tudo isso é uma questão de amar

“Pra entender

“Tudo isso é uma questão de querer

“Reconhecer

“Que quem sabe tudo

“Nada há de ser, nesse compasso

“Há espaço pra quem quiser viver”.

Dizia o radialista gaúcho que o dia 11 daquele mês e ano (e de todos os anos) era para se agradecer a vida, agradecer a todos aqueles que fazem parte da vida das pessoas, de demonstrar pelo menos em gesto o agradecimento. Por isso mesmo, o dia 11 de janeiro é internacionalmente denominado de *Dia do obrigado*.

Mas, vale a pena agradecer à vida?

A reflexão deve ser de cada um.

Entre inúmeras definições, acredito ser esta uma que mais me diz: ***“Vida é o estado de atividade incessante comum aos seres organizados. É o período que decorre entre o nascimento e a morte. Por extensão vida é o tempo de existência ou funcionamento de alguma coisa”.***

Vim à vida no antigo Mocambo, hoje Feira Grande, quinto entre oito irmãos. Aos oito anos, acreditei piamente que *carrapateira* (pé de mamona) era forte suficiente para me aguentar: quebrei o braço esquerdo e, cuidado por um pseudo farmacêutico, tive isquemia de Falkner na linguagem médica. Aos 22 anos, estudante de jornalismo na Universidade Federal da Bahia, fui levado ao hospital de pronto socorro para uma cirurgia urgente de retirada do apêndice, que estava estrangulando. Em 10 de outubro de 1989, internado na Santa Casa de Misericórdia, fui submetido a cirurgia do coração, com colocação de pontes de safena e mamária.

Em 1997, já com dois *stents* (um pequeno tubo que é colocado dentro da artéria para abri-la e evitar novo entupimento, sendo indicado nos casos de doença coronariana), sofri um AVC isquêmico. Depois, veio, em 2013, um infarto agudo do miocárdio, quando transitava por São Paulo vindo de Buenos Aires.

Hoje, setenta e oito anos de vida, ou sobrevida, neste dia do agradecimento só me resta dar obrigado à vida. Obrigado pelos pais, a origem de tudo; obrigado pelos irmãos, pela mulher que me segue por 51 anos; obrigado por três filhos e quatro netos.

A vida, que se contrapõe à morte, continua muita mais forte que aquela. Na sua luta diária por me manter aqui, as vitórias são quase diárias.

Ninguém precisa alertar que um dia qualquer ela me deixará. Não por perder a luta com a morte, mas porque este é o sentido de tudo: nascer, viver e morrer. Porém, enquanto este fato não ocorrer, tenho sempre de agradecer à vida, que é bela.

Obrigado à vida!

11/01/2025

*Jornalista

(Publicado nos sites do **JORNAL DO INTERIOR**, do **TECLA1** e no **ARAPIRACANEWS**, dia 11/01/2025)

Nuvens que vão e voltam

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



As nuvens passam. Repassam?

A ida a Feira Grande (antigo Mocambo) no dia 8 de dezembro (consagrado a Nossa Senhora da Conceição) cumprir uma promessa por continuar vivo e passando pela antiga igreja, fez-me lembrar dos tempos de menino de calça curta, deitado à esquerda de sua calçada, em tardes de sombra. Por horas, ficava a olhar as nuvens passando de leste a oeste; umas, totalmente brancas, outras, escuras. Dependia da época.

Muitas vezes, pensava: “vou esperar que elas voltem!”. E esperava, esperava e nada. Não voltavam. Já cansado, levantava-me daquela fria calçada e saía a procurar amigos para brincar.

As nuvens não voltavam nunca. Não entendia.

Tempos depois, já cursando o antigo primeiro ano ginásial no Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, depois CBC, alguém perguntou: “para onde vão as nuvens?” E eu, rapidamente respondi: “ora, voltam. Arrodeiam a terra e passam novamente pelo ar!”

Gargalhadas, risos, quase gritos. Os amigos me massacraram. Ora, eu sempre presenciei na calçada da igreja no Mocambo as nuvens passarem. Tinha certeza que elas voltavam e, novamente, passavam. Era como um círculo.

As gargalhadas me desmentiram. Passei, então, a prestar atenção às aulas de geografia da professora Cleonice Barbosa. Principalmente quando era sobre clima, estações climáticas, rios, lagos, mares. Minha ignorância brutal diminuiu. A vergonha, contudo, continua até hoje. Os sons das gargalhadas ainda soam.

Hoje, sei que *“nuvem é um conjunto visível de partículas minúsculas de água líquida ou de gelo, ou de ambas ao mesmo tempo, em suspensão na atmosfera. Este conjunto pode também conter partículas de água líquida ou de gelo em maiores dimensões, e partículas procedentes, por exemplo, de vapores industriais, de fumaças ou de poeiras”* (CEMTEC – CENTRO DE MONITORAMENTO DO TEMPO E DO CLIMA DE MS).

Uma vez formada a nuvem poderá evoluir, crescendo cada vez mais, ou se dissipar. Nunca voltar, saindo novamente do leste para o oeste. O importante, de nuvem que vai e volta, não é o seu significado, sua origem, seu percurso, se está carregada ou não. A importância da lembrança quando passava pela igreja de Nossa Senhora da Conceição foi a aflorar minha infância, do que foi e volta como memória longínqua dos meus 10, 11 anos. Principalmente lembrança daquela calçada, daquela igreja onde fui batizado, 76 anos atrás.

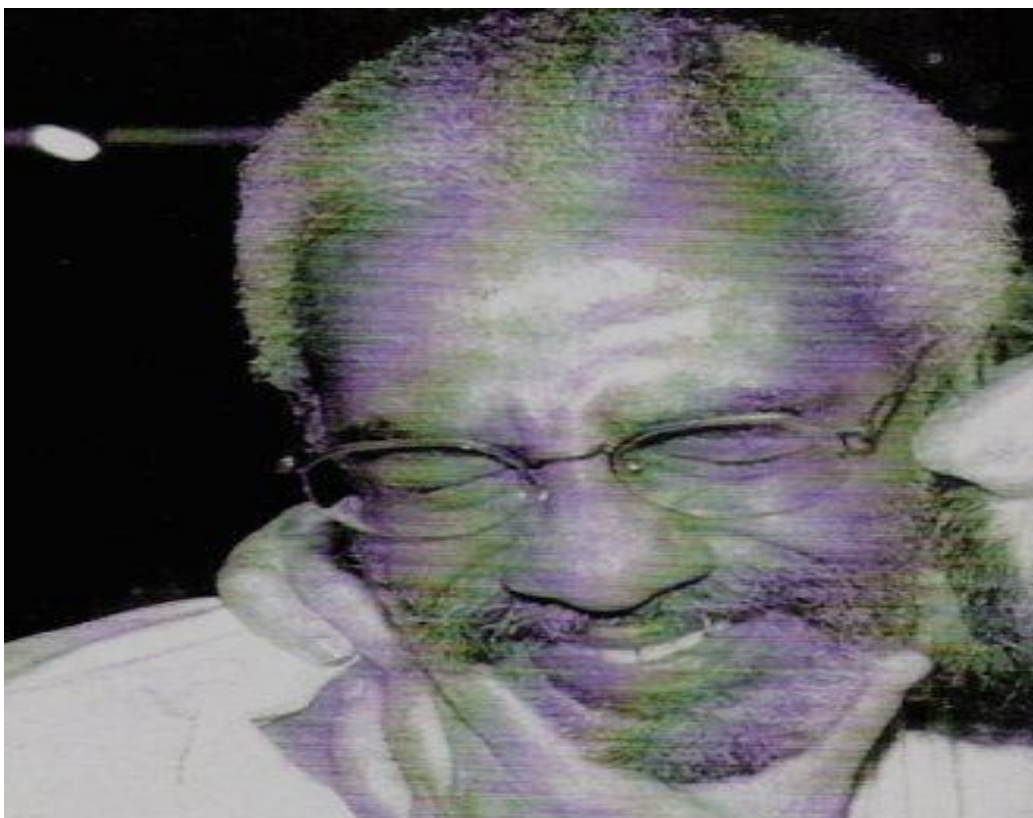
*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 32, 2025)



Oldemar Vitor

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Oldemar Vítor, colega na Faculdade de jornalismo, na UFBA.

De uma hora para outra deu-me vontade de procurar notícias de amigos e colegas que deixei em Salvador, nos tempos de estudante de jornalismo e repórter do **Jornal da**

Bahia, o JBa. Procurei na internet e achei. Notícias de Paulo Marconi, Pedro Formigli, Victor Hugo, Renato Ferreira, Lúcia Pinheiro, Oldemar Vítor, entre outros.

Não gostei do resultado de minha pesquisa. Lí que em 2008 o amigo fotógrafo e repórter Oldemar Vítor havia morrido. E que Lúcia também havia morrido em 2003, deixando Renato Ferreira viúvo. Triste pesquisa.

Oldemar Vítor, o preto Oldemar, era uma daquelas pessoas raras. Era um ano mais novo que eu nos estudos do curso de Jornalismo na velha Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBa, lá na avenida Joana Angélica. Fomos, também, durante pouco tempo, contemporâneos do **Jornal da Bahia**, na Barroquinha.

Ainda me faz lembrar uma viagem a Porto Seguro, a mando do chefe de reportagem Gilson, para levantar a vida dos índios pataxós que habitavam a região de Caraívas, perto do Monte Pascoal. Era tempo da ditadura e ministro do Interior o coronel do Exército Costa Cavalcanti.

Época de chuva, estradas intransitáveis, a BR 101 praticamente não existia, fomos de ônibus da Subaé até Itabuna. Lá, ilhado, resolvemos entrar num avião monomotor – que ia levar o prefeito de Caravelas – e pegamos carona. Ah, me lembro bem que as sacudilelas do monomotor, a chuva intermitente, o vento e o medo faziam de Oldemar um quase branco. E eu amarelo pálido.

Fizemos uma boa matéria, entrevistamos índios, principalmente o Turunin, chefe dos pataxós, e falamos das condições sub-humanas daquelas pessoas, espremidas entre o mar e o Monte Pascoal. Oldemar foi brilhante com suas fotos.

A reportagem foi motivo para o redator-chefe Joca, o João Carlos Teixeira Gomes, participar de uma entrevista com o ministro do Interior na **TV Itapuã**. Isto foi pelos meados de 1968. Fiquei muito contente com o trabalho feito. E mais contente ainda com o profissionalismo do Oldemar Vítor, sua iniciação no jornalismo diário do JBa.

Agora, 41 anos após, leio sobre o amigo Oldemar, sua trajetória na Universidade Federal da Bahia, sua vida nos órgãos de comunicação, como fotógrafo, como repórter, como professor. Lí na internet:

Universidade se despede de Oldemar Vitor - (Jornal da Mídia, 16/07/08) Responsável pela formação profissional de várias gerações de fotógrafos e jornalistas, o professor Oldemar Vitor Fonseca Santos, decano da Faculdade de Comunicação da UFBA morreu, aos 64 anos, entre domingo e segunda na casa onde morava com sua irmã Maria Lúcia Fonseca Santos. O sepultamento é logo mais às 16h no Campo Santo. Vitor se dedicou à fotografia por mais de 30 anos. O diretor da Facom, Giovandro Marcus Ferreira, ressalta seu talento. “Queremos agradecer a presença serena dele nos momentos turbulentos que enfrentamos. Oldemar sempre foi uma pessoa pronta a ajudar”. Além de docente, Oldemar Vitor foi repórter fotográfico do Jornal do Brasil, da Agência Estado, do extinto Jornal Bahia Hoje, dentre outros veículos e instituições.

Falece o professor de fotografia Oldemar Vitor - (Juracy dos Anjos, de A Tarde, 15/07/08): Mais de 30 anos dedicados à arte de fotografar. O legado deixado pelo professor Oldemar Vitor Fonseca Santos é extenso. Responsável pela formação profissional de várias gerações, o decano da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/Ufba) morreu provavelmente do último domingo para segunda-feira na casa onde morava com sua irmã Maria Lúcia Fonseca Santos. O professor faleceu aos 64 anos. O motivo da morte é desconhecido, mas a delegada plantonista da 14ª CP (Delegacia da Barra), Kiyomi Pimental, assim como a família, cogita a hipótese de morte natural. O sepultamento será nesta terça-feira, 15, às 16h no Campo Santo.

Lúcia relatou que no final de semana o irmão estava bem, apesar de apresentar, nas duas últimas semanas, sintomas de “tosses e espirros constantes”. Além disso, segundo a irmã, Oldemar vinha tomando uma medicação (ela não soube informar qual). “Sabíamos que ele estava doente, mas não sabíamos qual a doença”, falou Lúcia.

A irmã disse que, na segunda-feira, 14, foi ao quarto de Oldemar, mas viu que o aposento estava fechado e resolveu não incomodar o irmão, uma vez que ele gostava de ficar sozinho. Estranhando o tempo grande que estava trancado no quarto, Lúcia ontem foi ver se ele estava bem, sem retorno.

Foi então que resolveu arrombar a porta, o que foi feito por um parente.

Segundo a delegada Kiyomi, o corpo do professor será necropsiado pelo Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues para identificar a causa da morte. “Caso não se confirme a morte natural, investigaremos o caso”, disse.

Contribuição – Giovandro Marcus Ferreira, diretor da **Facom**, reverenciou a qualidade do trabalho do Oldemar, ressaltando seu talento para fotografia. “Queremos agradecer a presença serena dele nos momentos turbulentos que enfrentamos. Oldemar sempre foi uma pessoa pronta a ajudar”, revelou. O decano, além de docente, foi repórter fotográfico do Jornal do Brasil e da Agência Estado, dentre outras atividades que exerceu.

Que pena. Oldemar era uma daquelas pessoas que deveriam ser eternizadas.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição , 2025)

O Poeta Silvestre Péricles

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

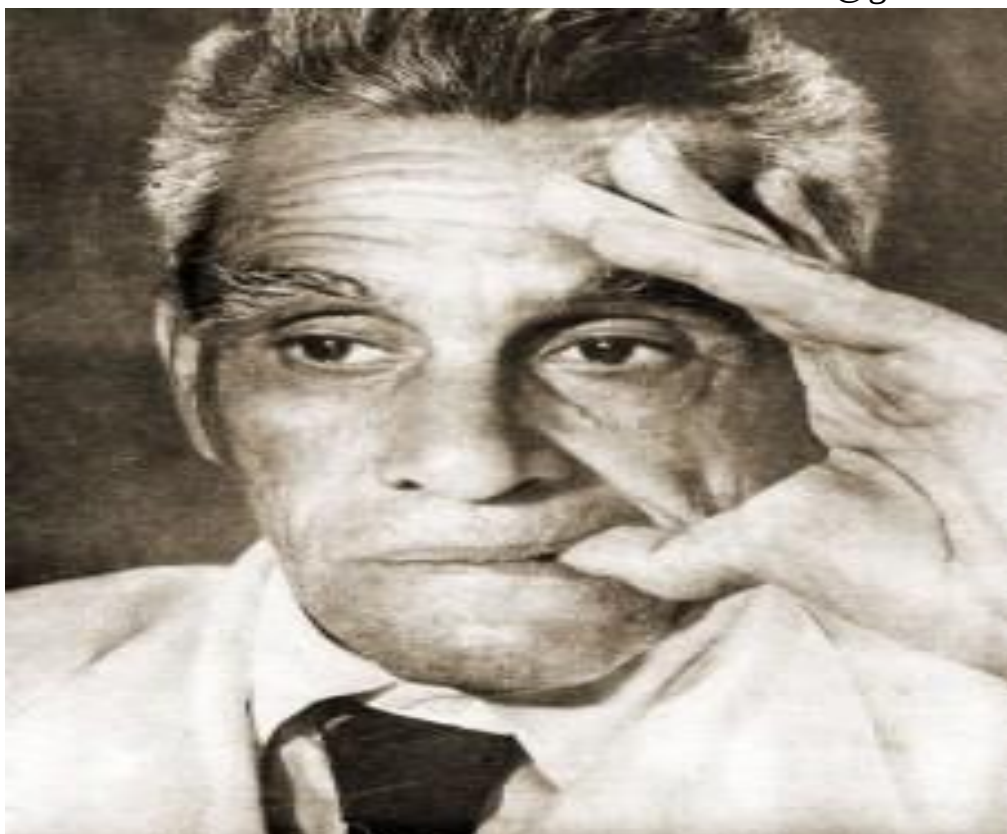


Foto de Jean Manzon

- Isto aqui vai mal. Muito mal. O sangue correrá em Alagoas. Ah, mas não serei eu quem irá derramá-lo. É o povo. Um dia, a massa, esgotada em sua paciência quase sem limites, irá à Assembleia e botará fogo naquilo.

Este texto foi dito por Silvestre Péricles, governador alagoano, aos jornalistas Davi Nasser e Jean Manzon, da revista O Cruzeiro, em reportagem publicada em 18 de fevereiro de 1950. A fúria, o destemor, a bravata e a clareza eram sinônimos para o governador nascido em 1896, em São Luiz do Quitunde, e morto em 1972, no

Rio de Janeiro, que constatavam com a humanidade de seus versos (na política, foi deputado federal, de 1946 a 1947, governador de Alagoas, de 1947 a 1951, ministro do Tribunal de Contas da União, de 1956 a 1959, senador de Alagoas, de 1959 a 1967).

Realmente, o governador-valentão era a antítese do poeta Silvestre Péricles, que escreveu *No Tempo das Rimas*, obra literária prefaciada pelo poeta modernista Menotti Del Picchia, em 1947, muito antes de governar o estado. Aliás, começou cedo na literatura, aos 15 anos.

...Entro na tua casa. O sol fulgura.

Mas, dentro em mim, há frêmitos dolentes

De incertezas, saudades e ternura.

Surge, por fim. No teu olhar sem cores

Releio o meu destino: estão presentes

Nossas recordações e nossas dores.

Ou, como disse o poeta-governador em dezembro de 1946: *“Declarando-me amador da poesia, e não poeta, estarei, contudo, justificado?”*

O alagoano famigerado, de arroubos e atos de coragem se mostra um amante da terra que lhe gerou, deitando loas a Alagoas:

“Terra natal, formosa entre as formosas

Abriste para nós a tua luz.

E no teu seio, trescalante a rosas,

Criaste um povo altivo que seduz.

As fibras imortais e generosas

Daquele que te honraram, faze, a flux,

Que as imitem, viris e justicosas,

No culto à liberdade que transluz.

Ó gleba de operários e guerreiros!

No trabalho geral ou na cultura,

Ante a paz, nunca fomos derrotados.

Tu, Alagoas, que o valor constróis,

Orgulha-te de ler a história pura:

Nos campos de batalha – teus heróis.

Que dizer de um poeta que derrama homenagens a Castro Alves (que disse ser ele o poeta maior da Bahia e do Brasil), poucos anos depois, ter governado Alagoas por quatro anos, construindo fama de brabo! Ou, quando diz aos jornalistas de O Cruzeiro, abrindo o paletó, mostrando um revólver de cano longo, calibre 38: “Faço o bicho virar peneira. Não tenho capangas. Ando sozinho, vou a qualquer parte, mas não se atrevam a mexer o dedinho. Eles gostam desta coisa boa que é a vida”.

Dele, falou o poeta e médico paraense Paulo Fênder, em 1º. de janeiro de 1965: “Acabo de ler o “**Homo Consciens**”, o maior dos sonetos de todos os poetas. Muito me distinguiu o privilégio, entre os seus leitores mais íntimos, de ter sido o primeiro a conhecer esta obra-prima da teologia bíblica, em língua portuguesa.”

Mas, teria sido, realmente, o “perigoso” Silvestre Péricles esta figura ímpar da poesia brasileira? Vamos ao soneto citado:

Um dia, no longínquo da memória,

meditei teu princípio em fundos mares.

Quem és? donde vieste? E aonde vais, na história

do globo e do universo pelos ares?

De teses e doutrinas – transitória

tem sido toda seita que firmares.

Na evolução da ciência e da arte, a glória

só nos pósteros brilha, em seus cismares.

E quem és? – Um instante no finito.

Donde vieste? – Do ciclo das idades.

E aonde vais? – Para os rumos do infinito.

Mas, esse instante, e o ciclo, e os rumos teus

são efeitos da suma das verdades:

- luz da consciência humana para Deus.

(Brasília, setembro de 1962)

Depreende-se, de tudo isto: vale o poeta humano, que começou a versejar aos quinze anos; ou o político sanguinário, de quando foi militar, governador e senador de Alagoas?

Quem desejar se enveredar nos caminhos do poeta Silvestre Péricles deve conhecer, ler o livro *No Tempo das Rimas*, editora Pongetti, 3ª edição, 1965 (pode ser encontrado, em pdf, no site www.historiadealagoas.com.br). Vale a pena!

*Jornalista
(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 34, 2025)

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

Uma dança para os mortos



Igreja de Santa Maria Maggiore, em Roma.

Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

Um grupo de dança de Porto Alegre, RS, apresentou na Casa de Cultura Mário Quintana o espetáculo *Uma Dança Para os Mortos*, reunindo através desta arte cênica as várias culturas, religiosas ou não, sobre como diversos povos tratam seus mortos. O espetáculo vai do México a Gana, de Madagascar ao Tibet. É um passeio artístico pelo mundo contando como se dá a ida dos corpos dos mortos até o lugar final, como os vivos conduzem seus mortos até a morada final!

Isto me faz lembrar um amigo de Limoeiro de Anadia, que teve seu pedido e desejo de ter o corpo enterrado em pé, num caixão artesanalmente feito por ele, desdenhado pelos familiares.

Eis a história.

Um dia, já algum tempo atrás e antes da pandemia que assolou a todos, fui convidado com outras pessoas a conhecer pertences deste amigo, conservados e guardados no que chamamos de quintal da casa. À época, disse ele:

-Olhem, vejam este caixão fúnebre que fiz! É para mim, quando morrer. É de cedro, árvore boa. E quero ser enterrado em pé, como Dom Vanilo Galvão, bispo da Igreja Católica Brasileira, o foi em Maceió. Aqui mesmo, embaixo desta outra árvore frondosa.

E mais não disse nem lhe foi perguntado.

Tempos depois, uns três anos, este meu amigo morreu. A família – esposa, filhos, irmãos, o enterraram no cemitério Nossa Senhora da Conceição, na rua 31 de maio, 341. Limoeiro (de Anadia).

Outra recordação: em Feira Grande, município vizinho a Arapiraca, morreu um *ourives*, pessoa dada, do conhecimento de todos. Depois do velório, seu filho mais velho, hoje com quase 90 anos, morador em Arapiraca, e que foi proprietário de farmácia, vestiu-se com o melhor terno preto, camisa branca, gravata com listras pretas e brancas, meias pretas, sapato preto, brilhando de graxa, carregava uma cruz. A cruz era grande, quase do seu tamanho. Ele entoava cânticos religiosos, som alto e estridente.

A procissão fúnebre passou na frente da igreja de Nossa Senhora da Conceição, percorreu a avenida Teixeira de Freitas em direção ao cemitério de Nossa Senhora da Piedade, onde o corpo foi sepultado. Desejo do gordo pai, ex-*ourives*.

Lembranças, nada mais.

No Brasil, desde quando começou a existir o cristão-católico, com ou sem desejo do morto, sempre foi comum a destinação de um lugar – que muitos acreditam sagrado, por isso também chamado de campo santo – para o enterro dos mortos.

Em outros lugares, nem tanto.

No budista Tibet, país reivindicado pela China, é hábito deixar mortos expostos no topo de montanha de forma que os corpos possam ser comidos por pássaros predatórios (enquanto os corpos são devorados, as roupas são queimadas ao ar livre). Acreditam que é ecologicamente correto, entre outras crenças.

No México, terra de Nossa Senhora de Guadalupe, o velório e o enterro são acompanhados por pessoas caracterizadas com

máscaras, numa crítica social forte. Lá, a alegria sobrepõe à tristeza do cristão-católico brasileiro.

Em Gana, na África, os velórios são celebrados com roupas muito coloridas e músicas. Os mortos são homenageados, antes do enterro, com muitas festas (os vivos carregam os caixões fúnebres enquanto dançam).

Entre nossos antepassados, a depender da comunidade indígena, o morto era enterrado dentro da oca, pois não havia separação entre o que era casa ou o que era funerária. A depender do status, porém, o morto era colocado no centro da aldeia

Há os Incas, povo poderoso da antiguidade, habitante da América do Sul – os mortos eram enterrados com objetos que acreditavam ser necessários para a viagem (a vida após a morte, na qual acreditavam).

E os índios americanos do norte?

Eles, que acreditavam num mundo espiritual, e comunicação entre os humanos e o espírito, preparavam seus mortos para uma longa jornada, incluindo aí seus arcos e flexas, cobertas produzidas das peles de búfalo e equipamento de caça.

E por fim, mas não o fim, dois aspectos: Um, os cristãos portugueses da época da colonização brasileira salgaram os corpos dos inconfidentes e colocaram as cabeças em estacas no caminho do Rio de Janeiro a Minas; dois, as cabeças dos cangaceiros do grupo de Lampião, após Angicos (SE) quando foram mortos, percorreram diversas cidades dentro de latas com querosene, aguardente e álcool (para conservar). Os corpos, foram deixados no mato. Isto em 28 de julho de 1938 (as cabeças de Lampião, Maria Bonita, Quinta-feira, Mergulhão, Luís Pedro, Enedina, Moeda, Alecrim, Cacheado e Macela, todas expostas no Museu Antropológico Estácio de Lima, de Salvador, BA. Foram sepultadas em 1969 durante o governo de Luís Viana Filho).

Agora mesmo, com a morte do papa Francisco e seu sepultamento na igreja de Santa Maria Maggiore, em Roma, na simplicidade de seu caixão, a singeleza de seu gesto ficará sempre na lembrança dos católicos: dos mortos, em cemitérios cristãos ou não, em crematórios ou não, deixados ao lento ou não, estocados ou não, carregados em procissões fúnebres com cantos religiosos ou não.

Importa o legado.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 35, 2025)



Com y ou com i.

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com

Antônio Mendes Lobato e Lyra (morador de Porto da Folha, Sergipe, e dos Cariris, no Ceará, século XVII)

Januário Lyra (no livro *Terra de Alagoas*, século XX)

Fernando Pereira de Lira (século XVII)

Percival de Lira (século XVII)

Mécia de Lira (século XVI)

Gonçalo Novo de Lyra (citado no livro *NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA*)

Francisco Correia de Lyra (citado no livro *NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA*)

Anísio José de Lira (comerciante de Feira Grande e Arapiraca, século XX)

Domingos Apóstolo de Lira (escrivão e tabelião de Feira Grande, século XX)

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto (usineiro de Alagoas, século XX)

Ernesto Leandro de Lira (comerciante em Feira Grande e Arapiraca, século XX)

Antonino Lira (Veterinário, em Feira Grande e Arapiraca, século XX)

Diversos Lira (ou Lyra), assinando com i ou y, participaram da formação do Brasil, vindo de Portugal e Espanha.

Uma das vezes em que questionaram o Lira, com i, foi com menosprezo. O fato ocorreu quando de minha primeira viagem à europa. Estava em Roma,

- “*Meu filho, está aqui ao meu lado um Lira, mas ele não é dos nossos. Seu Lira é com i.*”

Assim falou L. de Lyra, por telefone, a seu filho, em Maceió. Estava presente o guia turístico da Transamérica, Vicente Bezerra.

Senti, sem dúvida, uma aversão ao Lira com i, como se fosse repugnância. Pareceu-me, nas palavras e na tonalidade da voz, que L. de Lyra quis demonstrar superioridade em seu nome com y.

Algum tempo após, nas reuniões vespertinas com amigos no Shopping Maceió, soube que L. de Lyra não era Lyra por descendência, vindo das origens, mas tão-somente Lyra por afinidade (casada com um Lyra).

Ora, no livro OS LIRA – MOCAMBO/ALAGOAS, apresentei um levantamento acerca da grafia Lyra e/ou Lira. Disse eu: *“Entre os membros ilustres desta família se encontra **Dom Pedro Fernandes de Trava**, que teve por filho **Dom Garcia Bermudes**, o qual se casou com **Dona Urraca de Montenegro** e que tiveram por filhos **Garcia de Lira** e **Lopo de Lira**. **Garcia de Lira** foi senhor de **Lira**, couto situado no bispado de Tuí, na Galiza, a uma légua de Salvaterra e a outra do Rio Minho”*.

Ou, como se encontra no Arquivo Regional da Madeira, que *“o **Lira** mais antigo acha-se em 1585, no matrimônio entre **Maria Fernandes de Lira** e **Francisco Ferreira**, na Ponta do Sol. Neste concelho (o que aqui chamamos de município), e nas suas proximidades encontra-se muita gente com este nome, e nos séculos seguintes, embora um dos ramos se venha a fixar no Funchal”*.

Em Feira Grande mesmo (antigo Mocambo), o primeiro escrivão cartorário sempre assentou o nome Lira com i (foi Domingos Apóstolo de Lira, que foi o primeiro prefeito do município).

O certo é que com y ou com i, e com origem em Portugal, a mudança na letra transforma somente a grafia.

Ah, a soberba, porém esta não se modifica mudando letra em nome. Ela é intrínseca, vem de dentro do ser. Mesmo daqueles por afinidade.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 36, 2025)

De volta aos anjos assassinados

Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Autorretrato de Felipe José dos Santos cedido por seu tataraneto André Luiz, habitante de Juazeiro do Norte.

Publiquei em 2024, pela editora Performance (esses fatos também foram motivo de artigo no JORNAL DE ARAPIRACA, edição 158, 2023), a tragédia que abateu a família Nunes, cujo título chama-se de Anjos Assassinados, no início da formação de Craíbas, hoje próspero município. Há pouco tempo, recebi do tataraneto de um dos protagonistas, André Luiz, um autorretrato de Felipe José dos Santos, que vem a ser o pai das crianças que foram presas pelo governo alagoano de Euclides Malta, lá pelos idos de 1904. Além da foto de Felipe, recebi também a fotografia de Rosa Maria da

Conceição, já idosa, uma das duas que “*assassinaram*” 14 crianças por, segundo elas, cumprirem a promessa da mãe.

Segundo André Luiz, em conversa, disse que “*embora tenha sido uma história trágica, confesso que nunca que nunca imaginei que fosse ouvir falar de fatos dessa natureza envolvendo familiares meus, mas ... são fatos. E foi muito bom saber de tudo isso*”. Disse mais: “*Sou tataraneto de Felipe José dos Santos e Josefa Nunes da Silva, filha de Manoel Nunes da Silva, que fundou a cidade de Craíbas-AL*”.

O diálogo entre este jornalista e um membro da família que originou Craíbas, antes Caraíbas dos Nunes, enriqueceu a história, não mais *estória*, sobre os assassinatos de 14 crianças (anjinhos, como eram conhecidas as criancinhas antigamente). Subsidiaram, sem dúvida, fatos que aconteceram posterior a ida de Felipe (pai), Rosa e Antônia (filhas) para Juazeiro do Norte, terem com padre Cícero Romão Batista, pedirem perdão dos “*pecados*” e viverem outras vidas.

Em Craíbas, Felipe e suas filhas, deixaram inúmeros parentes, os Nunes, que se espalharam pelo sertão de Alagoas, principalmente Arapiraca, Coité do Noia e Limoeiro. Uns poucos, que souberam do tenebroso fato (a que os homens da lei chamam de fratricídio), ou aqueles que souberam através de transmissão oral, esconderam-no do conhecimento público. Acreditavam que a não propagação desse fato, que é histórico, fazia-o sumir do tempo. Ledo engano. A história tem que ser contada, em prosa ou em verso, escrita ou através da tradição oral, pois só assim nós, os posteriores, poderemos absorver seus ensinamentos. Bons ou ruins.

A história de Craíbas não pode, nunca, desmemorizar fatos. Os *Anjos Assassinados* rememoram vidas passadas, apegadas a tradições, religiões, crenças de outra época. De outros séculos.



Rosa Maria da Conceição, já adulta, foi uma das duas crianças que assassinaram outras 14 em Craíbas dos Nunes.

Sintetizando a história: Doente, ciumenta do marido, cheia de filhos, Clara acreditava que ia morrer. Na cama, pedia a Deus que não a deixasse morrer sem antes ter visto seus filhos morrerem primeiro, para não os deixar neste mundo.

Rosa, sua filha mais velha (15 anos), ouvindo os lamentos, e em conjunto com a irmã Antônia (14 anos), resolveu cumprir o pedido de Clara. E matou oito irmãos e seis primos, com idade entre 12 anos e dois meses. E assim foi.

*Jornalista

(Publicado no **JORNAL DO INTERIOR**, edição 37, 2025)



Edição do ano de 2019



O Poeta Silvestre Péricles

*Manoel Ferreira Lira
morrosanto@gmail.com



Governador de Alagoas Silvestre Péricles de Gois Monteiro

- Isto aqui vai mal. Muito mal. O sangue correrá em Alagoas. Ah, mas não serei eu quem irá derramá-lo. É o povo. Um dia, a massa, esgotada em sua paciência quase sem limites, irá à Assembleia e botará fogo naquilo”.

Este texto foi dito por Silvestre Péricles, governador alagoano, aos jornalistas Davi Nasser e Jean Manzon, da revista O Cruzeiro, em reportagem publicada em 18 de fevereiro de 1950. A fúria, o destemor, a bravata e a clareza eram sinônimos para o governador nascido em 1896, em São Luiz do Quitunde, e morto em 1972, no Rio de Janeiro, que constatavam com a humanidade de seus versos (na política, foi deputado federal, de 1946 a 1947, governador de Alagoas, de 1947 a 1951, ministro do Tribunal de Contas da União, de 1956 a 1959, senador de Alagoas, de 1959 a 1967).

Realmente, o governador-valentão era a antítese do poeta Silvestre Péricles, que escreveu *No Tempo das Rimas*, obra literária prefaciada pelo poeta modernista Menotti Del Picchia, em 1947, muito antes de governar o estado. Aliás, começou cedo na literatura, aos 15 anos.

...Entro na tua casa. O sol fulgura.

Mas, dentro em mim, há frêmitos dolentes

De incertezas, saudades e ternura.

Surge, por fim. No teu olhar sem cores

Releio o meu destino: estão presentes

Nossas recordações e nossas dores.

Ou, como disse o poeta-governador em dezembro de 1946: *“Declarando-me amador da poesia, e não poeta, estarei, contudo, justificado?”*

O alagoano famigerado, de arroubos e atos de coragem se mostra um amante da terra que lhe gerou, deitando loas a Alagoas:

“Terra natal, formosa entre as formosas

Abriste para nós a tua luz.

***E no teu seio, trescalante a rosas,
Criaste um povo ativo que seduz.***

***“As fibras imortais e generosas
Daquele que te honraram, faze, a flux,
Que as imitem, viris e justicosas,
No culto à liberdade que transluz.***

***“Ó gleba de operários e guerreiros!
No trabalho geral ou na cultura,
Ante a paz, nunca fomos derrotados.***

***“Tu, Alagoas, que o valor constróis,
Orgulha-te de ler a história pura:
Nos campos de batalha – teus heróis”.***

Que dizer de um poeta que derrama homenagens a Castro Alves (que disse ser ele o poeta maior da Bahia e do Brasil), poucos anos depois, ter governado Alagoas por quatro anos, construindo fama de brabo! Ou, quando diz aos jornalistas de O Cruzeiro, abrindo o paletó, mostrando um revólver de cano longo, calibre 38: “Faço o bicho virar peneira. Não tenho capangas. Ando sozinho, vou a qualquer parte, mas não se atrevam a mexer o dedinho. Eles gostam desta coisa boa que é a vida”.

Dele, falou o poeta e médico paraense Paulo Fênder, em 1º. de janeiro de 1965: *“Acabo de ler o **“Homo Consciens”**, o maior dos sonetos de todos os poetas. Muito me distinguiu o privilégio, entre os seus leitores mais íntimos, de ter sido o primeiro a conhecer esta obra-prima da teologia bíblica, em língua portuguesa.”*

Mas, teria sido, realmente, o “perigoso” Silvestre Péricles esta figura ímpar da poesia brasileira? Vamos ao soneto citado:

“Um dia, no longínquo da memória,

meditei teu princípio em fundos mares.

Quem és? donde vieste? E aonde vais, na história

do globo e do universo pelos ares?

“De teses e doutrinas – transitória

tem sido toda seita que firmares.

Na evolução da ciência e da arte, a glória

‘só nos pósteros brilha, em seus cismares.

“E quem és? – Um instante no finito.

Donde vieste? – Do ciclo das idades.

E aonde vais? – Para os rumos do infinito.

“Mas, esse instante, e o ciclo, e os rumos teus

são efeitos da suma das verdades:

- luz da consciência humana para Deus”.

(Brasília, setembro de 1962)

Depreende-se, de tudo isto: vale o poeta humano, que começou a versejar aos quinze anos; ou o político sanguinário, de quando foi militar, governador e senador de Alagoas?

Quem desejar se enveredar nos caminhos do poeta Silvestre Péricles deve conhecer, ler o livro *No Tempo das Rimas*, editora Pongetti, 3ª edição, 1965 (pode ser encontrado, em PDF, no site www.historiadealagoas.com.br). Vale a pena!

*Jornalista

(Publicado no semanário **EXTRA**. Edição 1.006, 2019)